

Enfoques – Revista Eletrônica
dos alunos do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia
e Antropologia

PPGSA/IFCS/UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Aloísio Teixeira

Vice-Reitora: Sylvania da Silveira Mello Vargas

CFCH/IFCS

Diretor: Jessie Jane Vieira de Sousa

Vice-Diretor: Glaucia Kruse Villas Bôas

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

Coordenadora: Elsjé Maria Lagrou

Vice-Coodenador: Emerson Giumbelli

ENFOQUES – ONLINE

Editores:

Ana Paula da Silva

Andréa Lúcia da Silva de Paiva

Renata de Sá Gonçalves

Rodrigo Rosistolato

Ronald Clay dos Santos Ericeira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Amir Geiger (UERJ)
Prof. Dr. André Botelho (UFRJ)
Profª Drª. Bila Sorj (IFCS/CFCH/UFRJ)
Prof. Dr. Carlos Antonio da Costa Ribeiro (UERJ)
Profª Drª. Elisa Pereira Reis (IFCS/CFCH/UFRJ)
Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa (UFSC)
Prof. Dr. Frederico Guilherme Neiburg (Museu Nacional/UFRJ)
Profª Drª. Giralda Seyferth (Museu Nacional/UFRJ)
Profª Drª. Gláucia Villas Boas (IFCS/CFCH/UFRJ)
Prof. Dr. José Maurício Domingues (IUPERJ/UCAM)
Prof. Dr. José Reginaldo Gonçalves (IFCS/CFCH/UFRJ)
Prof. Dr. José Ricardo Pereira Ramalho (IFCS/CFCH/UFRJ)
Profª Drª. Laura Moutinho (PUC-RIO)
Profª Drª. Laura Segatto (ICS/DAN/UNB)
Prof. Dr. Leopoldo Waizbort (USP)
Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva (IFCS/CFCH/UFRJ)
Profª Drª. Lygia Sigaud (Museu Nacional)
Prof. Dr. Marcílio Dias dos Santos (CFH/GCSO/UFSC)
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UNI-RIO)
Prof.ªDrª. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/CFCH/UFRJ)
Prof. Dr. Michel Misse (IFCS/CFCH/UFRJ)
Profª Drª. Mirian Goldenberg (IFCS/CFCH/UFRJ)
Profª Drª. Patrícia Birman (UERJ)
Profª Drª. Patrícia de Farias (Universidade Cândido Mendes)
Prof. Dr. Paulo Fernandes Keller (UNB)
Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira (CFH/PPGSP/UFSC)
Prof. Dr. Paulo Tumolo (UFSC)
Prof. Dr. Peter Fry (IFCS/CFCH/UFRJ)
Prof. Dr. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Dr. Roque de Barros Laraia (ICS/DAN/UNB)
Prof. Dr. Ruben George Oliven (UFRGS)
Profª Drª. Vera Teles (USP)

Comissão de Publicação

Angela Moreira Leite
André Filipe dos Santos
Brígida Renoldi
Denise Pereira
Eliska Altmann
Fernando Antonio da Costa Vieira
Gabriela Honorato
Karla Régnier
Maria Izabel dos Santos Garcia
Mariane C. Koslinski
Nilton Santos
Natalia Gaspar
Roberta Guimarães
Simoni Toji

Enfoques On-Line – revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma publicação coordenada e editada pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Organização:

Ana Paula da Silva

Andréa Lúcia da Silva de Paiva

Renata de Sá Gonçalves

Rodrigo Rosistolato

Ronald Clay dos Santos Ericeira

Revisão de textos: Malu Resende

(Catalogação na fonte pela Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ENFOQUES on-line: Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. - V.5, n.2 (novembro, 2006). - Rio de Janeiro: PPGSA, 2006.

Irregular.

ISSN 1678-1813

1. Sociologia. 2. Antropologia. I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

Endereço para correspondência e assinatura:

Mailling address subscriptions

Revista dos alunos do PPGSA – Comissão Editorial
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
Largo de São Francisco, nº 1, sala 420.
Centro – Rio de Janeiro – RJ – 20051-070

e-mail: enfoques@ifcs.ufrj.br

SUMÁRIO

Apresentação	06
Entrevista com Ricardo Antunes	08
A ferrugem da máquina: “velhos” trabalhadores no vértice das mudanças do cenário contemporâneo	11
O vôo da águia: o caso dos trabalhadores da fábrica de parafusos	26
Advogados de grandes escritórios do rio de janeiro: reflexões sobre formação profissional e mercado de trabalho	42
Assistencialismo e sindicatos dos telefônicos nos anos 1980/1990	63
Estratégias sindicais no contexto das reformas para o mercado: o caso dos trabalhadores da aviação comercial	80
CUT e força sindical em volta redonda: modelos de sindicalismo ou trajetórias de lideranças?	103

APRESENTAÇÃO

Sérgio Martins Pereira¹

Nas últimas décadas, fenômenos mais abrangentes, como o da globalização e a reorganização das estruturas produtivas, colocaram diferentes desafios e possibilidades para a classe trabalhadora.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho em grande parte traduziram-se no Brasil através das chamadas reformas neoliberais ocorridas nos anos 1990, resultando muitas vezes na perda de garantias sociais conquistadas pela luta dos trabalhadores nas décadas passadas. Privatizações no setor público e reestruturação e falências no setor privado trouxeram para a ordem do dia a questão do desemprego e a desarticulação do poder dos sindicatos.

Para além desse contexto de hostilidade em relação às lutas sociais e à ação sindical, observamos não poucos exemplos de resistência e revigoração da histórica luta dos trabalhadores, fossem estes pertencentes a categorias tidas como tradicionais do operariado brasileiro ou às novas camadas profissionais que se incorporam ao mundo do trabalho.

No âmbito acadêmico, tanto os desafios quanto as formas de resistência construídas pela classe trabalhadora estimulam a busca por respostas teórico-metodológicas capazes de dar conta de uma realidade em transformação, alimentando novas pesquisas dedicadas ao mundo do trabalho.

No caso particular do estado do Rio de Janeiro, um conjunto considerável de teses e dissertações produzidas nos últimos anos permite-nos afirmar que os *Estudos do Trabalho* constituem uma tradição que é reinventada, mantendo seu vigor a cada nova geração de pesquisadores.

Esta edição da ENFOQUES abre espaço para jovens cientistas sociais e historiadores que no estado do Rio de Janeiro vêm se dedicando ao estudo da classe operária. Ao reunir pesquisadores de diferentes instituições, o conjunto de artigos que se segue visa também oferecer aos leitores um panorama consideravelmente diversificado dos estudos do trabalho, bem como apresenta um pouco da variedade de abordagens e perspectivas teórico-analíticas que atuam no interior desse campo.

Como forma de introduzir o tema proposto, apresentamos uma entrevista com Ricardo Antunes, sociólogo e professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. A entrevista realizada por Alexander Albuquerque dará ao leitor uma visão geral dos rumos tomados pelos estudos do trabalho em face dos novos e dos velhos desafios enfrentados pelos trabalhadores e suas formas de ação coletiva.

Mas quais têm sido as respostas dadas pelos trabalhadores e pelos sindicatos à transformação contemporânea? E quais as possíveis abordagens teórico-metodológicas para o estudo deste fenômeno político e social?

As questões colocadas de forma mais geral na entrevista poderão ser discutidas, vale dizer, através de variados pontos de vista e dos diferentes estudos abordados nos artigos.

¹ Sérgio Martins Pereira – Doutorando do PPGSA/IFCS/UFRJ.

A partir de um estudo sobre as companhias América Fabril e Nova América S.A., Ricardo Pimenta aborda as trajetórias de velhos operários têxteis da cidade do Rio de Janeiro. A questão da “velhice” desses ex-operários é tratada com base na constituição de memórias e identidades coletivas e tendo como pano de fundo as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea e os impactos decorrentes sobre o mundo do trabalho.

Também tendo como perspectiva as relações entre memória e espaço, o texto de Cristiane Thiago utiliza-se da metodologia da história oral para analisar a resistência e as alternativas encontradas pelos trabalhadores da fábrica “Parafusos Água”, Zona Norte do Rio de Janeiro. O fechamento da fábrica e a constituição de uma cooperativa de trabalho na década de 1990 constituem elementos cruciais para a redefinição dos referenciais espaciais e identitários desses operários.

O profissional do direito, segmento ainda pouco explorado pelos estudos do trabalho, é o tema do artigo de André Reid dos Santos. Trajetórias profissionais de advogados do Rio de Janeiro são analisadas tomando-se o referencial dado a partir do conceito de *campo* de Pierre Bourdieu. Não obstante a expansão do ensino jurídico e do mercado de trabalho do direito, o autor aponta a “desigualdade de oportunidade” presente no interior desta categoria profissional.

Passando aos desafios e às alternativas encontrados pela entidade sindical nas últimas décadas, José Fernando Souto Junior pesquisa os sindicatos de telefônicos de Pernambuco e do Rio de Janeiro tendo como eixo central a discussão do “assistencialismo”. Se nos anos 1980 essas instituições lutavam pelo fim da estrutura sindical burocrática, nos anos 1990 a reestruturação produtiva e o processo de privatização modificaram sobremaneira o perfil e as formas de luta da categoria.

Analisando a atuação dos sindicatos de trabalhadores da aviação comercial, Cristiano Monteiro problematiza a associação dos anos 1990 a uma crise da instituição sindical, em contraste com a década de 1980, que teria sido a “época de ouro” de um *novo sindicalismo*. Mais do que apresentar vias alternativas de ação em tempos de reformas neoliberais, o autor destaca a continuidade que pode haver entre estratégias “combativas” e “negociadoras”.

Dando seqüência à discussão sobre continuidades e rupturas na ação sindical, o artigo que apresento elege as trajetórias pessoais como ponto de partida para o estudo da história recente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Os embates que se deram entre os modelos CUT e Força Sindical na Cidade do Aço foram analisados levando-se em conta as relações entre sindicalistas e outras esferas de pertencimento, como igreja, partido político, vizinhança, família etc. Dessas inter-relações dependeram em grande parte os rumos tomados por um dos mais tradicionais sindicatos brasileiros.

Boa leitura!

ENTREVISTA

Ricardo Antunes – Sociólogo e professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e autor, entre outros, de *Adeus ao Trabalho?* (Cortez, 1995), *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, 2002) e *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula) (Autores Associados, 2004).

Entrevista realizada em dezembro de 2005, durante o I Seminário do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho e Sindicato (NETS)² da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Por Alexander Noronha de Albuquerque³

Alexander – Antes de começarmos, eu gostaria de agradecer a oportunidade desta entrevista para a Revista Enfoques do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, assim fazendo também em nome da UNIRIO, através do NETS. A gente gostaria, para ilustrar esse número da revista, que o senhor fizesse um panorama geral do que vem sendo produzido sobre os estudos do trabalho.

Ricardo Antunes – Eu começo dizendo que para mim foi um prazer ter estado neste Seminário. Acho que é o primeiro seminário sobre os estudos do trabalho da UNIRIO, organizado aqui por vocês. É um prazer também poder estar dialogando com vocês nessa publicação. Eu diria que há coisa de 15 anos atrás, mais ou menos em 1990, 1995, nós vivíamos o impacto de que os estudos do trabalho tivessem perdido importância. Algumas teses desconstruíam o trabalho, mas o que nós percebemos, felizmente, foi um processo diferenciado.

O tema e a temática do trabalho, ou os estudos sobre o assunto, voltaram com força muito maior, mostrando, inclusive, esse novo desenho que o mundo do trabalho tem hoje. Foram estudos apresentando as formas diferenciadas do trabalho; sobre as relações entre trabalho e gênero – por exemplo, a feminilização do mundo do trabalho; outros a respeito da questão do trabalho em dimensão geracional: mais jovens, menos jovens; mais outros sobre a questão do trabalho na dimensão étnica: trabalho e imigrante. Para pensar, por exemplo, a questão francesa hoje, veremos que as rebeliões de Paris, na periferia de Paris, a categoria trabalho e a questão imigração, sejam eles os imigrantes ou os filhos dos imigrantes, são fundamentais.

Essa transversalidade do tema trabalho talvez seja o traço novo e importante das pesquisas que nasceram. Não só em países, digamos assim, com

² O NETS/UNIRIO tem a coordenação do Prof. Dr. Marco Aurélio Santana.

³ Alexander Noronha de Albuquerque é mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) e membro do NETS.

tradição de estudo na área de trabalho, como França, Itália, Inglaterra etc., mas em várias pesquisas entre nós, no Brasil, e no continente sul-americano. Há um segundo movimento também muito importante, que é procurar entender as novas formas de trabalho que emergiram depois que a planta produtiva sofreu as alterações nos últimos 20, 30 anos, quer dizer, aquilo que a literatura chama da crise da planta taylorista e fordista e do nascimento de novas plantas produtivas, seja no espaço fabril, seja no espaço dos serviços, inserido no que eu chamo de empresa "liofilizada", de empresa "flexível", "moderna", "enxuta". Qual é esse novo mundo do trabalho? Como há interação entre o trabalhador, a trabalhadora e a maquinaria? Quais são os exercícios de subjetividade que existem dentro da planta moderna? Quais são os níveis de exploração do trabalho que essas empresas exercitam? Quais são as formas de resistência dos trabalhadores, da classe trabalhadora, nos locais de trabalho? Quais são as formas de resistência nos sindicatos? Quais são as formas de aceitação e acomodação dos sindicatos? Esse, digamos, é o quadro dos estudos novos da Sociologia do Trabalho. Nele nós podemos encontrar na última década, no Brasil, vários estudos importantes que oferecem uma primeira fotografia de quem é essa nova classe trabalhadora brasileira que certamente tem elementos de continuidade em relação à classe trabalhadora de 20 anos atrás, mas tem elementos novos também. É este, um pouco, o panorama atual da sociologia do trabalho aqui no Brasil. Estes são os pontos que eu considero mais significativos.

Alexander – Saindo do campo acadêmico para as perspectivas gerais do mundo do trabalho: quais são as alternativas que o mundo do trabalho vem produzindo no campo do trabalho e no da resistência ao desemprego?

Ricardo Antunes – Primeiro, a constatação de que a classe trabalhadora não acabou; há uma classe trabalhadora e ela tem uma nova morfologia, tem novos elementos, mas possui ainda antigos elementos. Por exemplo, se você entra numa fábrica de automóveis, há muitos elementos novos, mas há ainda heranças do passado taylorista e fordista em muitas plantas. É evidente que esse cenário gera um conjunto também diferenciado de lutas e de resistências. Sobre as greves alguns diziam – lembra do que se dizia? – "Bancários não fazem mais greves", e fizeram. Nos últimos dois anos, os metalúrgicos também, assim como os funcionários públicos. Mas além das greves, da resistência sindical, nós podemos citar como exemplo o caso dos "piqueteiros" na Argentina, que é o movimento dos trabalhadores desempregados e o enorme processo de fábricas recuperadas, também na Argentina – mais de 200 fábricas foram ocupadas pelos trabalhadores. Elas foram abandonadas pelo patronato, os trabalhadores ocuparam e fizeram a

fábrica funcionar sem o capital privado, sem a “persona” privada controlando. Esses são exemplos das formas de lutas.

Há também um outro problema, que é complexo, e nós temos que analisar: o fato de muitos sindicatos terem abandonado a luta dos trabalhadores e se convertido, por exemplo, em sindicatos negociais. [Esses sindicatos] que estão interessados em especular com os Fundos de Pensão, ou que seguiram o caminho, digamos, de uma espécie de reestatismo do sindicato, abandonaram as lutas de perfil mais autônomo e classista, como foi o que se deu na década de 80 – década de muitas lutas sociais. Nós então temos que entender que o mundo do trabalho hoje tem desde manifestações de aceitação, de oposição e confrontação dentro da fábrica à aceitação e à oposição nos espaços na luta sindical. Esses antigos espaços e as novas formas de lutas, como eu citei no caso dos piqueteiros das fábricas ocupadas, há no Brasil também, entre outros países, e esses são, digamos assim, os exemplos de experiência.

É muito importante aprender com as lutas dos trabalhadores. E se a classe trabalhadora não acabou, a nossa pesquisa deve estar preparada para ir buscar e compreender essas novas formas de luta que emergem nos espaços do trabalho.

Alexander – Então, aqueles que afirmam que o fim do sindicato ou o fim do trabalho...

Ricardo Antunes – Perderam! Os seus livros viraram sebos sem valor muito precocemente. É evidente que os sindicatos viveram e vivem uma crise importante, mas a experiência tem mostrado que não é terminal, não foi terminal. O trabalho também, pelo contrário. Hoje nós podemos dizer que nunca tantos homens e tantas mulheres no mundo dispõem apenas do seu trabalho para sobreviver, e vendem-no como podem: em tempo parcial, por período temporário, por salário precário, catando lixos, trabalhando nos *Call Centers*, que são uma fonte de exploração intensificada do trabalho, ou em fábricas novas. Quer dizer, esta nova polissemia do trabalho mostra que a classe trabalhadora não acabou e que certamente nós podemos, através das nossas pesquisas, ter a certeza de que muitos exemplos e várias experiências ainda são passíveis de serem analisadas, refletidas e, mais do que isso, podemos participar também de algum modo desses embates que são os embates do trabalho pela humanização do mundo ou contra a desumanização hoje dominante em escala mundial.

A FERRUGEM DA MÁQUINA: “VELHOS” TRABALHADORES NO VÉRTICE DAS MUDANÇAS DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Ricardo Medeiros Pimenta⁴

RESUMO

Ao considerar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, cujos novos meios de produção e relações sociais vêm fazendo parte da sociedade contemporânea de forma intensa, vale lembrar que esta “veloz” sociedade não deixou de conviver com elementos, cenários e atores pertencentes ao “velho” modelo capitalista industrial, tão difundido no início do século XX.

Dessa forma, é através da memória coletiva de antigos trabalhadores de indústrias têxteis da cidade do Rio de Janeiro que lançaremos um questionamento acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e dos reflexos por eles vividos, tendo em vista a atual condição excludente em que vivem “velhos” operários.

Palavras-chave: **Trabalho, pós-modernidade, velhos trabalhadores, fábrica, memória social.**

ABSTRACT

Considering the changes occurred in labor’s world and their new meanings of productions and social relations that strongly appear with contemporary society, it worth remember this “fast” society coexisted with elements, scenarios and social actors that belong to the “old” industrial capitalism model yet, so well established in XX century.

In this way, trough the collective memory approach with these Rio de Janeiro’s textile “old” workers, we’ll ask about these occurred changes and the reflecting issues like social and political exclusion are lived by them.

Key-words: **Work, post-modernity, old workers, factory, social memory.**

⁴ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Memória Social PPGMS/UNIRIO.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem sua origem na dissertação de mestrado⁵ sobre a memória coletiva de velhos operários têxteis da cidade do Rio de Janeiro, aqui representada pelas companhias América Fabril e Nova América S.A. Neste íterim, foi na questão da “velhice” desses ex-operários, incorporada à memória e às identidades coletivas do trabalho, que lançamos uma problemática acerca da participação de tais homens e mulheres na dinâmica produtiva de nossa sociedade contemporânea, tendo em vista as mudanças multifacetadas ocorridas no mundo do trabalho.

Dessa forma, compreender o *kosmos* atual do trabalho foi, antes de tudo, perceber que as mudanças se deram de maneiras estruturais e atingiram dimensões não apenas horizontais como verticais. Entre outras questões, segundo Santana e Ramalho na obra “Além da Fábrica”, ficou claro para nós que o trabalho não só assumiu novos formatos, como tais modificações atingiram profundamente o processo de organização dos trabalhadores, bem como a relação capital/trabalho que atravessava as instituições, movimentos e cenários coletivos e públicos (Ramalho & Santana, 2003:12-13).

Aos olhos da sociedade contemporânea, os papéis do velho tecelão ou da antiga fiandeira, por exemplo, tornaram-se uma imagem não mais pertencente àquele antigo espaço ou lugar de produção, tão pouco permaneceram as relações sociais que ali foram constituídas. Ao contrário, elas diminuíram drasticamente, uma vez que são apenas por eles mesmos mantidas ou lembradas, ou seja, novas exigências do mercado surgiram em torno da necessidade de um trabalhador cujas qualificações apontassem para uma flexibilidade de suas funções e, além disso, a volatilidade da demanda e da oferta confluiu para que a imagem do “ser empregado” cada vez mais desse lugar àquela do “estar empregado”.⁶ Esta conjuntura não só aponta para a presença de um “novo” trabalhador, como também exclui – não só do trabalho como também do espaço social, político e sindical – aqueles que são “velhos” trabalhadores.

Ao tratar do antigo operário e de algumas questões que compõem sua estrutura social atual, trataremos de forma muito breve um pequeno histórico das

⁵ Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, realizada por Ricardo Medeiros Pimenta, na linha de pesquisa em memória e espaço, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, intitulada: “Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro”.

⁶ Entendemos que a estabilidade do emprego foi comprometida no atual cenário. A ideia de um emprego para toda a vida dá lugar ao “alívio” de não estar desempregado, visto que esta taxa vem aumentando progressivamente nos últimos anos.

companhias que foram o campo de ação desses trabalhadores. Dessa forma, poderemos relacionar as falas dos operários, aqui utilizadas, bem como suas lembranças estabelecidas e construídas nos seus respectivos espaços de trabalho.

Sobre a América Fabril, companhia centenária, sua fundação data de 1878, na região de Pau Grande, em Magé, interior do estado do Rio de Janeiro. Em 1891, comprou e reformou a fábrica que se chamaria, desde então, Cruzeiro, na região do Andaraí Grande, freguesia do Engenho Velho. Dessa forma, inseriu-se no cenário urbano da capital.

Seguidas das aquisições de outras unidades nos anos seguintes, como a Fábrica Bonfim, em 1903, por exemplo, situada no atual Bairro do Caju – na zona portuária – a América Fabril ocuparia definitivamente o quadro das dez maiores indústrias têxteis brasileiras na época (Weid & Bastos, 1986). Com a inauguração da fábrica Mavilis, em 1911, vizinha da fábrica Bonfim – a “mais moderna fábrica de fiação e tecelagem do Brasil na época” (Weid, 1995:14) – a América Fabril progrediria, consolidando-se, em 1920, como a maior companhia têxtil do Brasil após adquirir mais uma fábrica, a Carioca, localizada na grande Gávea, hoje o bairro do Jardim Botânico.

No decorrer dos anos, a América Fabril ainda concentrou outras fábricas, como a de Deodoro, no bairro do subúrbio carioca de mesmo nome, e a de Cachoeira Grande, vizinha da centenária fábrica Pau Grande. Entretanto, muito de sua estrutura já apresentava sinais de envelhecimento e debilidade desde meados dos anos 50, anunciando um futuro similar a tantas outras fábricas que fechariam na segunda metade do século XX.

Quanto à companhia Nova América, sua criação deveu-se à atividade de uma diretoria demissionária da antiga América Fabril. A então “Nova” América logo se tornaria uma das companhias têxteis de maior expressão no Rio de Janeiro, até sua falência, também na década de 80, e a sua completa desativação em 1991, quando permaneceu com suas portas fechadas e seus teares desligados durante os anos seguintes. Um de seus ex-funcionários, Salvador Oggiani, fala dos momentos do término das atividades àquela época:

(...) muita gente sofreu, porque a fábrica ficou parada... bastante tempo, né? Não havia trabalho mesmo. Ela, ela fechou (...) Olha, era uma coisa que cortava o coração, né? Porque aquele povão todo ali em Del Castilho, a maioria foi gente que viveu à sombra da Nova América. Muita gente que mora ali são tudo descendente dos empregados, conforme tem na Gávea, na fábrica Carioca. (...) Porque a fábrica chegou a produzir 5 mil empregos! Então, você vê, multiplica isso pelas pessoas da família, quanta

gente vivia em relação à Nova América, né? Foi realmente um *Império* (Salvador Oggiani, entrevista ao autor, 2004).

Posteriormente transformado em um *shopping center*, o caso da Nova América, entre outros conjuntos arquitetônicos de fábricas ainda presentes na cidade do Rio de Janeiro, apontou para esta “nova” utilidade dada pela atual sociedade do consumo, e descoberta nos últimos anos, para as fábricas ainda existentes nas cidades.

Assim como a Nova América, a América Fabril entrou em um processo de falência que se iniciou nos anos 60. A primeira fábrica a ser desativada foi a Carioca, em 62. Sua desativação foi seguida rapidamente pela corrida do mercado imobiliário e, após poucos anos do fechamento da fábrica, toda a sua construção já havia sido demolida, com exceção de algumas casas de vila operária.

Logo depois foi a vez da maior fábrica da companhia, a Cruzeiro, entre os anos de 68 e 69. Ao término das atividades desta fábrica, parte de seus operários foi remanejada para as outras restantes que ainda se mantinham operantes, como Bonfim e Mavilis, Pau Grande e Deodoro.

Em seu terreno, quase tudo foi demolido e dividido entre estatais, que trataram de instaurar uma nova ordem e função naqueles locais. Hoje, parte de sua área é ocupada pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal e por um condomínio residencial de prédios, cuja construção se deu anos depois – através do financiamento do BNH – chamado de “tijolinho” pelos moradores do bairro. Esse condomínio, entretanto, apresenta uma fachada de tijolos vermelhos que, ao morador mais antigo, faz lembrar aquela antiga fábrica.

Os anos que se seguiram, após a desativação dessas duas primeiras fábricas, não foram diferentes daquele de 1971, quando a fábrica de Pau Grande e as duas do Caju foram desativadas, e de 1983, ano em que finalmente fecharam a Santana e a Deodoro. Restaram apenas os operários que, quando possível, procuravam a aposentadoria como refúgio à medida que envelheciam à sombra do que antes fora o seu local de trabalho.

REFLEXOS SOCIAIS EM MEIO ÀS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO

As mudanças ocorridas no processo de flexibilização do trabalho levavam, segundo Sennett, à descontinuidade do passado (Sennett, 2005:55) e, nesse escopo, entendemos que a participação dos antigos operários na sociedade parecia entrar em crise, uma vez que a antiga “sociedade de produtores” (Bauman, 1999:88) vinha sendo mais e mais suplantada pela nova e moderna ordem do consumo. Nessa transição de “mundos”, a condição de velhice daqueles atores sociais tornaria ainda mais difícil sua adaptação às novas regras do trabalho e reinserção nessa mesma sociedade diante dos novos desafios que o mundo lhes apresentava. Bauman (1999:88-89) atesta: "Naturalmente, a diferença entre viver na nossa sociedade ou na sociedade que imediatamente a antecedeu não é tão radical quanto abandonar um papel e assumir outro".

As demais alterações nas sociedades capitalistas, destacando-se as ocidentais neste caso, trouxeram com o advento da pós-modernidade a necessidade da mudança de papéis, mudanças estas que não tiraram das práticas do trabalho sua inscrição na estrutura social (Ramalho & Santana, 2004:47), mas desestabilizaram outras estruturas sociopolíticas, como foi o caso dos sindicatos e de sua desmobilização diante do problema do desemprego (Idem:44) de massas de trabalhadores.

A produção industrial associou-se por demais à valorização do tempo que a ela está agregado e, assim, à dinâmica imposta pelo modelo capitalista industrial, em uma corrida pelo “tempo de giro do capital” (Harvey, 2004:209). No entanto, tal modelo não duraria para sempre; e foi nesse “crepúsculo” do capitalismo industrial que um grande número daqueles operários, hoje idosos, perdeu seu emprego e permaneceu excluído da sociedade que se reestruturava em obediência a uma nova ordem em desenvolvimento.

Com a queda gradativa do modelo fordista nas últimas quatro décadas do século XX, portanto, não só a economia global como as grandes companhias industriais passaram por uma “tormenta” política e econômica que as levaria à reestruturação de seus meios de produção e consumo, ou à “desintegração” de suas bases.

Essas mudanças, juntamente com o desenvolvimento contínuo do setor industrial, do capitalismo e da sociedade que as engendrava, acabaram por levar aqueles atores sociais de outrora a uma condição progressiva de “desencaixe”

(Domingues, 2003:116-118) – idéia também difundida em Giddens – no tocante aos cenários do trabalho e da produção que, com a aurora da pós-modernidade, tiveram o seu fim deflagrado no processo de crise da década de 80.

De fato, as mudanças ocorridas nos espaços das cidades, de uma forma geral, haviam modificado diversas estruturas sociais, econômicas e políticas que ali se inseriam. O antigo cenário, da forma que muitos de seus velhos habitantes o conheciam, apagou-se ou transformou-se em um novo conjunto de símbolos e funções, tornando possível um “desenraizamento” (Weil, 1996) daqueles atores que com ele se identificavam.

Há, portanto, no caso das companhias América Fabril e Nova América, respectivamente, ações de abandono, de limpeza e de transformações de seus espaços, ou seja, a mobilidade funcional presente em nossa sociedade contemporânea “sintomatiza” o cenário onde lembranças e “enraizamentos” foram elaborados entre os espaços e seus grupos (Bosi, 2003:443) no cotidiano do trabalho. Segundo Simone Weil, esses “enraizamentos” deveriam ser assegurados assim por essa

(...) participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente (Weil, 1996:411).

Simone Weil aponta ainda uma idéia de necessidade, na qual o *locus* de participação dos homens agiria na sua própria formação. Dessa forma, como dependente de uma esfera social característica, o homem precisaria do espaço social para validar a si mesmo e às suas ações. Tais condições, na visão de Hannah Arendt, nos revelam que

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. (...) Um homem que trabalhasse e fabricasse e construísse num mundo habitado somente por ele mesmo não deixaria de ser um fabricante, mas não seria um *homo faber*: teria perdido sua qualidade especificamente humana (...) (Arendt, 2003:31).

Neste escopo, o homem dissociado do grupo do qual faz parte ou em que se reconhece descaracteriza-se em relação àquele espaço social ali construído e reificado (Bourdieu, 2003:160-161). Sendo assim, o homem não está de todo “vivo” sem o espaço social e, nesse sentido, consideramos, além da influência da velhice para o desaparecimento social do homem (Arendt, 2003:61), a mudança do espaço no processo de “desmapeamento” (Abreu e Chagas, 2003:13) dos grupos

que – regidos por tempo, progresso e esquecimento – vêm sendo destituídos de seus significados. Nesse processo, os antigos espaços fabris protagonizam uma “crise”, inflamada pela memória e pela identidade, entre passado e um futuro que traz com ele o esquecimento.

Ainda hoje, residentes nos bairros onde se localizavam suas fábricas, esses homens e mulheres têm ainda em suas identidades e histórias de vida dois tempos bem definidos: o do trabalho e o da velhice. Nesses dois momentos distintos, entretanto, a mudança ocorrida em seus papéis sociais não se representa apenas na ação do envelhecimento daquele operário.

Juntamente com esse processo há toda uma ação de formação, desenvolvimento e manutenção de uma memória que, atuando nos grupos e nos indivíduos, possibilita aos mesmos a constituição de suas identidades (Pollak, 1992:204-205), valores e demais representações, bem como sua manutenção e reconstrução.

De um modo geral, a imagem do velho na sociedade industrial, representada no próprio interior das grandes fábricas e no cotidiano operário, tornava-se mais visível ao passo que sua produtividade, em relação às expectativas do mercado, do empregador e das próprias práticas do trabalho, tendia a decair. Nesses termos, é correta a fala de Bosi quando diz que: “A sociedade industrial é maléfica para a velhice” (Bosi, 2003:77).

A idade traduz-se, em uma coletividade balizada pela produção e pelo trabalho de veia capitalista, como uma “marca social” que esses antigos operários carregam, assim anunciando a sua “incapacidade” de produzir no mundo atual. Nesse sentido, é ao se chegar à velhice que ocorre a “degradação da pessoa que trabalha” (Idem:80) – pessoa esta que passou a vida tendo o seu trabalho como a ação que o identificava enquanto indivíduo e enquanto parte de um grupo social. Independente do seu espaço de trabalho, da companhia à qual servia, tal situação se mostra presente em todas as experiências:

Trabalhando... a gente, poxa, (...) trabalhava, chegava de tarde, vinha correndo, fazia as coisas, né? Em casa, é isso aí... Mas agora só saudade daquela época, dos amigos – a gente tem muitos amigos, tinha muitos amigos, né? Muitos amigos, mas acabou tudo... (Sílvia Ministério, entrevista ao autor, 2005).

Dessa maneira, ao tornar-se idoso, o antigo operário sentiu que por muitos anos poderia escolher entre duas alternativas: uma seria a realocação na indústria, com funções e até cargos diferentes; a outra seria a saída da fábrica, que em

alguns casos era interpretada como uma rejeição ao velho operário. Para os parâmetros contemporâneos, esta segunda alternativa acabou por se tornar o tônus de um sistema excludente e ultracompetitivo.

Ao lembrar-se de uma das vezes em que foi visitar a fábrica da companhia Nova América após a sua aposentadoria, o senhor Toninho – responsável pela mecânica e a elétrica do maquinário – nos disse:

(...) quando passo ali eu vejo (...) preocupado com aquela máquina, se hoje ela tá rodando... Os companheiros lá que trabalham nela, eles, pô, tudo me abraça com saudade! Oh! Volta sempre aí! Poxa! [Toninho gesticula como se falasse com seus companheiros] Como é que tá os motores aí? Ah! Tá com muita saudade de você, sabe? Eu também tô com saudade, mas agora não tem mais jeito! Os anos avançaram, a gente [emoção], a velhice chegou, e [emoção] o desprezo, depois de velho, fica como... sucata, material já, já – como é? – validade vencida, né? Validade vencida (...) (Toninho, entrevista ao autor, 2004).

Casos como este apenas corroboram a hipótese de deslocamento, ou melhor, de “desenraizamento” experimentado por esses operários que se tornaram velhos demais para continuar a trabalhar e a compor o cotidiano das fábricas. Há, no chegar da velhice, uma “degradação da pessoa que trabalha” (Bosi, 2003:80) – aquele operário que passou a vida tendo o seu trabalho como a ação que o identificava enquanto indivíduo e parte de um grupo social.

Esse processo é potencialmente gerador de exclusão diante da empregabilidade atual e das exigências da sociedade contemporânea que, ao se relacionar com esses ex-trabalhadores idosos, não lhes concede mais “espaço” no cenário social que os cerca.

Os lugares ocupados por essas fábricas também sofreram uma mudança latente desde meados dos anos 70 pelo processo de desindustrialização vivido na cidade do Rio de Janeiro. Muitas das antigas fábricas foram extirpadas da zona urbana da cidade e juntamente com elas seus agentes foram sendo “empurrados” para fora de seus lugares para sanar um “problema territorial” (Pozo, 2002:215) crescente. Vejamos o exemplo do caso da fábrica Carioca, em que a sua desativação foi rapidamente seguida pela corrida do mercado imobiliário. Poucos anos depois do fechamento da fábrica, toda a sua construção já havia sido demolida, apagando quase completamente daquele cenário a história ali vivida, e dando lugar a casas luxuosas, prédios, condomínios e à sede da Rede Globo de Televisão (Weid e Bastos, op. cit.:267).

Hoje, apenas algumas casas de vilas operárias mantêm-se como os últimos “restos” daquelas “aldeias urbanas” (Burke, 2002:84) tão características do local onde a presença da indústria imprimia na sua população e no espaço que a tangenciava as experiências que, no cotidiano e no trabalho, constituíam a sua dinâmica.

Assim como a Carioca, as fábricas Mavilis e Bonfim seguiram a mesma lógica de desaparecimento. Estas fábricas, vizinhas, localizadas perto da zona portuária do bairro do Caju, foram demolidas até o chão e seus terrenos passaram a ser utilizados para depósito de *containers*. Moradores de uma das antigas vilas operárias convivem agora com o barulho dos guindastes e a paisagem de blocos de aço coloridos que cercam sua vila. Não há quaisquer outros restos das fábricas de tecidos que não sejam eles mesmos, sua vila e sua memória.

(...) foi mudando tudo, né? Num instante, em 69 [1969], a fábrica fechou; aí ficou um terreno vago; **tantos anos!** Ficou tudo jogado... [*O entrevistador pergunta: — A fábrica foi demolida logo?*] Não! Levou mais, mais de 15 anos! Mais de 15 anos; tudo parado aí, depois é que botaram tudo abaixo, aí que botaram esses *containers* (Silvia Ministério, entrevista concedida ao autor, 2005).

Tal processo não se restringe apenas aos limites físicos das fábricas marcados pelos seus muros. Posteriormente, o ostracismo do velho operário ocupa um espaço exterior ao seu local de trabalho. Não só na vida privada, mas também na vida pública, o envelhecimento desses trabalhadores conecta-se à caracterização excludente e opressora de invalidez devido ao preconceito de que é inviável o velho continuar a produzir (Peixoto, 2003:71).

O homem fragiliza-se ao envelhecer nessa sociedade. E para os fracos, não há mais lugar na sociedade da eficácia, fazendo com que nada mais seja possível para eles. (...) O pior é que as garras afiadas da sociedade capitalista, desfigurando a compreensão das coisas, fazem do homem velho um pacato e conformado “cidadão”, que já para si mesmo afirma: “É a lei da vida, é assim mesmo que tem de ser” (Loureiro, 2000:42-43).

Dessa forma, nas últimas décadas do século XX, a mesma “crise” que afligia o mundo do trabalho (Antunes, 2003:187) também afetava de forma latente o “posicionamento” (Giddens, 2003:97) dos atores sociais que, naquele momento, sofriam com a desestruturação de seu espaço de trabalho, ou seja, do desaparecimento de um sistema de “tempo e produção, disciplina e controle” que mantinha fundo suas raízes na vida privada, no cotidiano e nas relações sociais implicadas que definiam parte substancial da “identidade” (Ibidem) de tais operários.

A falência da Nova América e da América Fabril ilustrava o que sucedia em muitos outros centros urbanos que sofreram uma desindustrialização profunda, levando a condição daquele cenário, segundo Ricardo Antunes, a uma tendência de

(...) redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, *estável e especializado*, herdeiro da era da indústria verticalizada. Esse proletário se desenvolveu intensamente na vigência do binômio taylorismo/fordismo e vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital produtivo, o desenvolvimento do *lean production*, a expansão ocidental do toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo, a flexibilização e desconcentração (...) (Antunes, 2003:104).

Essa redução trouxe um processo crescente de falências de indústrias e de desemprego. Para as que continuaram, eram empregados operários de outras unidades fabris ou, quando pertencentes a uma mesma companhia, transferidos pelo processo de “diminuição” e centralização daquelas companhias mais tradicionais, em um esforço de se adaptarem às novas diretrizes do mercado.

A automatização da produção não assegurava a permanência no mercado, mas era uma das necessidades que as indústrias começavam a suprir. A compra de teares automáticos refletia o processo de “compressão do tempo-espaço” (Harvey, 2004:257-276), mas não preenchia a carência de flexibilização do trabalho para atender aos novos meios de consumo e aos meios organizacionais. Ao ser questionada sobre o processo de falência de sua unidade têxtil, uma antiga tecelã da fábrica Mavilis, no bairro da zona portuária do Caju, dona Silvia Ministério, trouxe na narrativa o seu entendimento do processo:

(...) Já começou, de repente, a vir pessoal do Andaraí, começou a fechar lá no Andaraí [fábrica Cruzeiro], a fábrica do Andaraí; aí vinham pra cá. Vieram pra cá. Aí começou a trabalhar dia e noite, já não era por causa de guerra não! (...) Eu trabalhava até as 4h40 [16h40], aí quando eu saía, aí dava um risco assim no pano, que dizer, o pano que tava pra baixo botava minha chapa. E o pano que tava em cima, [que] ia começar a fazer, era da outra substituta... Sabe? Então, já começou assim, já começou a fracassar assim. Aí foi escasseando, foi escasseando, aí começou a vim [sic] teares automáticos. Era uma **sala grande!** (...) Quando acabou, fechou a fábrica; em 69 [1969], já tinha a sala grande dos automáticos, sabe? (Silvia Ministério, entrevista ao autor, 2005).

Na data de encerramento das atividades da fábrica, o operariado foi surpreendido com os portões fechados. Algumas atividades anteriores àquele dia continuam na lembrança de dona Silvia, como um sinal de que o fim do trabalho estava próximo para eles:

(...) nós távamos trabalhando; no dia seguinte, fechou. (...) Quando a gente chegou lá no portão, tava fechada. (...) Um dia antes (...) teve uma ordem lá: (...) **O pano que tiver tem que tirar!** Veio aquela ordem assim, de repente. Aí foi aquele alvoroço, né? O contramestre: Aí as moenda! Vamos tirar o pano! A gente tirava o pano, botava em cima dos teares pra tabela

que ia medir o pano e marcava na tabela, pra gente ganhar o pano que a gente fez, né? Então **veio** aquela ordem assim de repente, **tum!** Parecia... foi uma... até como uma comoção geral, né? Um olhando pro outro: por quê?, por quê?, por quê? Todo mundo tirando os panos... Aí deu o sinal pra gente ir embora. Foi quase em cima da hora. No dia seguinte, nós voltamos... O portão tudo com aquelas **travas**, assim! Fechado com aquelas travas... A fábrica tinha falido [emoção]! (Sílvia Ministério, entrevista ao autor, 2005).

As travas nos portões e a surpresa para muitos foram apenas o começo de um processo de desestabilização social e econômica e, em outros casos, até a favelização daquelas ruas e quarteirões em que se localizavam as vilas operárias e outros prédios pertencentes à instituição fabril. O fim da fábrica, portanto, marcava para muitos operários a chegada da aposentadoria. Para outros, a busca de trabalho em outras unidades fabris, que ainda não estivessem fechando suas portas, tornou-se a necessidade primária.

O “SUJEITO NEGADO” E O “DESENRAIZAMENTO” SOCIAL NOS CABELOS BRANCOS

Tais fatores finalmente nos levam de volta ao conceito do “desenraizamento” operário posto por Simone Weil. Esta autora considerou que o salário associado à empreitada prenderia o operário à contagem de seus tostões, voltando sua atenção apenas para este fim — o que denota aí uma questão de dependência do capital — desprendendo-o de todo o resto. Além disso, para Weil, o desemprego funcionaria como um “desenraizamento” de segundo grau, uma vez que o operário é destituído de mobilidade e ação nos espaços referentes à fábrica e aos seus respectivos trabalhadores (Weil, 1996:413). Coube a nós apontarmos aqui o que consideramos ser o terceiro grau de tal “desenraizamento”: a velhice operária, que trouxe em seu bojo a mesma dependência salarial amalgamada à imobilidade daquele sujeito no lugar comum à sua classe ou grupo.

Essa imobilidade social e territorial – já que em muitos casos o espaço fabril sofreu drásticas mudanças – ilustra, portanto, a própria “negação” que aquele sujeito recebe da sociedade e do espaço em que ele se localiza.

Ao velho incorpora-se a condição de um *sujet dénié* (Baujoit, 2003:101), enquanto seu grupo, sua história, suas experiências vão desaparecendo com ele, da mesma forma que já se foram com seus companheiros falecidos. Para os “outros”, tudo aquilo que ele adquiriu – técnicas, ofício, instrução – é ultrapassado. Sua capacidade produtiva – por conseguinte, o potencial para agir no presente – está arruinada. O velho trabalhador é um ator social que muitas vezes atua sem cenário; é um operário sem fábrica; traduz-se, assim, como uma “ruína” pertencente àqueles espaços sociais pretéritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina & CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Col. **Mundo do Trabalho**. 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BAUJOIT, Guy. **Le changement social: approche sociologique des sociétés occidentales contemporaines**. Collection **Cursus**. Paris: Armand Collin *Éditeur*, 2003.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. 10ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre (coord.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2003.

BURKE, Peter. **Teoria e História Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DOMINGUES, José Mauricio. **Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. Tradução Álvaro Cabral. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro-RJ: Ed. Forense Universitária, 1990.

LOUREIRO, Altair Macedo Lahud. **A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços do estudo**. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.

PEIXOTO, Clarice. "Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade..." In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social" In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

POMIAN, Krzystof. "Memória". In: GIL, Fernando. **Sistemática**. (**Enciclopédia Einaudi, v.42**) Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2000.

POZO, Paz Benito del. "Patrimonio industrial y cultura del territorio" In: **Boletín del A.G.E. (Asociación de Geógrafos Españoles) n.34**, p.213-227. España: AGE, 2002.

RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho no mundo contemporâneo**. Coleção Passo-a-passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2004.

_____. **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Ediora Boitempo, 2003.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 9ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

WEID, Elisabeth von der. **Fontes documentais para a história de empresas têxteis no Rio de Janeiro: estudo de um caso**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Casa de Rui Barbosa/FCRB, 1995.

WEID, Elisabeth von der & BASTOS, Ana Maria Rodrigues. **O Fio da Meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

WEIL, Simone. **A Condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2ed. revista. Ecléa Bosi (org.). Trad. Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1996.

¹ Uma versão preliminar desta pesquisa foi apresentada, em formato de comunicação, no I Seminário NETS – Visões do Trabalho: História, Memória e Sociologia. (07, 08 e 09 de dezembro de 2005).

¹ Como exemplos de indústrias que tiveram suas filiais no bairro podemos citar: Company, Glaxo Welcome, Café Moinho de Ouro, Babeto Confeções. Entre as principais indústrias ainda funcionando no bairro temos a Cisper (vidros) e a General Electric (GE).

¹ Nas primeiras entrevistas, a articulação entre movimento operário e movimento comunitário é mencionada com destaque. Ver Thiago, Cristiane Muniz. *Memória e Trabalho no bairro do Jacaré - RJ*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2004. (Monografia).

¹ Para os menos familiarizados com a Zona Norte do Rio de Janeiro, uma visão panorâmica do que foi o complexo industrial do Jacaré pode ser oferecida através de uma viagem na Linha 2 do Metrô-Rio. Ao percorrer a distância entre as estações de Del Castilho, Maria da Graça e Triagem, quando o metrô é de superfície, temos uma surpreendente visão da área do Jacaré e do Jacarezinho, com suas ex-fábricas e favelas.

¹ Para fins analíticos, englobamos alguns pequenos bairros no entorno do Jacaré, como o Riachuelo, fazendo parte da mesma área.

¹ Edital de Leilão da Fábrica de Parafusos Águia. 29/06/2005.

¹ Entrevista concedida à autora em 12/07/05 – “C”. Moradora do Jacarezinho por mais de 20 anos, fez parte de grupos políticos de esquerda dentro da favela e, apesar de nunca ter sido operária, participou das discussões desse grupo no bairro.

¹ Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”. Dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

¹ Entrevista concedida à autora em 22/08/03 – “D”. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, morador do bairro desde a década de 1970. Sua mudança para a região se deu com o objetivo de “agitar” o movimento operário no bairro.

¹ Ver, por exemplo, Tiriba (1997).

¹ Entrevista concedida à autora em 22/08/03 – “D”.

¹ Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”.

¹ Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”.

¹ Idem.

¹ Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “E”. Ex-funcionário da Fábrica de Parafusos “Águia” e membro da Cooperativa de Produção de Parafusos.

¹ Ver Tiriba (1997).

¹ Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “F”. Ex-funcionário da Fábrica de Parafusos “Águia” e membro da Cooperativa de Produção de Parafusos.

¹ Entrevista concedida à autora em 30/11/05 – “B”. Participou do processo de formação dos trabalhadores da Fábrica de Parafusos para a implantação da cooperativa. É interessante notar que “B” foi dirigente sindical em Volta Redonda e o papel que ocupa hoje, enquanto defensor da economia solidária e crítico de algumas posições do sindicato, em parte contraria os princípios de sua formação de sindicalista.

¹ Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “F”.

¹ Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”. Ele nasceu no Jacarezinho, onde morou por mais de 40 anos. Ao falar da importância do sindicato para a sua vida e do significado de ter nascido em uma favela, a emoção tornou-se evidente em seu semblante.

¹ Entrevista concedida à autora em 09/08/05. “G”. Funcionário do Sindicato dos Vidreiros há mais de 30 anos. A instituição funciona no bairro desde a década 1970. “A” está no sindicato desde então, acompanhando não só a história dos vidreiros, como a história do bairro e de fábricas e sindicatos que atuavam naquele espaço.

¹ Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “F”.

O VÔO DA ÁGUIA: O CASO DOS TRABALHADORES DA FÁBRICA DE PARAFUSOSⁱ

Cristiane Muniz Thiago⁷

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a memória dos ex-trabalhadores da fábrica "Parafusos Águia". Esta empresa funcionava no bairro do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, mesmo local de residência de boa parte de seus trabalhadores. A "Águia" encerrou suas atividades no fim dos anos 1990, mas alguns de seus operários fundaram uma cooperativa de trabalho utilizando o maquinário da empresa recebido como indenização. A principal metodologia de pesquisa utilizada foi a História Oral, entrevistando ex-trabalhadores da Fábrica de Parafusos e membros do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Como resultados preliminares, podemos apontar que o fechamento da fábrica e o deslocamento de local de trabalho exigiram desses operários a redefinição de seus principais referenciais espaciais e identitários.

Palavras-Chave: **Bairro, História Oral, "Parafusos Águia", Sindicato, Trabalhadores.**

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the collective memory of the ex-workers of the plant "Parafusos Águia". This company functioned in the neighborhood of "Jacaré", North Zone of Rio de Janeiro city, local of residence of most of its workers. The factory shut down in the end of 1990's, but some of its employees started a labor cooperative using the machinery they received from the company. The methodology adopted was Oral History, by interviewing former-workers and members of the Metalworkers Union of the Rio de Janeiro. As preliminary results we can point that the plant shutdown and the displacement of their workplace had demanded of these workers the redefinition of their identity and spatial references.

Key words: **district, oral history, "Parafusos Águia", trade union, workers**

⁷ Mestranda em Memória Social - Programa de Pós-graduação em Memória Social - PPGMS - UNIRIO

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a memória dos ex-trabalhadores da Fábrica “Parafusos Águia”. A fábrica, que funcionava no bairro do Jacaré, Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, fazia parte de um grande complexo industrial. O bairro do Jacaré chegou a abrigar o segundo maior parque industrial da cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1960. Boa parte da mão-de-obra desta fábrica residia no próprio bairro, na Favela do Jacarezinho. Portanto, a problemática do espaço torna-se um importante referencial para a análise das memórias desses trabalhadores. O espaço da “casa” e da “rua” dificilmente eram bem delimitados no bairro.

A partir de 1990, a maior parte das fábricas do complexo industrial encerrou suas atividades por falência ou transferência da região. Foi nesse mesmo período que a “Parafusos Águia”, com quase 300 trabalhadores, começou a apresentar problemas na produção, com um progressivo descumprimento dos direitos trabalhistas, até seu fechamento, no fim dos anos de 1990. Interessa-nos, ainda, analisar “o vôo da Águia”, ou seja, de que maneira esses operários construíram uma alternativa para o desemprego, formando uma cooperativa. Com o fechamento da fábrica, os trabalhadores receberam como indenização o maquinário da empresa. Ao passo que muitos vendiam as máquinas para obterem um rendimento mínimo, um pequeno grupo propôs a formação de uma cooperativa. Nesse contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos aparece com destaque na fala dos entrevistados. Ao negar apoio à iniciativa de construção de uma cooperativa, a instituição passou a ser hostilizada por esse grupo e deixou de ser, então, o espaço legítimo de representatividade do trabalhador.

A principal metodologia de trabalho foi a da História Oral, entrevistando atores envolvidos com a produção industrial no bairro do Jacaré e membros do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Como resultados preliminares, podemos concluir que a saída encontrada pelos operários da “Parafusos Águia” constituiu uma exceção em face dos demais trabalhadores do bairro, que em geral foram buscar seu sustento em atividades fora da produção industrial. Além disso, esses homens tiveram que construir novos referenciais em termos de espaço e identidade.

UM BAIRRO OPERÁRIO

[...] devemos examinar os contextos em que as vidas operárias são vividas. Isso significa visualizar tempo e espaço não como pano de fundo da análise histórica, mas, fundamentalmente, como parte intrínseca do próprio processo de mudança histórica (Savage 2004:38).

Para entendermos as memórias dos ex-operários da fábrica “Parafusos Águia” temos que compreender o espaço em que a fábrica estava localizada e de que maneira ele está presente na formação da identidade e da memória do grupo.

Na década de 1960, o bairro do Jacaré abrigou o segundo maior parque industrial do Rio de Janeiro. O complexo industrial do Jacaré ocupava cerca de 15 ruas do bairro e tinha uma enorme diversidade na sua produção. Era possível encontrar ali indústrias de sapatos e bolsas, de materiais farmacêuticos, de vidros, de roupas, metalúrgicas, gráficas, fábricas de beneficiamento de café etc.ⁱⁱ Nas ruas do complexo, e na principal artéria do bairro (rua Nilo Teixeira), diversas cantinas serviam aos trabalhadores das fábricas e uma rede de comércio era alimentada pela economia gerada na produção industrial.

Para que se entendam os processos ocorridos no bairro do Jacaré, a crescente industrialização, a partir da década de 1960, e o fim das atividades de boa parte das indústrias da região, a partir da década de 1990, torna-se imprescindível considerarmos o Jacarezinho que, de acordo com os dados do IBGE de 2000, possui cerca de 36.459 moradores, enquanto o Jacaré tem por volta de 7.392 moradores. Além disso, a maior parte da mão-de-obra do complexo industrial do Jacaré é moradora do Jacarezinho e veio para este bairro a partir de um processo de migração, em grande parte de migrantes nordestinos. Até 1992, data da criação do bairro do Jacarezinho, o espaço era identificado como uma favela que fazia parte do bairro do Jacaré.

Partimos do pressuposto de que existia uma forte relação entre o movimento comunitário e o movimento operário,ⁱⁱⁱ sendo o espaço do bairro (Jacaré e Jacarezinho) um dos destaques na memória desse grupo de operários. Refletir sobre o espaço é, portanto, fundamental para uma melhor análise da história desses trabalhadores, valorizando os contextos em que os movimentos operários delinearão as suas histórias.

A presença no bairro de diversos movimentos políticos e a concentração operária permitiram que alguns sindicatos tivessem forte atuação na área. Além do Sindicato dos Metalúrgicos do Município do Rio de Janeiro, de longa tradição no cenário político da cidade, também atuava no bairro o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro, mais conhecido como Sindicato dos Gráficos, um dos mais antigos da história do país. Outra instituição

com grande representatividade ali foi o Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Fabricação, Beneficiamento e Transformação de Vidro, Cristal, Espelho, Fibra e Lã de Vidro, Cerâmica de Louça, Cerâmica de Barro, Porcelana e Ótica do Rio de Janeiro, usualmente chamado de Sindicato dos Vidreiros.

Na década de 1990, várias indústrias do complexo industrial foram fechadas ou tiveram suas atividades reduzidas e cerca de 40 mil trabalhadores perderam seus empregos nas fábricas do bairro. A partir da experiência do desemprego, os trabalhadores vão construir novas formas de mobilização e alternativas de emprego.

Para termos uma noção das transformações ocorridas do bairro, basta um “passeio” por suas ruas, entre as fábricas desativadas ou feitas de moradia e a “vida” das poucas indústrias que persistem funcionando. O próprio Jacarezinho, com seus becos apertados e a imensidão de seu comércio informal, constitui-se excelente exercício de trabalho de campo.^{iv} É nesse cenário que está o objeto deste trabalho, a memória de ex-trabalhadores de uma das mais importantes metalúrgicas da região.

UMA GRANDE VILA OPERÁRIA

A fábrica “Parafusos Águia” instalou-se no bairro do Jacaré na década de 1930, quando o local ainda não havia se constituído como um centro de produção industrial. A seguir, temos a descrição do espaço que por mais de 60 anos serviu ao funcionamento da fábrica:

[...] prédios: localizados a rua Luiz Zanchetta, n.ºs 94 a 114, no bairro do Riachuelo,^v freguesia do Engenho Novo. Construção antiga, em estrutura de concreto armado, alvenaria de tijolos, onde anteriormente funcionava a Fábrica de Parafusos Águia S/A. O imóvel compreende as edificações existentes no n.º 94 a 114 da citada Rua Luiz Zanchetta. Apresenta-se com fachada em massa corrida, muro alto, portões de ferro com acesso para carga e descarga de caminhões e demais veículos além de pedestres; as janelas e portas com esquadrias de ferro e dispõem internamente dos seguintes compartimentos: Dois galpões com cobertura de alumínio e piso de cimento: com depósito para guarda de matéria-prima utilizada pela fábrica; Três outros galpões com cobertura de alumínio e piso em cimento, todos em regular estado de conservação. Pátio para carga e descarga de caminhões com rampa e portão de ferro. Pátio de estacionamento para veículos, com cobertura; área com projeto de construção de vestiários, banheiros, com início de execução, localizada no segundo pavimento. Casa localizada nos fundos da fábrica onde reside o vigia e antigo funcionário da fábrica, constituída de três quartos, sala, copa/cozinha, varanda e dois banheiros. Portaria com cabine para Segurança e vigia, diversas salas e departamentos onde funcionava toda estrutura administrativa da fábrica, além do refeitório, salão de jogos e banheiros, estes localizados no segundo pavimento. O Terreno: medindo 108,00m de frente pela Rua Luiz Zancheta; nos fundos, em linha quebrada, mede 13,90m mais 12,37m, 12,17m, 12,04m, 8,00m, 2,00m, 10,05m, 20,00m, 10,03m, 10,93m, 77,00m à direita; 61,62m à esquerda. Proprietária: Fábrica de Parafusos Águia S/A. – Área edificada de 5.703,00m².^{vi}

O espaço descrito acima é o cenário em que a memória de centenas de homens e mulheres ancora um dos seus principais referenciais. Na época da falência da fábrica, alguns de seus operários tinham 25, 30 anos de trabalho na “Águia”. Trabalhar ali representava para muitos fazer um pequeno trânsito entre local de trabalho e de moradia. Como boa parte dos operários morava no próprio bairro, a fábrica acabava também por invadir os espaços privados do trabalhador.

Em parte, a história do Jacaré remete às vilas operárias construídas pelas próprias empresas, e até bairros inteiros que nasceram ao redor de uma fábrica ou de um complexo industrial. Seja por iniciativa da própria empresa ou por uma demanda social, os bairros que crescem em torno das indústrias têm suas características próprias e por vezes servem ao interesse de melhor controlar a mão-de-obra.

No caso do Jacaré, a proximidade entre moradia e trabalho trazia conseqüências para a relação entre os trabalhadores e a empresa. Nesse bairro,

pela falta de planejamento, pela diversidade de trabalhadores, pelo tamanho da área ocupada e pelo número de moradores podemos falar de um “conjunto de vilas operárias”. Segundo pudemos observar, essa proximidade com o trabalho era incentivada pelo patrão.

Então a gente sabia também que o patrão estimulava. Assim que o patrão estimulava até que o trabalhador saísse da Baixada ou de outros bairros para vir morar no Jacarezinho, porque ele sabia que se aquele trabalhador, se ele precisasse de noite, sábado, domingo, ele entrava. Então, era comum, quando eu era criança, os chefes subirem o morro para ir chamar o empregado com algum problema na fábrica.^{vii}

A relação de proximidade do trabalhador com o local de trabalho facilitava atitudes como a citada acima: o empregado ficava à disposição do trabalho 24 horas por dia. Outro fator que fazia com que fosse estimulada a fixação do trabalhador próximo ao local de trabalho era a economia feita pelo empregador, diminuindo custos com o deslocamento de seus operários. Quando perguntado se a proximidade com o trabalho ajudava ao trabalhador, foi feita a seguinte colocação:

Ajudava pelo seguinte, porque a escola também ficava perto do bairro e as empresas não tinham... tinham uma despesa a menos na questão de dar um salário melhor para pagar a passagem, não existia vale-transporte, era tirado mesmo da passagem, do salário do trabalhador.^{viii}

No estado do Rio de Janeiro, temos Volta Redonda como exemplo de cidade-operária, planejada para abrigar trabalhadores em torno da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), empresa dirigida por militares durante anos e que até a década de 1970 controlava boa parte dos serviços públicos da cidade, como conservação de estradas, parques e ruas, limpeza urbana, transporte coletivo, serviço de polícia e bombeiros (Morel 2001). A disciplina das fábricas estava presente na vida cotidiana dos trabalhadores; o controle estendia-se ao bairro, atingindo as instâncias mais particulares da vida do operário. Outras regiões do país tiveram a configuração de cidade ou bairro operário, com pouco ou nenhum planejamento, o que pode ter facilitado as formas de resistência do operariado à disciplina imposta pela fábrica e que se estendia aos locais de moradia.

O fato de a região do Jacaré abrigar um complexo industrial pode tornar mais difícil a apreensão das práticas disciplinares propagadas ao bairro, já que esses códigos eram determinados por orientações diferentes, de acordo com cada fábrica ou ramo de produção. Contudo, isto não impede que identifiquemos, mesmo que pontualmente, a opressão exercida pelas fábricas sobre os trabalhadores.

Paulo Fontes, em seu estudo sobre os trabalhadores da Nitro Química, São Paulo, mostra a dificuldade de uma empresa privada exercer o controle no bairro, no entanto ressalta que: “Certamente seu poder simbólico e material sobre a população era enorme e dele temos resquícios até hoje” (Fontes 1997:73). Palavras como “castigo” e “punição” aparecem repetidas vezes nas entrevistas, revelando o lado coercitivo do trabalho nesse bairro.

O tipo de advertência variava de acordo com a firma ou com a vontade do chefe responsável, como veremos no exemplo abaixo.

[...] tinha é patrão que como castigo, né, prendia o trabalhador na máquina, quer dizer, dava como castigo ele não poder sair da máquina, sabe, é o dia todo na máquina como castigo; enfim, tinha muita coisa terrível, né? Tinha fábrica que tinha é o café-da-manhã, né, e como castigo aquele dia não tinha o café, porque conversou com o sindicato [Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro] e tinha muitas coisas assim desse nível e aí começamos a trabalhar.^{ix}

Os operários fixaram-se no bairro e passaram a fazer desse local uma extensão das fábricas, sendo mais um lugar de sociabilidade entre os trabalhadores. Se a disciplina da fábrica influenciava no modo de vida dos trabalhadores, a resistência a essa política não se fez de forma menor. Ali, os próprios moradores imprimiram sua força de trabalho na melhoria da área de moradia.

Mike Savage (2004), ao problematizar a questão do espaço com relativo destaque para o estudo dos trabalhadores, nos faz refletir sobre as maneiras pelas quais a dinâmica espacial influencia as formas de conflito e a mobilização política dos operários. Nessa perspectiva, Savage indica que, salvo algumas exceções, a história do trabalho está diretamente vinculada a sindicatos e a estabelecimentos industriais de nível nacional. Sua proposta é a de que os pesquisadores não negligenciem o papel da dimensão espacial nos estudos sobre trabalho e trabalhadores: “Desejo então sugerir que uma sensibilidade espacial maior nos possibilita explorar, de modo mais sofisticado, os complexos elos entre estruturas de classe, formação demográfica de classe e formas de mobilização política (Op. cit.:40).

É a partir dessa maior sensibilidade espacial proposta pelo autor que podemos enriquecer os estudos sobre o mundo do trabalho. No caso nos trabalhadores do bairro do Jacaré, o espaço é fundamental para entendermos a mobilização política que aparece como uma das características principais desses homens e mulheres.

A agremiação em torno de uma melhor qualidade de vida entre os trabalhadores deste bairro fez com que práticas sindicais e partidárias, costumeiramente usadas nas fábricas, fossem levadas para o bairro, fortalecendo o movimento operário e o próprio movimento comunitário. Os trabalhadores criaram vários tipos de solidariedade, constituindo-se como um grupo de coesão dentro e fora da fábrica.

No caso dos trabalhadores da Águia, alguns estudos^x enfatizam a rivalidade criada com o sindicato a partir da perspectiva da formação de uma cooperativa, deixando de problematizar qualquer questão relativa ao espaço do bairro e à integração das práticas sindicais ao cotidiano dos trabalhadores.

As divergências não são negadas: variados ramos da produção, filiações a diferentes partidos e migrantes nordestinos de diversos “nordestes”. Porém, a necessidade de união em torno de um projeto “único” levou os diferentes atores a se identificarem de forma coesa. Esse tipo de articulação se fez notar quando, por exemplo, metalúrgicos promoveram greves lado a lado com as costureiras, greves que envolviam inclusive moradores do bairro que não eram operários. Nesse cenário, o destaque dado à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos, não só junto às fábricas, mas ao próprio bairro, foi grande. A partir de militantes moradores da região, o sindicato acabou por se fazer presente em várias instâncias daquele espaço e não somente na fábrica.

Então, quando eu ia para a porta das fábricas e as garotas começavam a reclamar – Puxa, você só faz para os metalúrgicos. Por que você não ajuda a gente? – aí começamos a trabalhar dos dois lados e o que nós fizemos? Ia para a porta das fábricas e fazia os dois trabalhos: metalúrgicos e costureiras [...] conseguimos botar, fazer passeatas de mil e poucas pessoas, principalmente mulheres, na época da greve das costureiras, né, e aquela multidão de mulheres seguia a gente no meio da rua igual a um doido [...].^{xi}

Com este exemplo, podemos ver que o grupo constituiu-se a partir de uma identidade que ia além do vínculo com as categorias profissionais. O espaço do

bairro, assim como o da fábrica permitiram a construção de uma identidade entre essas pessoas que perpassou as diferentes categorias de um grupo tão heterogêneo. Isso não significa dizer que as pessoas negavam a sua relação com outros grupos para constituir tal unidade. Savage resalta a importância do espaço na formação da identidade: “A formação de uma classe é um processo espacial, em que identidades locais e identidades de classe podem fundir-se e combinar” (Savage 2004:41). A fusão e a combinação de identidades caracterizam os atores no espaço do bairro do Jacaré.

A COOPERATIVA

Com o fechamento da “Parafusos Águia” nos anos 1990, um grupo de trabalhadores, 22 dos quase 300 operários, propôs a formação de uma cooperativa. A Cooperativa de Produção de Parafusos completou 10 anos de existência em 2005. A sua formação implicou uma série de questões para o grupo fundador, o que incluiu a quebra do elo entre esses operários e o Sindicato dos Metalúrgicos.

Os trabalhadores da “Águia” tinham uma forte participação no sindicato, a fábrica é lembrada como uma das que marcavam presença no cenário sindical do bairro. Um dirigente sindical dos metalúrgicos lembra da fábrica da seguinte maneira:

Não existem... muitas empresas não existem mais no Jacaré, poucas hoje, né? Eu posso te dar o exemplo de grandes empresas que não existem mais hoje no Jacaré, as chamadas falidas... E também uma grande indústria de parafusos, chamada Parafusos Águia, ali no bairro do Jacaré, ela também comportava uma média de 600 a 700 trabalhadores, também de carteira assinada, em turnos diurnos e noturnos, né, era 24 horas. E sem contar também com a desvalorização do local, [o que] ajudou muito a enfraquecer o setor produtivo no Jacaré. Então é por isso que hoje a gente denomina... os grandes jornalistas que fazem a matéria do passado do Jacaré denominam de cemitério de empresas. Não existe mais, só existe hoje espaço físico, hoje tomado pela prefeitura para a construção de residências. E outros ficaram mesmo, viram invasão, se tornaram favelas, espaços físicos enormes e com isso se tornaram moradias.^{xii}

Quando perguntado sobre o destino dos trabalhadores desta fábrica o entrevistado nos responde:

Houve uma tentativa de cooperativa... uma tentativa que devido os trabalhadores não terem conhecimento do mundo dos negócios, né, e também a questão da própria dificuldade de entrar no mercado, essa cooperativa funciona muito precariamente lá em Caxias, precariamente mesmo, viu?^{xiii}

Ao procurarem o sindicato em busca de apoio para a nova empreitada, a resposta foi a seguinte: “Somos e sempre seremos contra o cooperativismo”. Quando foi perguntado se o sindicato apoiou a iniciativa dos trabalhadores, a resposta foi direta.

Não, o Sindicato na época ele não deu apoio, porque o sindicato naquele ano tinha... já estava entrando no país a questão das cooperativas, né, de mão-de-obra, e o Sindicato como naquela data e como até hoje é contra qualquer tipo de cooperativa de mão-de-obra. Na nossa categoria, no nosso acordo coletivo, nós não assinamos cooperativa de mão-de-obra. A empresa tem que assinar a carteira do trabalhador, tudo bonitinho, aquela coisa toda. Então, por isso que o nosso sindicato não deu nenhum apoio. Deu apoio, sim, na questão de preservar os bens daqueles. Na justiça, tudo, todos os contatos possíveis foi para que os trabalhadores recebessem as indenizações, a cooperativa, não.^{xiv}

Para essas pessoas, começava uma nova jornada em busca de reconhecimento e renda para a sua sobrevivência. Ao lembrarem desse momento, os trabalhadores da “Águia” colocam os seus principais dilemas.

E parou assim, ficou todo mundo na rua, digamos assim. Fizeram um acordo com o pessoal, esse acordo foi assim pra tentar amenizar, digamos assim, pessoas que tinham 20, 30 anos de casa, de fábrica; receberam máquina velha, outros não receberam até hoje. Foi feita uma média, mais ou menos, ninguém tinha conhecimento de valor de máquina, máquina fora do mercado já, sem valor. Qual a alternativa nossa? Era receber aquelas máquinas pra não ter o prejuízo total. Aí foi quando surgiu a idéia: fundar uma cooperativa, fundar uma cooperativa, mas só que ninguém conhecia nada, ninguém tinha idéia de nada, valores. Aí chegou no ponto, as pessoas optaram, a maioria, a grande maioria ceder as máquinas pra cooperativa em comodato.^{xv}

A idéia de fundar uma cooperativa é encarada ao mesmo tempo com entusiasmo e receio. No entanto, era uma das poucas possibilidades que esses trabalhadores vislumbravam. Se compararmos a sua fala em 1997,^{xvi} quando a cooperativa dava seus primeiros passos, com a perspectiva atual que têm, perceberemos um inevitável desânimo com a seqüência da história. Se por um lado eles permanecem trabalhando, as dificuldades e as crises constantes fizeram com que os sonhos dessem lugar a uma realidade de trabalho duro e de busca constante para a manutenção de uma renda mínima para os cooperados.

Quanto ao sindicato, misturam nostalgia com ressentimento, ao lembrarem da falta de apoio da entidade:

Chegamos, mas nessa hora o sindicato não deu apoio não, o sindicato só dá apoio quando você está empregado, está descontando pra ele. Até mesmo nós recorremos ao sindicato pra um galpão na época pra guardar o maquinário; eles não liberaram não, não liberaram não. Ficamos sem apoio, foi muito difícil.^{xvii}

Na análise de outro sindicalista, a perspectiva é bem parecida. Para ele “o sindicato só trabalha com incluído, excluído fica fora”,^{xviii} ou seja, o trabalhador que não pode contribuir para o sindicato estaria fora desse espaço que outrora era um dos caminhos de sua inclusão no jogo social. Esse caminho passava de forma

evidente pela aquisição de um emprego formal, de carteira assinada, e pelo vínculo sindical.

Por outro lado, entre os membros da cooperativa podemos observar uma forte ênfase dada à atuação dos trabalhadores da Águia junto ao sindicato.

Participavam... greve tava todo mundo lá na porta, não entrava ninguém, o pessoal pagava o sindicato. O pessoal usava o sindicato pra atendimento médico que tinha lá, usava o sindicato direto. Agora, quando a cooperativa precisou do sindicato, igual ele falou, pra botar um galpão, pra guardar o maquinário que a gente tava tirando da fábrica, ele não cedeu. A gente acha até... a gente conversa às vezes que por cooperativa ser uma coisa nova, eles podem ter ficado com medo. Vai acabar as empresas, vai virar tudo cooperativa e ninguém vai trabalhar pro sindicato. Não sei se isso tava na cabeça deles, mas parece que tava. Porque nós não vimos motivo pra não apoiar. Se eles tiveram tantos anos do lado do trabalhador, naquela hora que o trabalhador precisou deles, eles não deram a mão, não apoiaram. E o pessoal pediu na época apoio pra tirar só o maquinário de dentro da fábrica e arrumar um lugar pra guardar provisório até se alugar um outro local, a ajuda deles pra intermediar alguma coisa. [Foi] onde eles não forneceram essa ajuda.^{xix}

Se por um lado fica a idéia de que o sindicato só trabalha com os “incluídos”, por outro, ao nos concentrarmos nas histórias desses sindicalistas que misturam suas vidas à estrutura sindical, percebemos que tal análise pode ser reducionista. Quando perguntamos para um dirigente sindical qual a importância dessa instituição para a sua vida, obtivemos uma nova perspectiva da situação.

Na vida, ele [o Sindicato dos Metalúrgicos] tem assim um papel muito significativo pra mim, desde garoto operário, né, metalúrgico, mesmo sem carteira assinada... e conhecer a questão da injustiça social de perto. Porque você morar numa favela e trabalhar de biscateiro como garoto, então, quer dizer, você conhece a injustiça social muito de perto, você conhece na prática, né, como se diz ali na gíria, na carne. Então com isso te gera, como [em] qualquer ser humano, uma revolta. Uma revolta de tentar mudar aquela situação, ou mesmo de você ficar ali um franco atirador, né, aquilo subir pra mente você cometer loucuras até mesmo besteiras, né? Então já [existia] o fato da revolta, mas meu sentimento era de mudar, ou mudar a minha vida, a vida das pessoas. Então, por eu gostar da política, pelo que eu acabei de falar no início, meus avós, meus vizinhos antigos lá, que eu chamava de avós (não conheci meus avós), aqueles que eu chamava de avós lá no Jacaré, eles passaram esse sentimento pra mim, [era] então um sentimento e você vendo na carne... Então o Sindicato se tornou pra mim um leque de tudo aquilo que eu vislumbrava dentro do meu ego lá como garoto. Então a própria revolta de discutir com a burguesia, dizer que tá errado, contestar e até mesmo de colocar muitas das vezes via justiça eles na parede, isso pra mim já me satisfaz muito, entendeu?^{xx}

Na fala acima, o sindicato é caracterizado como um mecanismo de inclusão social, meio de se fazer algum tipo de justiça em relação à condição de muitos dos operários. No entanto, esse sindicato pouco se parece com aquele descrito pelos trabalhadores da “Águia”. Mas falar do papel desempenhado pela instituição nesse caso específico, sem levar em conta o contexto vivido pelo sindicalismo na década

de 1990, limitaria nossa reflexão. E se o modelo de emprego sofreu impactos nessa década, o sindicato também foi afetado com as mudanças nas relações de trabalho.

Então, se você fizer uma comparação do passado pra hoje, houve uma regressão muito grande no movimento sindical. Eu acho inclusive que isso que eu tô me referindo ao sindicato daqui é nas outras categorias também, entendeu? Tu vê sindicato dos metalúrgicos já está em campanha salarial mas tu não escuta nem falar. Antigamente, tava aqui o carro de som, tava passando por aqui, que aqui atrás tinha uma fábrica muito grande que era a “Águia”, né? Os sindicatos pra te dizer nem carro de som eles têm mais, né? Antigamente todo sindicato tinha carro de som, a gente aqui que era um sindicato pequenininho tinha carro de som. Hoje a gente vê sindicato grande – que nem o Químico, que é um sindicato aqui muito ligado à gente – [que] não tem carro de som, uma categoria com 20 mil trabalhadores. Eu acho que nem o Metalúrgico tem mais, né, porque não sei se o pessoal achou desnecessário, ou então quando precisa vai ali, aluga um, mas antigamente ter um carro de som era honra do sindicato. Estar na porta da empresa com carro de som falando lá nem que seja uma besteira qualquer, mas tava ali marcando posição. Então, hoje, o movimento sindical, na minha opinião, ele tá muito parado mesmo. Eu acho que há 20 anos, é depois da abertura, né, o movimento sindical dos metalúrgicos no ABC, 78-79, aquilo ali deu um boom. e então, nos idos de 80-90 foram os melhores anos do movimento sindical, eu acredito até que no Brasil, não só aqui no Rio de Janeiro. Os anos 90 também foi muito bom, mas chegou aí próximo de 2000 o troço foi caindo num marasmo e se pode dizer [que] nesses últimos três, quatro anos, aí vivemos num marasmo, vivemos no empurródromo, empurrando com a barrica até por falta de lideranças mesmo. O movimento sindical são lideranças, se não tiver uma grande liderança, você não consegue fazer o movimento, na realidade, é isso.^{xxi}

Se a manutenção de uma rede mínima era necessária para a sobrevivência, por outro lado esses trabalhadores tinham que se afirmar como cooperativados, redefinindo suas memórias em relação ao sindicato e a outros espaços, como o do próprio bairro. A afirmação de uma nova identidade em meio à perda de vários vínculos identitários era um desafio. Se antes eles faziam parte de um dos maiores e mais combativos sindicatos da história carioca, agora esse espaço não mais lhes pertencia. Com a implantação da cooperativa em Duque de Caxias, outra referência foi afetada. Boa parte desses trabalhadores era de moradores do Jacarezinho: “Eles iam de bicicleta para a fábrica, agora não dá para ir de bicicleta pela linha Vermelha”. Os trabalhadores consideraram, inclusive, a possibilidade de ir morar em Duque de Caxias.

A 220km da “Águia”, em outro município, está localizada a COOPARJ – uma viagem feita de carro em certa de 30min, com fluxo bom. No entanto, para esses trabalhadores, a distância não pode ser medida dessa forma. Boa parte dos operários da COOPARJ pega de dois a três ônibus para chegar ao local de trabalho. Quando perguntados sobre a possibilidade de fixação em Caxias, da construção de uma vila para os cooperativados, a resposta foi a seguinte: “Uma coisa foi o sonho, outra é a realidade”.

Ah, foi difícil, até o pessoal acostumar com a distância, o deslocamento. Aqui, aqui é muito contramão; tem cooperado que ele pega até quatro conduções pra chegar aqui. Pessoa que mora acima de Queimados às vezes vem pra cá, vem pra Nova Iguaçu, pega pra Queimados, pega pra Nova Iguaçu, pega de Nova Iguaçu pra Caxias e de Caxias pra essa área aqui, aí fica difícil... Do Jacaré eles pegam duas conduções ainda. Ou de trem até Caxias, ou pega um ônibus pra Caxias, de Caxias pega um outro pra cá (pra Avenida Brasil, da Avenida Brasil pega um pra cá). É, fica difícil.^{xxii}

Com dificuldades financeiras, a cooperativa sobrevive precariamente e o sonho de reunir novamente os trabalhadores próximos ao local de trabalho agora não faz mais parte de uma perspectiva “real”.

CONCLUSÃO

Problematizamos a questão do espaço como referencial importante para a construção da memória e da identidade dos grupos sociais. Por outro lado, mostramos como as novas demandas impostas aos trabalhadores, desempregados e subempregados a partir da década de 1990 trouxeram rupturas com espaços antes privilegiados por um grupo de operários. Diferentes desafios em termos da construção de uma outra identidade e de novas relações com o espaço são colocados para essas pessoas.

Ao mesmo tempo, os sindicatos depararam-se com uma nova realidade, sua pauta está mudando, assim como o perfil dos trabalhadores membros dessa instituição. Nesse contexto, surge uma demanda da sociedade de que a instituição dê conta dos problemas de uma conjuntura bem maior. Se por um lado podemos problematizar o papel do sindicato diante dos desempregados, é preciso que também tenhamos em vista não caber apenas à instituição o dever de amortizar para os trabalhadores todo o impacto “negativo” acontecido em mais de uma década.

Alguns movimentos sociais buscaram alternativas para as mazelas dessas décadas. O sucesso ou não de alguns empreendimentos talvez se deva, sobretudo, ao fato de que a classe como bloco homogêneo nunca tenha existido. Esses grupos eram, em geral, muito mais que uma classe; construíam e constroem sua identidade com a classe, com o bairro, com a sua origem como migrante, com a religião etc. Enfim, sua formação só é possível enquanto vivem sua própria história. Não existe definição prévia; seu reconhecimento apenas pode ser almejado a partir da definição híbrida do que são esses grupos.

Os trabalhadores da “Águia”, assim como tantos outros, estão buscando sua sobrevivência, encarando novos desafios e propondo-se a prosseguir em meio às tormentas. Se por um lado romperam com o espaço da fábrica, com o sindicato e com o próprio bairro laços de décadas, por outro, estão se dispondo a construir uma nova história. Esses operários representam uma trajetória de luta e perseverança diante dos novos desafios que se apresentam aos trabalhadores, aos sindicatos e a tantos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTHAM, J. "Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões". **Revista Brasileira de História**. v.7, n.14, 1987.

BOURDIEU, Pierre. "O espaço dos pontos de vista." In: BOURDIEU, Pierre (coord.). A miséria do Mundo. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
DE DECCA, Edgar. **O nascimento das fábricas**. 10.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FONTES, Paulo. **Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. **Microfísica do Poder**. 19.ed. São Paulo: Graal, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

LIMA, Carlos Jacob. **As artimanhas da flexibilização – o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. "Resistências ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres". In: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. **O século XX**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOREL, Regina. "A construção da 'família siderúrgica'". In: RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro – a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAMER, Gerard. "Rééditer Lês Cadres sociaux de la mémoire de Maurice Halbwachs".
In: HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Memoire**. Paris: Éditions Abin Michel, 1994.

POLLAK, Michael. "Memória e Identidade Social". **Estudos Históricos**, n.10. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos de 1980-1990". In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano v.4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada". In: Cláudio Souto & Joaquim Falcão (orgs.). *Sociologia e Direito*. São Paulo: Editora Pioneira, 1980.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SAVAGE, Mike. "Classe e História do trabalho". In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVIA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe**. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP, 2004.

THIAGO, Cristiane Muniz. **Memória e trabalho no bairro do Jacaré – RJ**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Departamento de História, 2004. (Monografia).

THIESEN, Icléia; BARROS, Luitgarde Oliveira C. & SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Vozes do Porto: Memória e história Oral**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

THOMPSON, E. Paul. "Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial". In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TIRIBA, Lia Vargas. "Cooparj – Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro". In: **Proposta**. FASE, n.74, 1997.

Periódicos

"Prioridade máxima para o bairro do Jacaré" – Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - ano XV, Nº 51. Terça-feira, 29 de maio de 2001.

"Insegurança fecha fábricas" – *Jornal O Globo*, 24 de novembro de 2002.

"As novas zonas de conflito" – *Jornal O Globo*, 13 de abril de 2003.

"GE demite 358 no Rio e sindicato diz que outros 700 estão sob ameaça" – *Jornal O Globo*, 07 de janeiro de 2005.

"Economia subterrânea" – *Jornal Extra*, 06 de março de 2005

"Economia solidária multiplica trabalho no Rio" – *Jornal O Globo*, 18 de dezembro de 2005.

ADVOGADOS DE GRANDES ESCRITÓRIOS DO RIO DE JANEIRO: reflexões sobre formação profissional e mercado de trabalho

André Filipe Pereira Reid dos Santos⁸

RESUMO

Neste artigo discutiremos, a partir das análises sobre profissões e do conceito de campo em Bourdieu, como recentemente se estabelece no Rio de Janeiro a relação entre formação profissional dos advogados e seu mercado de trabalho. Analisaremos a literatura sobre o assunto e um repertório de dados sobre os advogados dos mais importantes escritórios de advocacia.

Palavras-chave: **Advogados; Profissões Jurídicas; Faculdades de Direito; Grandes Escritórios de Advocacia; Rio de Janeiro.**

ABSTRACT

In this article we will discuss, from Bourdieu's field concepts and professions analysis, how is the relationship between lawyer's professional formation and its market happening. We will analyze literature about this subject and an array of data about lawyers from the most important law firms.

Key words: **Lawyers; Legal Professions; Faculties of Law; Big Law Firms; Rio de Janeiro.**

⁸ Bacharel em direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), mestre em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutorando em sociologia também pela UFRJ.

A expansão dos direitos na sociedade brasileira pós-88 ao mesmo tempo em que garantiu novas conquistas sociais também expandiu e hierarquizou os cursos de direito e o mercado de trabalho das profissões jurídicas, incrementando o processo de profissionalização das carreiras jurídicas, o que pode ser adequadamente analisado pela sociologia das profissões. Bonelli diz que

o profissionalismo é uma maneira específica de se exercer uma ocupação e de estabelecer relações no mundo do trabalho. (...) Ele valoriza o conhecimento abstrato, a formação nos cursos superiores, o controle do mercado pelos pares, a autonomia para realizar diagnósticos, a prestação de serviços especializados com qualidade e independente dos interesses dos clientes, do Estado e do mercado (2002:16).

Magali Larson (1977) entende a profissionalização como uma estratégia para conquistar poder na sociedade. Esta estratégia desenvolve-se simultaneamente na ordem econômica, defendendo um monopólio legal de atuação num mercado profissional, e na ordem sociossimbólica, promovendo o *status* social da profissão. Na estrutura de estratificação social, as profissões lutam por remuneração e prestígio.

Podemos aproximar as análises sobre profissões dos conceitos weberianos de esfera social e estamento. Para Weber, a sociedade é um lugar de lutas constantes por poder e separada por um conjunto de esferas autônomas que dão sentido às ações individuais. A orientação dada para a ação individual corresponde à orientação das esferas, mas o indivíduo escolhe qual delas é a mais determinante em sua vida. As esferas são diferenciadas e autônomas, embora não sejam independentes.

O lugar autêntico das "classes" é no contexto da ordem econômica, ao passo que os estamentos se colocam na ordem social, isto é, dentro da esfera da distribuição de "honras". Dessas esferas, as classes e os estamentos influenciam-se mutuamente e a ordem jurídica, e são por sua vez influenciados por ela. Mas os "partidos" vivem sob o signo do "poder" (Weber, 1979:227).

Em cada esfera da vida social ocorre uma concentração de poder por parte do grupo dominante. Weber define poder como a "possibilidade de um homem ou um grupo de homens realizar sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação" (1979:211). Os estamentos são grupos que lutam pelo domínio da esfera social, são conjuntos de pessoas que têm a *mesma honraria estamental, e têm consciência desse pertencimento ao grupo. Pelo modelo weberiano, os grupos profissionais podem ser

* Agradeço a Regina Morel, minha orientadora de mestrado, Elina Pessanha e Maria Alice Rezende pelas contribuições para este artigo.

considerados estamentos porque são capazes de ação coletiva. Os estamentos sempre estão disputando entre si o domínio da sociedade, porque aquele que é o dominante estabelece as regras sociais de hierarquização das honrarias sociais, dando mais importância a alguns tipos de honrarias do que a outros. A disputa pelo domínio de cada estamento é também a disputa pelo monopólio dos símbolos de poder, e a construção social em torno do diploma como símbolo de poder exemplifica o que estamos dizendo. Determinar o que vale mais – se beleza ou inteligência; se conhecimento prático ou diploma etc. – é socialmente construído. O nosso modelo atual de diferenciação (diplomas, títulos e certificados) não é mais natural que os modelos anteriores (força, genealogia etc.), porque todos eles são instituídos pela sociedade.

Se Weber usa o conceito de estamento para analisar as lutas entre grupos capazes de ação coletiva, Bourdieu fala de lutas no campo. Os campos são “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (1983:89). Assim, os indivíduos lutam no interior dos campos, e há lutas entre campos. A formação de um campo está condicionada ao surgimento de uma disputa entre indivíduos que acumularam primitivamente algum tipo de capital simbólico, que é sempre adequado a um campo. Se o surgimento de uma disputa, a partir de uma acumulação de capital, cria um campo, o surgimento do campo cria disposições sociais que são incorporadas pelos indivíduos de cada campo, o *habitus*. O estabelecimento de um campo depende de objetivos e regras que precisam ser incorporadas pelos seus atores. Nas palavras do próprio Bourdieu,

a evidência da individuação biológica impede que se veja que a sociedade existe sob duas formas inseparáveis: por um lado, as instituições que podem revestir a forma de coisas físicas, monumentos, livros, instrumentos etc.; por outro lado, as disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer que se encarnam nos corpos (e que eu chamo de *habitus*). O corpo socializado (aquilo que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência (1983:24).

Os campos – e o direito pode ser analisado como um deles – têm suas próprias regras internas de funcionamento que são partilhadas por seus competidores. “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputarem o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas etc.” (Bourdieu, 1983:89). As faculdades de direito são responsáveis pela transferência de algum capital simbólico para os novos que

ingressam no campo e pela disseminação do *habitus* apropriado ao campo do direito. As faculdades de direito produzem produtores do campo.

Para Larson (1977), os advogados têm prestígio e poder porque têm competência especial para atuarem num “esotérico” corpo de conhecimentos de que a sociedade precisa para realizar ordem e justiça. Bourdieu, na mesma linha, afirma que

o campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social (Bourdieu, 1989:212).

E o mesmo autor explica os meios utilizados pelas profissões jurídicas para conquistarem espaço na sociedade, aumentando a procura por seus serviços

pelas vias mais diversas, que vão da publicidade – mais freqüente nos EUA – até as ações militantes que têm o efeito (o que não quer dizer o fim) de abrir aos serviços jurídicos novos mercados, promovendo os direitos das minorias desfavorecidas ou incitando as minorias a fazerem valer os seus direitos e, de modo mais lato, procurando levar os poderes públicos a contribuírem de maneira direta ou indireta para sustentar a procura jurídica (1989:233).

Recentemente, no Brasil, os profissionais do direito tiveram participação atuante em todo o processo da Constituinte que levou à Constituição de 1988. Talvez, até em função disto, as profissões jurídicas foram contempladas com artigos específicos na Carta Magna (artigos 92 a 135 da CRFB/88) e, com o processo de democratização, esses profissionais tornaram-se atores com grande visibilidade pública, ampliaram sua esfera de atuação política e ganharam um lugar de destaque na estratificação social das profissões. Isto mostra que as profissões jurídicas souberam agir enquanto corporação, defendendo os interesses da categoria e expandindo seu campo de atuação.

FORMAÇÃO

Na década de 1990, em virtude do advento da Constituição Cidadã, houve uma expansão do campo do direito na sociedade brasileira, com um conseqüente crescimento do mercado de trabalho das profissões jurídicas e do número de faculdades de direito. O aumento do número de faculdades representou também uma adição ao número de formados em direito, o que de certa forma democratizou o acesso às carreiras jurídicas e acelerou o processo de profissionalização do campo do direito. Werneck Vianna, Carvalho, Melo e Burgos, falando da magistratura, mostram que "o acesso ao Ensino Superior foi o principal responsável pela democratização do recrutamento da magistratura" (1997:91). Ao falarmos em expansão do ensino jurídico, precisamos salientar que ela acontece num contexto de crescimento do Ensino Superior brasileiro (Tabela 1), o que se dá apenas no setor privado.

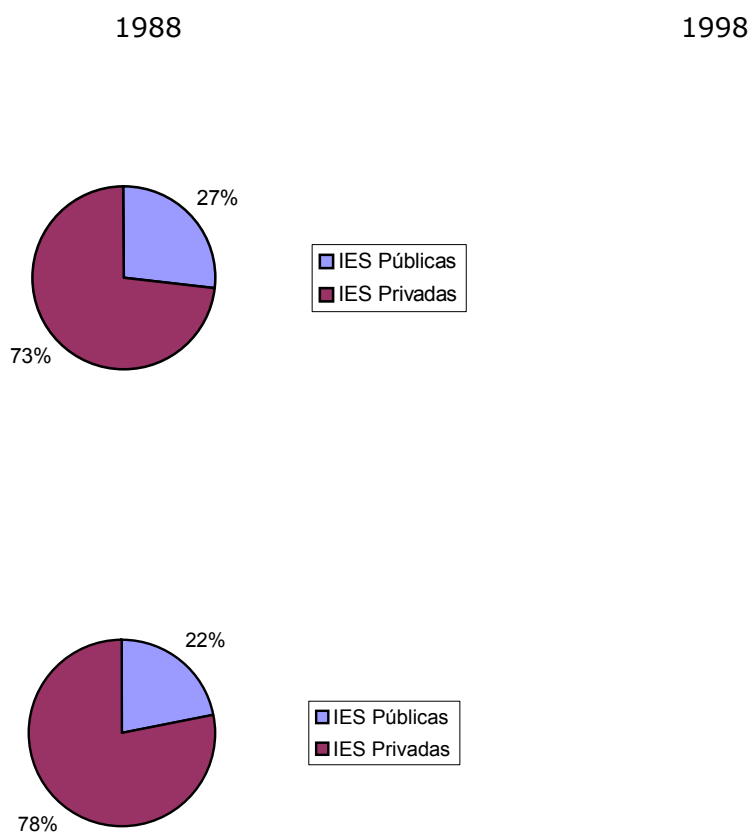
Tabela 1: Evolução da matrícula no Ensino Superior brasileiro (1985-2002)

Ano	Total de Matrículas
1985	1.367.609
1987	1.470.555
1989	1.518.904
1991	1.565.056
1993	1.594.668
1995	1.759.703
1997	1.945.615
1999	2.369.945
2001	3.030.754
2002	3.479.913

Fonte: MEC/INEP

Dados do MEC/INEP/SEEC mostram que em 1988 as IES públicas respondiam por 27% das IES do Brasil e, em 1998, esse número encolheu para 22% (Gráfico 1).

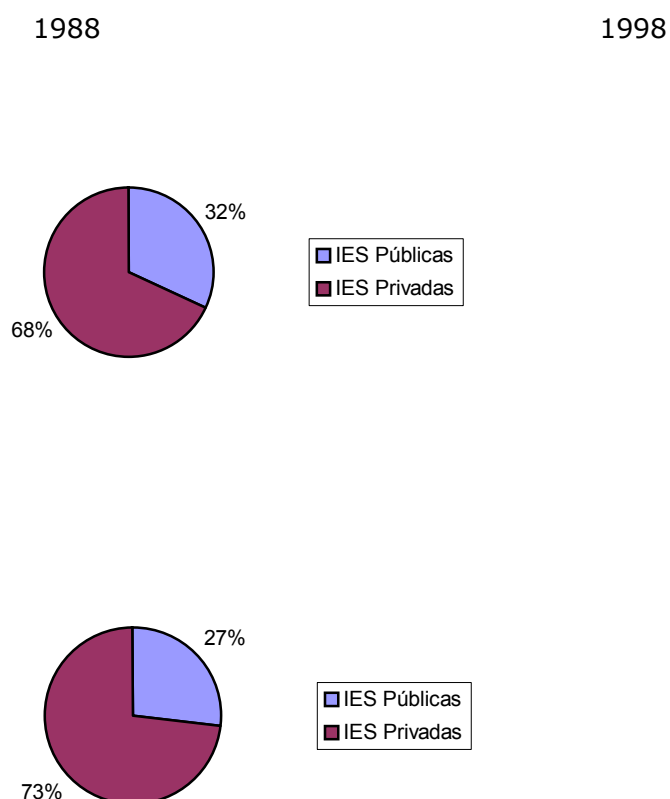
Gráfico 1: Percentual de IES brasileiras por categoria administrativa (1988 e 1998)



Fonte: MEC/INEP, 2000.

Em número de vagas oferecidas pelas IES brasileiras a história se repete: em 1988, as IES privadas respondiam por 68% das vagas do Ensino Superior brasileiro e, em 1998, esse número saltou para 73% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Percentual de vagas oferecidas no Ensino Superior brasileiro por categoria administrativa (1988 e 1998)



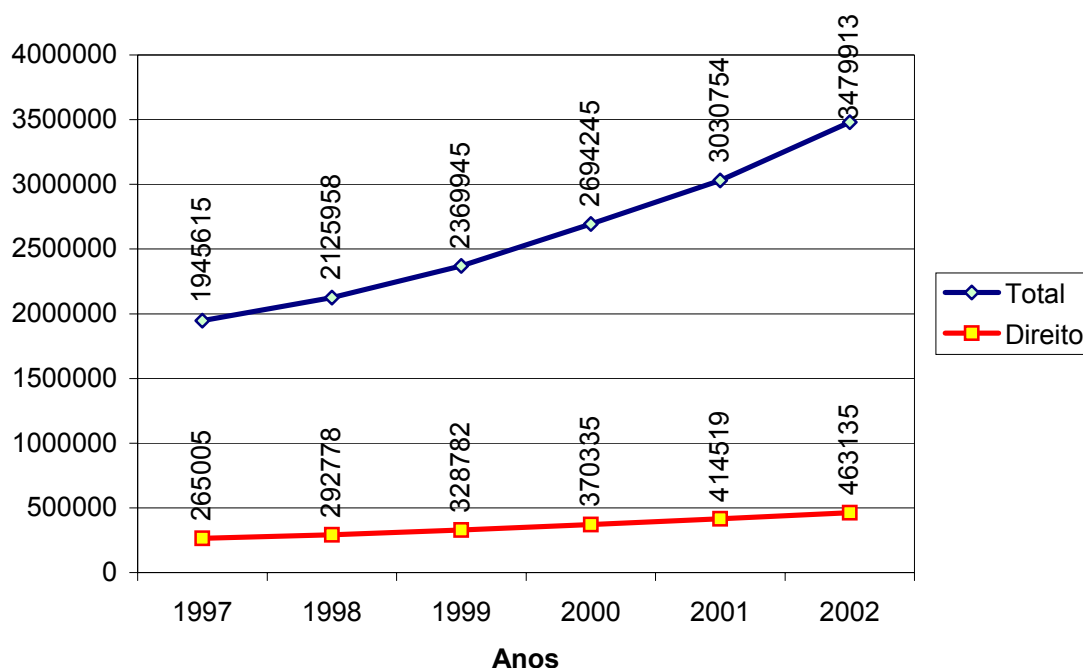
Fonte: MEC/INEP, 2000

O direito é um dos cursos mais procurados pelos candidatos a uma vaga no Ensino Superior brasileiro em função de vários fatores: avaliação de o mercado de trabalho oferecer mais oportunidades nesta área; o fato de o direito habilitar o formado a participar de inúmeros concursos públicos; a expansão do campo do direito pós-88, entre outros. Dados de 1998 do INEP mostram que o direito era naquele ano o curso superior com maior número de matriculados no país (13,8%), seguido de perto pelo curso de administração (12,1%). Em relação ao número de concluintes em cursos de graduação no Brasil, em 1997 o direito tinha 12,9% do total, continuando a liderar o *ranking* de cursos. No Rio de Janeiro, em 1998, o direito respondia por 19,28% dos matriculados em cursos superiores no estado, sendo o curso de graduação com maior número de matriculados. A administração ficou em segundo lugar, com pouco mais da metade do percentual do curso de direito (9,99%). Só para que se tenha uma idéia da dimensão dos cursos de direito

no estado, todos os cursos de engenharia juntos representavam 6,84% dos matriculados em cursos de graduação. E medicina, outra profissão tradicional e de prestígio, participava com 4,82%.

O gráfico 3 coloca lado a lado o número de matriculados no Ensino Superior brasileiro e o número de matriculados nos cursos de direito entre 1997 e 2002, demonstrando um crescimento mais acentuado do total de matrículas do Ensino Superior do que dos matriculados em direito.

Gráfico 3: Total de matrículas no Ensino Superior brasileiro e em direito (1997-2002)



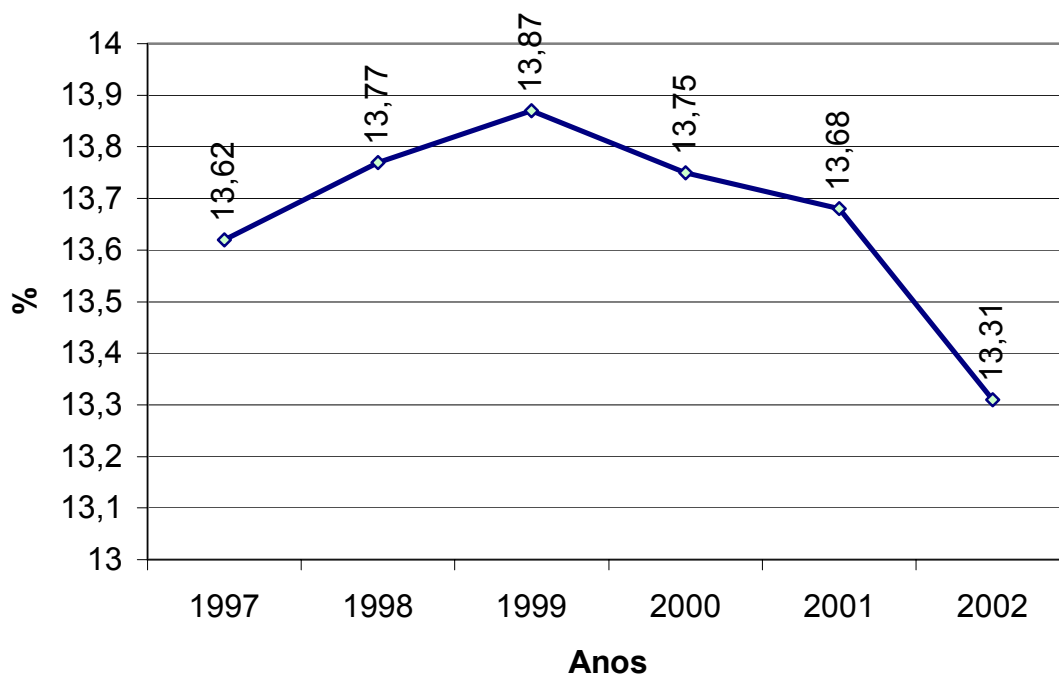
Fonte:

MEC/INEP

Embora tenha aumentado o número de estudantes de direito entre 1997 e 2002, o percentual de participação dos matriculados em direito, em relação ao total de matriculados no Ensino Superior, vem caindo desde 1999 (Gráfico 4). Isso pode ser explicado pelo aparecimento de novos cursos de graduação na década de 1990, mas também pela percepção social de um início de saturação do mercado de trabalho em direito. Apesar de a advocacia ainda ser uma das mais prestigiadas profissões do Brasil, já começa a dar sinais de desgaste, em parte devido à própria expansão do Ensino Superior, que acabou massificando a carreira jurídica e promovendo a sua proletarização. Para exemplificar o que estamos dizendo, em notícia amplamente divulgada pela mídia em meados de 2003, houve na cidade do

Rio de Janeiro um concurso para o cargo de gari com mais de 100 mil inscritos, e um dos candidatos entrevistados declarou ser formado em direito. Em muitas famílias brasileiras há atualmente estudantes de direito ou bacharéis em direito.

Gráfico 4: Percentual de participação dos matriculados em direito no total de matriculados no Ensino Superior brasileiro (1997-2002)



Fonte: MEC/INEP

A FACULDADE DE DIREITO

Os advogados passam por diversas etapas até conseguirem exercer a profissão que escolheram. No Brasil, o primeiro passo para ser advogado é cursar uma faculdade de direito. Falar da dinâmica dos cursos de direito no Brasil é relatar um pouco como se dá a produção dos produtores do campo do direito. Para Bourdieu (1989), o grau de controle sobre a produção de produtores do campo do direito, isto é, sobre a formação dos futuros profissionais, determina os ganhos provenientes do mercado de serviços jurídicos. Assim, a configuração do curso de direito está relacionado com as posições assumidas pelos profissionais no mercado de trabalho.

Durante a graduação, o aluno estuda matérias de caráter propedêutico nos primeiros semestres e matérias específicas do direito, a chamada dogmática jurídica, a partir do segundo ou terceiro semestre. Esta segunda parte do curso costuma ser a mais esperada pelos estudantes que tendem a assumir um perfil mais prático e, por este motivo, estão menos afeitos a disciplinas reflexivas, como sociologia, ciência política e filosofia.

Quando começam a estudar as leis brasileiras e a carregar os códigos e os livros de direito propriamente ditos, os estudantes costumam mudar definitivamente sua maneira de vestir-se, abandonando o jeans e a camiseta. Esta fase do curso já é vista por muitos estudantes como o momento propício para procurar um estágio em um escritório de advocacia, mesmo que seja sem remuneração, só pelo prazer de se sentirem parte do mundo jurídico, conhecendo os procedimentos e os hábitos da carreira que escolheram. Mas é necessário frisar que o estágio obrigatório só acontece a partir do sétimo período.

Os professores da dogmática jurídica quase sempre exercem uma atividade jurídica. O direito tem se tornado um ramo de conhecimento cada vez mais técnico, mais pragmático, o que faz do profissional também um professor, como já acontecia na engenharia e na medicina. São raros numa faculdade de direito as pesquisas científicas e os professores de dedicação exclusiva ao ensino. Aliás, quanto mais cargos eles desempenharem como profissionais do direito, melhor será sua aceitação numa IES. Essa presença massiva de profissionais do direito lecionando nas faculdades é um dos responsáveis pelo desinteresse dos alunos em relação à vida acadêmica. Os alunos são motivados pelos próprios professores a exercerem uma atividade jurídica pública ou privada e a encararem a docência como símbolo de *status*. É comum ouvir professor dizendo em sala de aula que leciona por puro amor ao direito ou à determinada IES, e que a docência nada lhe acrescenta financeiramente. Os valores do profissional de direito não se afastam

muito dos valores de seus professores, até porque esses professores são também profissionais do direito – e os alunos vão assimilando esses valores. Joaquim Falcão acentua que

assim como para o aluno a faculdade de direito representa a possibilidade do desempenho de outras atividades simultâneas, o magistério representa para o professor [de direito], ao lado de outros motivos, principalmente um "status" que colabora no sucesso de sua atividade principal. (...) Não existe a mínima vida universitária, nem um interesse maior para que exista. Os alunos e os professores têm a vida acadêmica como atividade secundária, não se dedicando a ela a não ser de maneira parcial (2002:289, 294).

O treinamento profissional também faz parte da formação em direito no Brasil. Desde as turmas que iniciaram a graduação em 1997, as faculdades de direito são obrigadas a disponibilizar um escritório-modelo a seus alunos para que eles saiam da graduação com pelo menos dois anos de comprovação de estágio. Este é obrigatório e deve ser supervisionado por profissional do ramo, não se confundindo com qualquer outro que o aluno faça no decorrer do curso. Sem a realização do estágio obrigatório oferecido pela IES a partir do sétimo período, o estudante não pode receber o diploma de bacharel em direito. O Ministério da Educação acrescentou este estágio ao currículo do curso de direito com o objetivo de que as instituições se responsabilizem também pelo ensino da prática jurídica, evitando assim que um aluno saia da faculdade sem ter um contato mínimo com a prática jurídica, conhecendo apenas a teoria do direito. Com esta nova exigência feita pelo Ministério da Educação, a idade dos inscritos e aprovados em concursos públicos diminuiu. Isto aconteceu porque o recém-formado está hoje formalmente apto a concorrer a uma função pública, uma vez que ele já sai da faculdade com dois anos de experiência, necessários para a inscrição em alguns concursos públicos.

No passado, era preciso entrar no mercado de trabalho para assegurar o tempo necessário de experiência para prestar um concurso público. A diminuição da idade dos formados em direito e, conseqüentemente, dos inscritos e aprovados em concursos públicos acarretou uma reação contrária dos próprios órgãos públicos, no sentido de se discutir a possibilidade de aumentar o tempo de experiência necessária para inscrição em concursos. Hoje, já existem projetos de lei visando ampliar o tempo de experiência, além de concursos que exigem mais de dois anos de experiência profissional.

Esta mudança no currículo do curso de direito, com a obrigatoriedade do estágio a partir do sétimo período, também possibilitou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pudesse controlar e planejar melhor o acesso de futuros profissionais à advocacia. Isto porque o aluno, para cumprir o estágio obrigatório

da faculdade e receber o diploma de bacharel em direito, precisa tirar na OAB uma carteira de estagiário, o que é feito mediante o pagamento de uma anuidade.⁹

⁹ O valor da anuidade paga pelos estagiários corresponde aproximadamente a 70% do valor da anuidade paga pelos advogados, a qual era, no final de 2003, de R\$ 344. Comparando-se com o salário-mínimo no mesmo período, o valor da anuidade para advogados era maior que o salário-mínimo vigente (R\$ 240), e para estagiários correspondia a aproximadamente 96% do salário-mínimo.

O MERCADO DE TRABALHO

As profissões jurídicas no Brasil já não são monopólio da elite como eram no passado, em virtude da própria expansão do Ensino Superior.¹⁰ Entretanto, novas regras de diferenciação vão sendo criadas no interior do campo, como a valorização da IES de origem do bacharel em direito. Werneck Vianna et al. (1997) já apontavam para uma tendência de retomada das profissões jurídicas pela elite, embora destaquem que não pela antiga elite, mas por “novas elites que fizeram sua trajetória associada ao ingresso no curso superior” (1997:101).

Ao sair hoje da faculdade de direito, o recém-formado teria à sua disposição um leque de opções para atuar no mercado de trabalho, desde a carreira pública, com ingresso mediante concurso, até a iniciativa privada, atuando como empregado ou como profissional liberal.¹¹ No entanto, as IES condicionam fortemente as diferentes posições ocupadas por seus ex-alunos no mercado de trabalho, bem como suas trajetórias profissionais.

Mas o recém-formado que quiser exercer uma atividade jurídica pode fazer um concurso público ou tentar achar uma vaga na iniciativa privada, seja como profissional liberal, seja como parte de uma equipe de advogados em um escritório de advocacia. Os concursos públicos atendem ao sonho da estabilidade econômica e no emprego, estabilidade esta muito valorizada num país com altas taxas de desemprego como o nosso. Hoje em dia, até profissões que exigem nível superior e que são tradicionalmente elitizadas, como as jurídicas e as médicas, estão ameaçadas pelo desemprego. Já o mercado particular pode proporcionar um enriquecimento rápido, o que é desejado principalmente pelo jovem recém-formado que até há pouco tempo era estudante e dependia dos familiares. Ambos os caminhos que se abrem diante de um recém-formado em direito que queira trabalhar na área são difíceis de trilhar, embora cada um apresente as suas especificidades.

Para fazer uma descrição mínima do mercado de trabalho para os profissionais de direito, citaremos as carreiras públicas reservadas exclusivamente a bacharéis em direito (magistratura, promotoria, defensoria pública, advocacia da União, procuradoria dos estados e municípios e delegados de polícia - todas com

¹⁰ No artigo “Perfil dos estudantes de direito de três Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro – Reflexões a partir de dados do Provão”, fazemos um breve histórico dos cursos de direito no Brasil.

¹¹ O recém-formado pode também optar por ficar fora deste mercado. Pode parecer incoerência fazer um curso superior e não trabalhar na área de formação, mas é comum funcionário público e empregado da iniciativa privada fazerem direito para ascenderem na carreira através da obtenção de um título superior.

acesso mediante aprovação em concurso público de provas e títulos); postos de trabalho na iniciativa privada (escritórios de advocacia, departamentos jurídicos de grandes empresas, ONGs e profissionais autônomos); e postos “secundários” em cargos auxiliares da Justiça, muito procurados por bacharéis em direito nesses dias de aumento do desemprego, embora não seja exigido curso superior dos candidatos¹² (fiscais, oficiais de Justiça, avaliadores e escreventes), entre outros.¹³ Para ser mais restrito, dentre as profissões citadas, interessa-nos apenas o estudo da advocacia no Rio de Janeiro.

¹² Bonelli diz que “apesar dos funcionários de cartório não precisarem ter como pré-requisito obrigatório o diploma de Direito, o mais comum é encontrar entre eles pessoas formadas ou já cursando esta faculdade” (1998:90).

¹³ Bonelli lembra que “a despeito do título de bacharel em direito habilitar para o exercício de diferentes carreiras, não desfrutam todas elas de idêntico reconhecimento social e de iguais vantagens econômicas” (2002:10).

ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA DO RIO DE JANEIRO

Ao iniciarmos as pesquisas, procuramos levantar os dados que pudessem responder nossas questões sobre o processo de diferenciação social no campo do direito e que fossem representativos do mercado de trabalho de advogados da cidade do Rio de Janeiro. Tivemos a iniciativa de pedir à OAB-RJ a indicação dos maiores escritórios de advocacia desta cidade em número de advogados, o que foi positivamente respondido pela instituição na forma de uma lista com cinco grandes escritórios do Rio, quiçá os maiores do estado e do Brasil. Afinal, os principais centros urbanos costumam abrigar os mais importantes escritórios de advocacia. Posteriormente, com a ajuda de profissionais do ramo do direito, buscamos pela *internet* nomes de outros escritórios de advocacia, até chegarmos ao número 21 daqueles que podemos considerar os escritórios que mais se destacam no Rio quanto ao número de advogados, ao volume de trabalho e aos rendimentos percebidos pelos advogados. Esses escritórios compõem a elite dos advogados no setor privado no Rio de Janeiro, e a disputa por uma vaga de trabalho é ali muito acirrada.

No acesso às vagas oferecidas pelo setor privado, os profissionais com maior capital social têm oportunidades mais amplas que os demais. Isso não acontece só nas profissões jurídicas, mas também em outras. Entretanto, dos escritórios escolhidos,¹⁴ alguns respeitam de forma acentuada um critério meritocrático de acesso, em certos casos com rigorosos processos seletivos: provas escritas, obrigatoriedade de um segundo idioma, cursos de especialização etc. Cada um dos escritórios escolhidos tem uma média de 41 advogados em seus quadros profissionais. Eles serão o nosso universo de análise, representando aproximadamente 1,21% da estimativa de advogados do estado.¹⁵ Deste modo, não nos interessa o estudo particular de cada escritório, mas tão somente a análise conjunta desse universo, a fim de alcançarmos uma representação do mercado de trabalho de advogados do Rio de Janeiro no setor privado.

Priorizamos a formação superior dos advogados desses 21 escritórios de advocacia para traçarmos um perfil da elite dos advogados do Rio de Janeiro e para testarmos a hipótese de que a IES em que o advogado terminou direito tem sido usada como fator de diferenciação no campo do direito. Aproximadamente 1.000

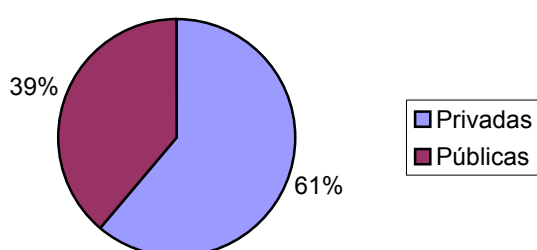
¹⁴ Alguns escritórios escolhidos têm matriz em outro país.

¹⁵ A OAB-RJ estimava que havia 83.000 advogados no Rio de Janeiro em julho de 2002, quando foi feito o levantamento dos dados para esta pesquisa. Dados apresentados no jornal Valor Econômico de 06/01/2004 dão conta de exatos 83.816 advogados nesta cidade, o que representa, segundo o mesmo jornal, uma média de 173,8 habitantes por advogado no estado. Embora São Paulo tenha o maior número de advogados entre os estados brasileiros (150 mil), o Rio de Janeiro tem o menor número de habitantes por advogado.

advogados¹⁶ representavam os 21 mais importantes escritórios de advocacia do estado em julho e agosto de 2002. Deste total, averiguamos haver 879 advogados formados, mas nem todos haviam cursado direito no Rio de Janeiro: 478 formaram-se no estado – 54,38% do total de advogados encontrados. O fato de apenas pouco mais da metade deles ter concluído direito no estado pode ser explicado pela presença de muitos desses grandes escritórios também em outros estados brasileiros, o que favorece o intercâmbio de profissionais. Alguns desses escritórios, com sede em outro estado diferente do Rio de Janeiro, podem centralizar na matriz a contratação de advogados para seus escritórios. Isso pareceu provável ao analisarmos algumas dessas empresas, devido ao grande número de formados em direito em outros estados.

Considerando-se a categoria administrativa das IES (pública ou privada) encontradas na formação superior dos que terminaram os seus cursos no Rio de Janeiro no período considerado, 61,1% se formaram em faculdades particulares de direito; os outros 38,9%, em instituições públicas (Gráfico 5). Este resultado pode indicar não apenas um bom desempenho das IES particulares, mas também que este tipo de IES volta-se mais para a formação de profissionais liberais. As IES têm a possibilidade de privilegiar a formação de profissionais que atendam a determinadas necessidades e assumam determinados perfis. Esta hipótese será testada em outro artigo.

Gráfico 5: Percentual de advogados formados no Rio de Janeiro segundo a categoria administrativa de sua IES

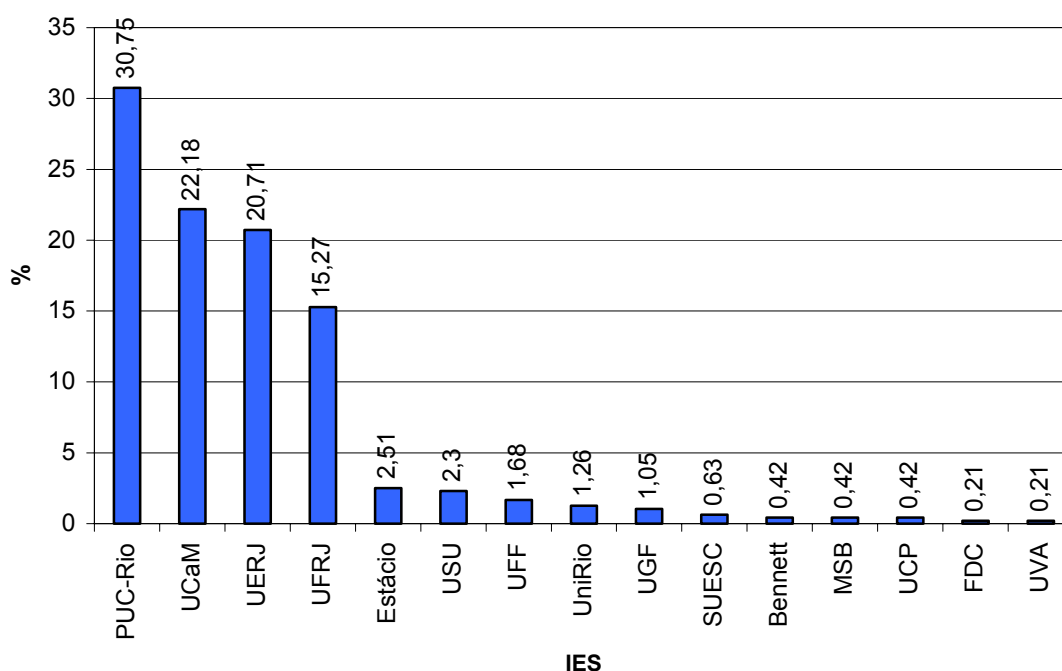


Fonte: Escritórios de Advocacia do Rio de Janeiro

¹⁶ Número de advogados: 992.

Dos 478 advogados formados no Rio de Janeiro, 88,91% cursaram direito em apenas quatro instituições: PUC, UCaM, UERJ e UFRJ. A PUC detém 30,75% deste total; a UCaM, 22,18%; a UERJ, 20,71%; e a UFRJ, 15,27%. Outras 11 IES de todo o estado participam com um percentual irrisório de 11,09% da elite de advogados do Rio de Janeiro (Gráfico 6). Estes números estão sujeitos a erros, mas dão uma boa dimensão da formação superior dos advogados que compõem essa mesma elite no Rio de Janeiro; podemos, assim, avaliar a eficiência diferenciada de cada IES na composição desse grupo privilegiado. Portanto, não basta fazer direito. Para ser bem-sucedido na profissão de advogado é preciso fazer direito em algumas das IES citadas.¹⁷

Gráfico 6: Percentual de advogados formados no Rio de Janeiro segundo sua IES de origem



Fonte: Escritórios de advocacia do Rio de Janeiro

Dentre os advogados formados no Rio de Janeiro, nem todos declararam o ano de conclusão de curso. Soubemos a data de término de faculdade de 386 advogados, dos 478 que compõem nosso universo de análise. Destes, 7,7% formaram-se antes da década de 1970; o mesmo percentual concluiu direito na década de 70; 15,03%, na década de 80; 59,06%, na de 90; e 10,37% nos anos

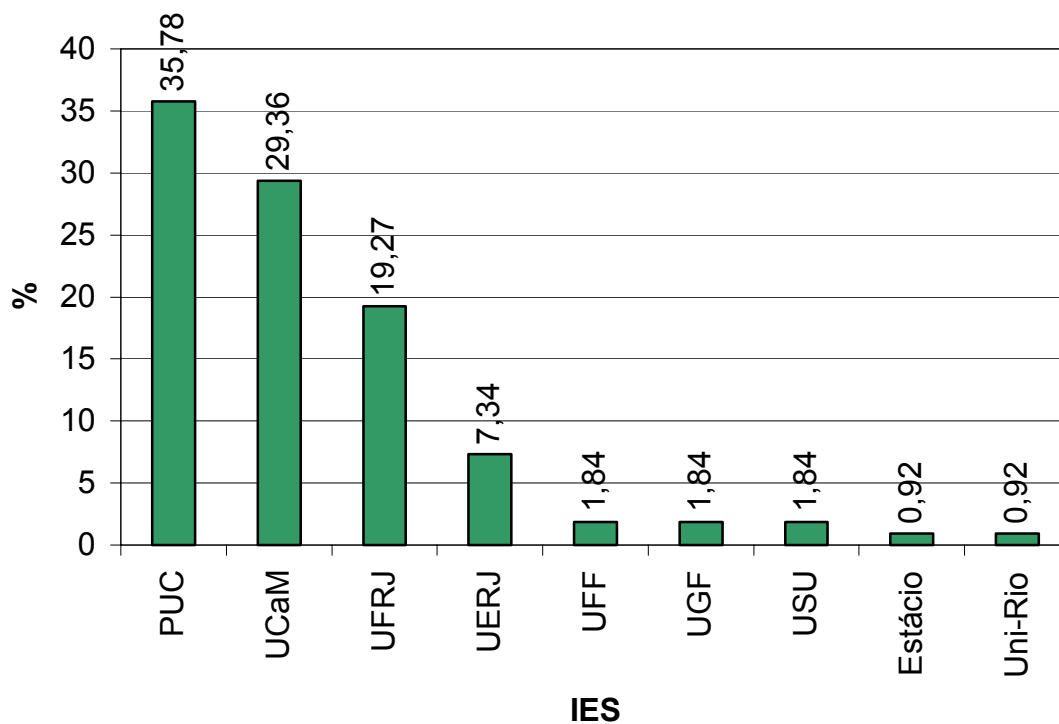
¹⁷ Em outro artigo, analisamos as características de três faculdades de direito da cidade do Rio de Janeiro para que se entenda o que as fazem diferentes na colocação de seus ex-alunos no mercado de trabalho.

de 2001 e 2002. Para termos uma idéia mais atual da dinâmica do mercado de trabalho de advogados no Rio de Janeiro, resolvemos selecionar aqueles formados no estado entre 1999 e 2002. Um aspecto importante para esta escolha foi o fato de que na área do direito uma boa colocação no mercado de trabalho demora em média três anos.¹⁸

A partir deste recorte temporal, analisamos 109 advogados, 22,8% do total daqueles que se formaram no Rio de Janeiro. Considerando os que concluíram direito entre 1999 e 2002, 35,78% deles formaram-se pela PUC; 29,36%, pela UCaM; 19,27%, pela UFRJ; e 7,34%, pela UERJ, confirmando estas quatro IES como aquelas que mais conseguem situar seus ex-alunos na elite da advocacia do Rio de Janeiro. Outros 8,25% terminaram direito em seis IES diferentes: Estácio, UFF, UGF, Uni-Rio, USU e UVA. A alteração havida em relação à análise que fizemos dos 386 advogados que declararam o ano de formação encontra-se nos terceiro e quarto lugares – UERJ e UFRJ. É possível que este fato signifique que nos últimos anos o mercado para a elite advogados de grandes escritórios esteve mais receptivo aos que se formaram na PUC, na UCaM e na UFRJ. Por outro lado, a diminuição do número de outras IES – de 11 para seis – e do percentual de seus ex-alunos que fazem parte da elite da advocacia mostra que entrar para esse grupo privilegiado está cada vez mais difícil para os que nelas se formam (Gráfico 7).

Gráfico 7: Percentual de advogados formados no Rio de Janeiro entre 1999 e 2002, segundo sua IES de origem

¹⁸ Bonelli, falando sobre o acesso à magistratura, afirma que “a carreira tende a começar nos primeiros anos após a conclusão do curso de bacharel” (1995:55).



Fonte: Escritórios de advocacia do Rio de Janeiro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do campo do direito, do ensino jurídico e do mercado de trabalho do direito não implicou democratização do acesso aos postos mais prestigiados da advocacia do Rio de Janeiro. Por meio da pesquisa que fizemos, concluímos que estes escritórios preferem contratar advogados formados por algumas IES (PUC, UCaM, UFRJ e UERJ).

Embora a advocacia não seja privilégio das elites, certos postos continuam sendo: formados pela PUC têm mais chances de inserção na elite da advocacia do Rio de Janeiro do que, por exemplo, os formados pela MSB, UGF, UniPli, UniverSO, UVA etc. Se os que concluem o curso de direito por estas IES não fazem parte da elite da advocacia do Rio de Janeiro, é porque estão tomando outros rumos. Precisaríamos fazer uma nova pesquisa a fim de descobrir para onde estão indo os profissionais formados por IES de menor prestígio no campo do direito.

Assim, posições e trajetórias profissionais de advogados do Rio de Janeiro estão fortemente condicionadas às universidades por eles freqüentadas. Trata-se, como vimos, de um mercado altamente concentrado. Nas competições intraprofissionais, os que terminam direito em faculdades com fracos desempenhos têm menos chance de entrar para a elite da advocacia do Rio de Janeiro. Quanto a este aspecto, observa-se, portanto, uma clara desigualdade de oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, Maria da Glória. "A competição profissional no mundo do Direito". **Tempo Social**, USP, São Paulo, 1998.

_____. **Profissionalismo e política no mundo do direito**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000 [1989].

_____. "Algumas propriedades dos campos". In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

FALCÃO, Joaquim Arruda & SOUTO, Cláudio. **Sociologia e Direito**. São Paulo: Pioneira, 2002.

LARSON, Magali Sarfatti. **The rise of professionalism: a sociological analysis**. Berkeley: University of California Press, 1977.

WERNECK VIANNA, Luiz; CARVALHO, Maria Alice; MELO, Manuel Palácios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1979. 2v.

ASSISTENCIALISMO E SINDICATOS DOS TELEFÔNICOS NOS ANOS 1980/1990

José Fernando Souto Junior¹⁹

RESUMO

O assistencialismo é portador de diversos sentidos que têm sido construídos em contextos históricos específicos. Foram pesquisados dois sindicatos de telefônicos, o de Pernambuco e o do Rio de Janeiro. Durante os anos 1980, lutaram pelo fim da estrutura sindical, devolvendo o imposto sindical, rompendo com a federação oficial e pondo fim ao assistencialismo. Mas nos anos 1990 a reestruturação produtiva e o processo de privatização modificaram sobremaneira o perfil e as formas de luta da categoria. Novamente, cada um a seu modo optou pela volta do assistencialismo: escolas de formação profissional, cursos de inglês, cooperativas de empregos, administração de planos de saúde, atuação junto a comunidades e em parceria com ONG caracterizaram as novas formas de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Sindicatos, assistencialismo, reestruturação produtiva, novo sindicalismo

ABSTRACT

Assistencialism has borne several senses that have been produced in specific historical contexts. Two telephone industry trade unions have been studied, the one from Pernambuco and the one from Rio de Janeiro. During the 1980s, they struggled for the end of the official trade union structure, returning the union tax, breaking up with the official federation and they put an end to assistencialism. But in the 1990s productive restructuring and the privatization process have deeply changed the character and the styles of action of the professional group. Again, each one in a specific manner has opted to go back to assistencialism: professional qualification schools, English courses, job cooperatives, health plan administration, community-focused actions and partnership with NGOs.

KEY WORDS: Trade unions, assistencialism, productive restructuring, new trade-unionism.

¹⁹ Graduado em ciências sociais pela UFPE; mestre em sociologia e antropologia pelo IFCS/UFRJ; doutor em história social pela UFF.

O PROBLEMA

Tenho me preocupado com a questão do “assistencialismo”, especificamente nos sindicatos que assumiram a bandeira do chamado “novo sindicalismo”. O impulso primeiro, normalmente, é o de condenar esta prática antes mesmo de perceber seu sentido e seus significados. Portanto, meu objetivo é tentar esclarecer um pouco do assunto a partir do estudo de caso de dois sindicatos de trabalhadores telefônicos (SINTTEL-PE e SINTTEL-RJ).

Parti de minha primeira hipótese desde o mestrado, a qual levantava a questão de que o “assistencialismo” revelaria outras variáveis que não o mero desvio do “verdadeiro” papel dos sindicatos, como afirmavam alguns títulos da literatura acadêmica. Essas práticas significam outra percepção do papel do sindicato? Não faltam exemplos e indícios de que esse problema foi, e ainda é, algo comum nas organizações de trabalhadores. Nas versões mais elaboradas do discurso acadêmico, o problema era apresentado como uma relação de causa e efeito entre a estrutura sindical e os sindicatos. Constatou-se que o assunto não tinha sido explorado devidamente, apesar de ser citado em um sem-número de publicações que tocavam no tema.²⁰ As respostas dadas pela literatura acadêmica para o “assistencialismo” estabeleciam que o movimento sindical era vítima das práticas assistenciais. Estas – quase um instrumento de conspiração – impediriam o livre fluxo do movimento “natural” dos trabalhadores para um sindicalismo mais combativo. Explicava-se, assim, a permanência de sindicalistas “pelegos”²¹ pouco interessados em um sindicato ativo e em uma classe operária emancipada.²²

²⁰ SOUTO JR., José Fernando. Pelegos, puros e modernizadores: reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro. *Política & Trabalho*. Revista de Ciências Sociais, n. 23, publicação do Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPB, 2005. Ver também: SOUTO JR., José Fernando. Práticas Assistenciais em sindicatos do novo sindicalismo: uma interpretação da literatura acadêmica sobre o assunto. *Lugar Primeiro*, n.7, publicação do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia IFCS/UFRJ, 2000.

²¹ O nome “pelego” é retirado do objeto que fica entre o corpo do cavalo e a cela do cavaleiro servindo, assim, para amaciar o atrito da cela com o corpo do animal. A palavra ganha espaço como um rótulo depreciativo no movimento sindical, lembrando também o papel de sindicatos que amortecem as relações entre patrões, trabalhadores e Estado. FÜCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros: organização e função política*. Rio de Janeiro. Edições Grall. 1984. p.97-101. Uma análise sobre este assunto também pode ser vista em SAES, Décio. “Classe média e política no Brasil”. In: FAUSTO, B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964*. São Paulo: DIFEL. p.447-507.

²² MORAES FILHO, Evaristo de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos*. 2.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978. SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: USP/DOMINUS, 1966. RODRIGUES, J. Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo. Difel, 1966. BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP. 1991. _____. “Reforma e persistência da estrutura sindical”. In: BOITO JR., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 43-91. MARTINS, Heloísa H.T de Souza. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1979. WEFFORT, Francisco C. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968*. São Paulo: CEBRAP, 1972. Mimeo. _____. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. *Debate & Crítica*, n.6, p.49-74, 1975.

Mattos chamou a atenção e mostrou como o “novo sindicalismo” tentou abolir o “assistencialismo”,²³ tendo sido esta uma prática comum nesse modelo de gestão sindical. Para adentrarmos no tema, cito um trabalho recente de Cardoso, baseado na pesquisa mensal de emprego de 1996 do IBGE, em que o autor tentou entender as razões para a filiação em sindicatos.²⁴ Os resultados foram os seguintes:

Tabela 1
Razões para filiação a sindicatos em seis regiões metropolitanas: 1996

Razões para a filiação	Proporção
Assistência médica	56,6
Assistência jurídica	58,8
Atividades esportivas/lazer	20,7
Participação política	17,1
N	13.714

A idéia aqui não é discutir a pesquisa mensal de emprego do IBGE daquele ano. Mas demonstrar como o tema ainda é atual e tem sido a razão de inúmeras filiações a organizações sindicais por parte dos trabalhadores. Na minha perspectiva, o tema continua a ser observado com pouco cuidado.

Duas questões merecem atenção para quem estuda qualquer tipo de assistencialismo. O termo “assistencialismo” tornou-se um adjetivo pejorativo. Falta-lhe legitimidade; isto vale tanto para a literatura acadêmica que trata do assunto, quanto para as lideranças sindicais. O problema existe e todos têm conhecimento. O equívoco está exatamente neste ponto, a crença de que todos sabem a resposta sobre o assunto. A partir daí, é forjada uma percepção enganosa de que o problema está resolvido, mas o que há é uma espécie de falso “consenso”. Os diversos sentidos que envolvem o problema precisam, ainda, ser capturados pela investigação. Este fato remete ao papel do pesquisador de elaborar uma problemática que desconstrua a percepção existente.

O segundo ponto é paradoxal em relação ao primeiro; os agentes envolvidos nas tramas políticas pesquisadas enxergam o problema como adjetivo também, sejam eles as próprias lideranças sindicais ou os pesquisadores que se ocuparam de

²³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955/1988*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

²⁴ CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

condená-lo. Isto indica para a pesquisa uma manipulação dos sentidos do termo de acordo com o contexto político. Ora vêem o “assistencialismo” como um símbolo negativo (principalmente durante os anos 1980), ora o enxergam como positivo (anos 1990).

A conclusão da pesquisa no mestrado, em 1999, foi a de que o assistencialismo, nas duas entidades pesquisadas – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado de Pernambuco (SINTTEL-PE), ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e o Sindicato dos Tecelões da Região Metropolitana do Recife, ligado à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) – tinha sentidos diferentes daqueles pregados pela literatura acadêmica especializada e por um discurso que era reproduzido no meio sindical.²⁵

A pesquisa verificou que esses serviços, no Sindicato dos Tecelões, garantiram a coesão do grupo, reforçando o vínculo dos associados com a entidade, ao mesmo tempo em que aumentaram a solidariedade de classe, já que os espaços utilizados pelo Sindicato dos Têxteis permitiam uma maior sociabilidade entre os associados e eram pontos de referência para eles. Tais espaços eram importantes para o contato social e a possível reinvenção cultural desse grupo, proporcionando uma maior consciência de classe.²⁶ Os serviços assistenciais, para o grupo, eram praticamente a única alternativa ao sistema público de saúde. O sindicato dava conta, assim, de uma demanda universal. Durante os anos 1980, o setor têxtil entrou em decadência em Pernambuco e nos anos 1990, o sindicato praticamente fechou as portas.

No caso do SINTTEL-PE, o resultado foi outro. A categoria era bem diferente e sua renda maior. O nível de instrução desses trabalhadores também. Os benefícios que recebiam da empresa permitiam menor dependência em relação ao sistema público, assim como àqueles fornecidos pelo próprio sindicato. Portanto, durante os anos 1980, os novos dirigentes assumiram a entidade e perceberam que este tipo de prática não se adequava à concepção de *sindicato pra luta*, típica bandeira do “novo sindicalismo”, e foram acabando paulatinamente com o que restava de serviços médicos, odontológicos, cursos etc. No entanto, em sua face não-tradicional, os serviços reapareceram nos anos 1990 com o objetivo de trazer mais sócios para a entidade e, dessa forma, aumentar a sua receita.

Novas perguntas foram feitas: a prática assistencial põe em xeque a compreensão do lema *sindicato é pra lutar*? Mas de quais lutas estamos falando? A

²⁵ SOUTO JR, José Fernando. *Práticas Assistenciais nos Sindicatos no Final dos Anos 90: a luta acabou ou reinventaram a roda?* 1999. 158f. Dissertação (mestrado em sociologia e antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁶ Ver sobre isso: HOBBSAWM, Eric. “A formação da cultura da classe operária britânica”. *Mundos do Trabalho*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988; 1.ed., 1987. p.257-271.

volta dos serviços assistenciais atende apenas aos problemas de caixa da entidade? A assistência tem um sentido de solidariedade?²⁷ O fato de os sindicatos prestarem serviços assistenciais está relacionado aos poucos benefícios que os trabalhadores recebem das empresas? Categorias com um melhor nível socioeconômico e que provavelmente obteriam benefícios, como planos de saúde, teriam sindicatos sem serviços assistenciais? Por outro lado, é possível uma mesma categoria, com um perfil socioeconômico semelhante, ter sindicatos com posturas diferentes com relação à prática assistencial?

Quadro 01
VISÃO DUAL DE MODELOS SINDICAIS

SINDICATO	OBETIVO	TIPO DE RELAÇÃO ENTRE CAPITAL e TRABALHO
Assistencial	Adaptação à estrutura social	Harmonia
Reivindicativo	Transformação da estrutura social	Conflito

Para tentar responder estas questões, foram escolhidos dois SINTTEL's, o de Pernambuco e o do Rio de Janeiro. Ambos os sindicatos eram de uma mesma categoria, mas situavam-se em regiões e estados diferentes. A idéia foi pesquisar as duas gestões entre 1978 e 1998, tentando identificar as prioridades de cada uma em relação ao tema estudado. Assim, as direções se assemelhavam pelo fato de serem da mesma categoria profissional e influenciadas pelas lutas do final da década de 1970 até fins de 1990, identificadas com aquilo que se convencionou chamar de "novo sindicalismo".

As fontes utilizadas no trabalho foram em sua maioria os jornais da categoria (mais de 1.000 números), além de revistas. Para completar a análise, utilizei-me de 24 entrevistas (realizadas entre os anos de 1994, 1998 e 2003), documentos (ofícios, atas, informes, boletins, panfletos, comunicados) e matérias de jornais, publicações produzidas por ONG's sobre os sindicatos de Pernambuco

²⁷ FORTES, Alexandre. *Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX*. UNICAMP, 1998. Mimeo.

(*Folha Sindical e Informe Sindical*), além de atas e documentos da FITTEL (Federação Interestadual dos Trabalhadores Telefônicos).

Tentei elaborar a compreensão do assunto com a interpretação de classe de Edward P. Thompson. O objetivo foi utilizar-me dessa perspectiva ao afirmar que o fazer-se da classe é uma relação, uma circunstância em que se define a luta contra um projeto antagônico. Portanto, a idéia foi tentar entender até que ponto o assistencialismo nos sindicatos tem sido uma atividade de colaboração com os patrões ou uma estratégia que se conforma à autonomia da classe.

Durante os anos 1980, os sindicatos estudados seguiram um padrão de atuação cutista, desenvolvendo greves e ações de enfrentamento. Nesse tempo, ambos criaram uma máquina sindical apropriada ao perfil de lutas de um “sindicato classista”, firmando-se assim como modelos de atuação para a categoria e fora dela. No contínuo fazer-se da classe, retomando a referência a Thompson, houve avanços na organização e nas lutas dos anos 1980. O projeto desenvolvido pelo grupo era claramente de luta, ainda que de inserção no processo capitalista.

No caso do SINTTEL-RJ, nos anos 1980 a oposição que assumiu o sindicato herdou uma enorme “burocracia assistencialista” (35 dentistas, duas colônias de férias, um curso de segundo grau, vários médicos e uma dezena de advogados). Os sindicalistas tomaram a si o compromisso de acabar com a máquina assistencial. No entanto, a atuação das diversas direções ao longo dos anos 1980 oscilou. Avançavam em alguns momentos e recuavam em outros, para isso justificando as alianças em sua composição de força, já que grupos dentro da própria executiva divergiam sobre o projeto para acabar com esses serviços.

Posição contrária ao fim da máquina assistencial veio também da oposição “de direita”, ligada à FENATTEL (Federação Nacional dos Trabalhadores Telefônicos). Esse fato gerou conflitos na própria direção, levando a um racha, pois o grupo ligado à corrente de esquerda cutista, como a então Convergência Socialista, que mantinha sob seu controle a AEBT (Associação dos Funcionários da Embratel), pressionava os demais membros da direção a acabarem de vez com o assistencialismo. A gota d’ água para a divisão veio com as denúncias de corrupção feitas por este grupo contra a direção majoritária, tanto no caso FAS, quanto por suspeita de desvio de recursos no caso SORRIDENTE.²⁸

Nos anos 1990, a categoria, de um modo geral, começou a sofrer com a diminuição do seu tamanho por conta do processo de reestruturação produtiva, que

²⁸ O FAS foi uma tentativa de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal que não chegou a ser realizada; SORRIDENTE foi uma cooperativa odontológica criada pelo sindicato para substituir os dentistas que eram funcionários do sindicato. Nos dois casos, membros da própria direção e que se tornaram oposição num momento posterior levantaram dúvidas sobre o desenvolvimento desses processos. Sobre isso ver: SOUTO JR., Práticas Assistenciais em Sindicatos Cariocas e Pernambucanos: 1978-1998. 2005. 349f. Tese (doutorado em história) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

envolveu maior nível de automação e terceirização de serviços nas empresas do Sistema TELEBRÁS. Junto com isso, veio a escassez de recursos e, para driblar a crise, o SINTTEL-RJ transformou paulatinamente o Departamento Médico-odontológico em cooperativa. O mesmo aconteceu com a gráfica e as colônias de Férias. Terceirizou serviços aplicando a mesma fórmula de enxugamento de custos das empresas. Isto significou a diminuição do “assistencialismo” em sua forma “tradicional”, ou seja, serviços médicos, odontológicos, barbearia, manicure, administração da colônia de férias etc.

Por um lado, tentou abandonar, mas não conseguiu completamente, o “assistencialismo tradicional” oriundo de décadas anteriores a 1970, que era caracterizado por serviços em caráter individual prestados aos sócios (membros da categoria e seus dependentes). Eram encarados como o papel primordial do sindicato. A aferição de saldo positivo nas contas não era, necessariamente, o objetivo principal, já que a entidade sobrevivia com recursos do imposto sindical, de convênios com o INAMPS e, por vezes, contava com a ajuda financeira das empresas telefônicas (TELERJ e CETEL), que eram encaradas como parceiras, pois a participação das mensalidades dos sócios era ínfima.

Mas se por um lado diminuíram os serviços assistenciais tradicionais durante os anos 1980 e início dos anos 1990, por outro lado surgiram novas formas de prestação de serviços, agora em meados dos anos 1990, para aproximar o sindicato de sua base e garantir rentabilidade, com o intuito de dirimir a escassez de recursos que se abatia sobre o SINTTEL-RJ. Esses novos serviços assistenciais diferenciavam-se dos tradicionais por três motivos principais: em primeiro lugar, foram criados como uma reação às transformações no ambiente de trabalho nessa década. Adaptavam-se, assim, a uma lógica produtiva, já que o perfil adotado no Colégio Graham Bell/INTEL com seus diversos cursos de qualificação, além das cooperativas, surgiram depois dos anos 1990 e colaboraram visando melhorar a produtividade nas empresas. A reação foi no sentido de resistir participando.

Em segundo lugar, tais atividades foram formas de atrair mais sócios para o sindicato, na tentativa de acabar ou pelo menos diminuir a crise financeira, pois os novos serviços teriam que ser auto-sustentáveis e deveriam até gerar algum lucro. Em terceiro lugar, isto também fazia parte da lógica de agir como “sindicato cidadão”, com uma política de atuação para além da categoria, ora junto à comunidade em campanhas solidárias, tentando aumentar sua intervenção política voltada para um público mais amplo, ora utilizando recursos como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para proporcionar cursos de qualificação, ou mesmo atuando em espaços institucionais.

Um outro ponto de destaque foi o trabalho com os aposentados. Com o grande número de aposentadorias surgido nos anos 1990, o SINTTEL-RJ tornou-se uma referência para esse grupo. Assim, foi criada a figura do **sócio assistido**, que visou dar suporte àqueles que tinham saído da ativa e perdido benefícios, como os planos de saúde. A expectativa do sindicato foi aumentar o leque de sócios e driblar a crise financeira que se abateu sobre a categoria como resultado do aumento do número de aposentados, dos trabalhadores terceirizados e da privatização, tornando-os reféns do medo da demissão.

Nós inventamos aqui o "**sócio assistido**". Por quê? Porque nós tínhamos uma reivindicação dos aposentados com relação a planos de saúde, como nós diminuimos intensamente os médicos [que trabalhavam no sindicato], os aposentados que não tinham [acesso aos médicos]... porque nós temos, inclusive, quem é funcionário tem médico pelo sistema na empresa e quem é aposentado tem complementação pela Previdência Privada, também tem médico; mas muita gente não era da Previdência (...) Nós criamos o que nós chamamos de um plano PAM, Plano de Assistência Médica do Sindicato. Nós fizemos um convênio com plano de saúde. Então, essas pessoas todas podem se associar a esse plano via sindicato, mas só que pra se associar, elas têm que ser sindicalizadas e é uma sindicalização especial; por isso, é que [há] o "sócio assistido". Por quê? Esse sócio tem direito a todas as coisas do sindicato, só não tem os direitos políticos, votar e ser votado, porque não é, necessariamente, da categoria. Então, quer dizer, o pai de fulano, o irmão de fulano – o cara não tem plano nenhum – mas ele quer dar um plano de saúde [para eles]. (...) Mas de qualquer jeito, isso aí, rapaz, cresceu, e hoje eu já tenho 1.500 pessoas só nessa modalidade de sindicalizados no sindicato.²⁹

Tudo indica também que o SINTTEL-RJ estava apostando numa mudança da legislação trabalhista e da estrutura sindical. Assim, trazer pessoas de outras categorias por conta do parentesco com associados é indicação de um sindicato que parece apostar em um outro tipo de entidade, que seja capaz de aglutinar diversas categorias de trabalhadores, ponto de diferença com o SINTTEL-PE. As tentativas de fusões e a mudança no nome para representar novos trabalhadores sugerem isso. Além, é claro, de serem uma tentativa de driblar a crise financeira. A recente demanda vinda dos aposentados foi um estímulo às novas práticas assistenciais.

Já o SINTTEL-PE herdou os "serviços assistenciais tradicionais" na década de 1980. Houve um esforço da entidade, ao longo dos anos, para pôr fim a esse perfil do sindicato. Entrou na década de 1990 praticamente sem tais serviços, até que deixaram de existir. Investiu fortemente no caminho da associação dos trabalhadores terceirizados de empreiteiras, o que minorou na categoria o problema da diminuição da base de trabalhadores efetivos. A máquina burocrática assistencial foi desmontada e em seu lugar uma outra surgiu para dar suporte ao denominado "sindicato classista", como carros-de-som, auditório, gráfica,

²⁹ Luiz Antônio, diretor do sindicato, SINTTEL-RJ, em outubro de 1998.

biblioteca, rede de fax para ligar a organização na capital com o interior do estado etc.

Com as mudanças no ambiente de trabalho durante os anos 1990, houve uma persistência na atividade de mobilização, principalmente em relação às empreiteiras. Não houve estímulo a novas formas de assistência até setembro de 1998. No entanto, por conta de processos em pendência na justiça, vários trabalhadores se aposentaram e mantiveram contato com a entidade. Este fato gerou consequências imediatas: o reconhecimento de um público de aposentados para a entidade desenvolver trabalhos, que inicialmente funcionou a partir de encontros mensais para informes de processos, foi aos poucos se transformando para incluir encontros voltados ao lazer; mais tarde, chegou a se pensar na participação mais ativa desse grupo como “sócios assistidos”. No projeto inicial, aprovado na estatuinte, seria cobrada uma mensalidade e eles poderiam concorrer em eleições do sindicato como membros ativos. Portanto, o projeto tinha dois vieses: era solidário na reinserção desse grupo na vida sindical e funcionaria também como forma de arrecadação. No entanto, nunca foram cobradas mensalidades dos aposentados.

Em segundo lugar, com a falta de recursos para manter a entidade, foi firmado um convênio com um escritório de advocacia para que os sócios tivessem serviços jurídicos à sua disposição em várias áreas e por preços “módicos”. Os trabalhos iniciaram-se depois de setembro de 1998 e estavam voltados para a satisfação individual dos sócios, visando também garantir recursos para a entidade. Planejou-se a oferta de cursos de inglês; a Secretaria de Formação da CUT disponibilizou cursos de qualificação profissional, mas após a realização do primeiro não houve continuidade. Apenas alguns membros da direção executiva defenderam essas formas de prestar serviços aos associados. Tal postura, semelhante à do SINTTEL-RJ antes do racha, não foi consensual na executiva, mas não gerou ruptura num primeiro momento. Os membros mais antigos da direção foram contra, mas à medida que foram saindo do sindicato para desenvolverem outras atividades, indiretamente fortaleceram o grupo que defendia tais ações.

Para Simões, a discussão sobre o trabalho com os aposentados ser ou não assistencialismo, nas várias associações que os representam, não passa de uma retórica criada e ligada a classificações dicotômicas, como “assistencialista” versus “mobilizadas”; “assistência” versus “participação”. Para este autor:

Pode-se dizer que, em parte, essas diferenças são retóricas, visto que o cotidiano de muitas associações gira em torno da prestação de informações sobre direitos

dos aposentados e da condução de processos na Justiça, atividades que poderiam ser consideradas eminentemente assistencialistas.³⁰

Mas o autor considera que existe um grau de engajamento que diferencia as associações, não ficando apenas na prestação desses serviços e, dessa forma, algumas se destacariam pelo potencial de trabalho político desenvolvido, reivindicando mudanças na Previdência e influenciando os debates mais amplos nas questões dos aposentados.

Até 1998 podemos afirmar que houve no SINTTEL-PE a defesa de um modelo de gestão sindical que manteve estreitas afinidades com o projeto do “novo sindicalismo”, ainda que esta postura, típica dos anos 1980 e início dos anos 1990, estivesse cada vez mais próxima de negociações rotinizadas, porque os sindicatos são instituições sociais que servem de base para relações recíprocas, garantindo confiança por meio da previsibilidade de suas ações no tempo.³¹ Mesmo assim, a entidade ficou mais próxima da concepção de classe de Thompson, diferenciando-se do Rio de Janeiro, que abriu mão desta perspectiva em 1993 quando assumiu a “maioridade” – entendida como superação – em relação ao projeto do “novo sindicalismo”.

Muitas dessas alterações foram causadas pelas mudanças no ambiente de trabalho nos anos 1990. A quantidade de funcionários das empresas de telecomunicações diminuiu sensivelmente. Esse problema esteve relacionado diretamente às transformações pelas quais passaram as telecomunicações no Brasil, mas não apenas aqui,³² e que reverberaram diretamente nos sindicatos.

Os dois sindicatos estavam posicionados num campo político comum (telefônicos, CUT, FITTEL, PT), mas apresentavam diferenças e semelhanças em seus projetos políticos. Na origem, foram aliados da FITTEL e rivais em várias disputas; suas lideranças relutaram em assumir qualquer perspectiva assistencial, ainda que os fatos contradigam alguns deles.

A direção do SINTTEL-RJ assumiu estar mais próxima das novas formas de ação, as quais denominei aqui de “assistencialismo não-tradicional” (cooperativas, planos de saúde, sócios assistidos etc.), numa maneira de driblar a crise financeira e estabelecer a escolha de um caminho alternativo ao enfrentamento típico dos anos 1980. Mas de maneira nenhuma eles acreditavam estar assumindo uma postura de submissão. Por outro caminho foi o SINTTEL-PE até 1998 e, apesar de não ter incentivado cooperativas nem montado escolas, a direção assumiu também

³⁰ SIMÕES, Júlio A. “A maior categoria do país: o aposentado como ator político”. In: BARROS, Myrian M. Lins de (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.19.

³¹ BERGUER, Peter & LUCKMAN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. 16.ed. Petrópolis: VOZES. 1998.

³² Ver texto de Lorangeira, op. cit., sobre o processo de privatização nos Estados Unidos e no Brasil, e as consequências para a ação sindical.

a necessidade de organizar os aposentados e cobrar deles uma taxa (ainda que isto não tenha sido colocado em prática por não se saber como), manter um convênio com um escritório de advocacia e até mesmo administrar um plano de saúde.

As duas experiências apresentaram, portanto, semelhanças e diferenças. Para compreendê-las, é necessário analisar as disputas internas dentro da FITTEL, que foram registradas no quinto capítulo da minha tese de doutorado, pois é neste plano que se pode perceber comparativamente o seu conteúdo político. Podemos especificar que os agentes sociais e os sindicalistas atuavam no campo político, nos moldes do conceito de *campo* de Bourdieu, especificamente em uma espécie de *subcampo*, que seria o sindical, o qual pode ser compreendido como um espaço social constituído por critérios resultantes de um conjunto de relações históricas: os meios para a resolução dos conflitos do trabalho.

Esses critérios presumiam que desde o surgimento do novo sindicalismo, em 1978, e depois com a criação da FITTEL, em 1986, unificando as lutas dos telefônicos com esta proposta, aconteceram as disputas dentro da própria categoria. As características válidas para a ação sindical seriam aquelas típicas do “sindicato classista”: luta no sentido de enfrentamento com os patrões, compreendendo que na relação capital-trabalho os interesses de classe eram antagônicos. Desta forma, o “assistencialismo”, assim como o imposto sindical e os vínculos que prendiam os sindicatos à estrutura sindical foram vistos como heranças que desviavam a luta de um projeto político mais amplo e, por conta disso, deveriam ser extintos sob pena de atrapalharem a transformação da sociedade. O *habitus* dos agentes esteve relacionado a essas práticas mais recentes do “novo sindicalismo”.

A atuação da FITTEL estava inserida em um *campo* de disputas, um espaço social onde os confrontos passaram a se dar também no sentido empregado por Bourdieu. Nele, os diversos agentes associados aos sindicatos passaram a disputar, num contexto de transformação das relações de trabalho, a maneira de atuação da federação, tentando assim influenciar os diversos SINTTEL’s. Podemos dizer que esta noção de *campo* pode ser pensada como um espaço onde as diferentes posições dos agentes históricos encontraram-se e confrontaram-se a partir de seus interesses específicos.

Segundo Matos Almeida, trata-se de conhecer os mecanismos de produção e reprodução simbólicos, construídos no campo e veiculados pelos diferentes *habitus* que se diferenciam entre dominadores e dominados.³³ Nesse sentido, termos como “sindicato cidadão” versus “sindicato de classe” ou “sindicato de luta” versus

³³ MATOS ALMEIDA, Marlise Míriam de M. *Pierre Bourdieu e o Gênero: possibilidades e críticas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997 (Série Estudos, 94). p.22,23.

“sindicato assistencialista” são os produtos simbólicos das lutas dentro desse campo, onde os agentes produzem e reproduzem os termos de um lugar específico que faz parte desse campo.

Dessa maneira, no espaço da federação os conflitos pelo poder expressavam as estruturas que assegurariam a produção e a reprodução de universo social mais amplo. Sindicatos menores, como o SINTTEL-PE, tentaram influenciar as lutas nacionais disponibilizando dirigentes para a federação e disputando o poder, como condição para obterem maior força política e defenderem sua concepção de gestão sindical num plano nacional, tentando enquadrar entidades como o SINTTEL-RJ, que tinham maior força por conta de seu tamanho, base e localização estratégica como sede de importantes empresas telefônicas do país.

Neste sentido, o SINTTEL-PE diferenciava-se do SINTTEL-RJ que, até 1997, não partilhava de maioria na direção da federação. Ora, cada agente (entendendo aqui os dirigentes) ocupou uma posição em um determinado ponto do espaço social como resultante de sua inserção. As possibilidades das ações estiveram relacionadas com as práticas possíveis, ou seja, socialmente aceitas dentro desse campo. O *habitus* do grupo ligado ao SINTTEL-PE era expresso por uma atuação pautada em política “classista”, enquanto o grupo vinculado ao sindicato do Rio de Janeiro tinha sua agência pautada em uma postura de “sindicato cidadão”, mais conciliador e disposto a atuar em parceria com as empresas. Uma análise das entrevistas de cada dirigente poderia ter deixado mais claro o que digo, demonstrando o simbolismo de tais práticas.

Esses fatos também estavam relacionados às tendências políticas em cada sindicato, ainda que não tenha sido possível mapeá-las completamente na FITTEL, visto que este estudo abordou apenas dois sindicatos, sabe-se que no Rio de Janeiro o grupo dirigente era ligado à Articulação, tanto dentro do PT como na CUT, mantendo assim uma afinidade nas convicções políticas com relação ao que deveria ser o papel dos sindicatos. Os conflitos entre os dois sindicatos, registrados no quinto capítulo de minha tese, representaram as diferenças entre os projetos.

Não foi por acaso que justamente naquele momento – o da mudança dos grupos dirigentes na FITTEL, em 1997 – o SINTTEL-PE tenha passado a oferecer serviços assistenciais, ainda que sem nenhuma vinculação com o grupo do Rio de Janeiro. Esta mudança expressava a perda de espaço dos dirigentes que defendiam o modelo “classista” de maneira mais rígida desde o VII CONTTEL, o que depois se agravou com a renúncia, em 1998, de Ricardo Queiroz, da FITTEL, que posteriormente repetiria o gesto no SINTTEL-PE, em 2001.³⁴

³⁴ Carta-renúncia de Ricardo Queiroz. Recife, 11 de janeiro de 2001.

Em virtude desses fatos, torna-se possível dizer que a relação entre as lideranças dos dois sindicatos melhorou daí para frente, porque alguns dirigentes que ganharam mais visibilidade nessa época mantiveram boas relações porque mantinham afinidades programáticas para as organizações sindicais. Foi o caso de Marcelo Beltrão, em entrevista em 2003, já como presidente do SINTTEL-PE: “Eu me dou extremamente bem com o pessoal do sindicato do SINTTEL-RIO”.³⁵ O mesmo não poderia ser dito de outros dirigentes. No entanto, ainda que nem todos fossem afinados com os cariocas, o depoimento acima, no ano de 1998, mostra pontos em comum com tal política: “O sindicato tem sim que ofertar o máximo de coisas pra categoria, sejam serviços, no sentido tradicional em que o termo é usado, (...) não dá mais pra ser aquele sindicato pra lutar. Não pode ser só isso”.³⁶ A idéia de serviços assistenciais é transmitida aqui como uma dicotomia à concepção de “sindicato pra lutar”. Dentro do campo em disputa, os agentes quase nunca são capazes de ter uma consciência discursiva “que elabore teoricamente sua ação no processo de interação”.³⁷

Concluindo, podemos responder algumas questões afirmando que essas “práticas assistenciais” significavam de fato uma outra percepção do papel dos sindicatos. Nos casos aqui estudados, as entidades estariam preocupadas em aumentar seu raio de ação tentando aproximar-se de suas bases ao proporcionarem serviços como lazer – idéias típicas de clubes de recreação, onde a solidariedade pode ser estimulada como um forte componente de classe. Num outro plano, algumas atividades teriam um caráter individual e estariam mais voltadas para a sustentação financeira e mesmo para a geração de lucro destinada às entidades.

Houve apenas em parte uma relação entre o fato de os sindicatos prestarem “serviços assistenciais” e os benefícios que os trabalhadores recebiam das empresas. Isto porque, ao longo da década de 1980, quando as entidades ainda mantinham a herança do “assistencialismo tradicional”, foi possível diminuí-lo (na SINTTEL-RJ) e acabar com ele (na SINTTEL-PE) aumentando as reivindicações por benefícios. Mas nem sempre coincidiam os tipos de benefícios reivindicados e os realmente prestados pelas entidades. Nos anos 1990, a permanência desses serviços tidos como “tradicionais” pôde ser explicada pelo fato de o SINTTEL-RJ ter se aproximado dos trabalhadores terceirizados, mas com um alcance menor.

Entretanto, nos anos 1990, os serviços mudaram as suas características e não foram mais vistos como “assistencialismo”, mas como novas alternativas de ação sindical. Foi uma reação dentro da ordem voltada para a reestruturação

³⁵ Marcelo Beltrão, presidente do SINTTEL-PE, julho de 2003.

³⁶ Marcelo Beltrão, diretor de comunicação do SINTTEL-PE, março de 1998.

³⁷ WACQUANT, Loïc. *Réponses. Pour une Anthropologie Réflexive*. Paris: Éditions du Seuil, 1992. p.14.

produtiva, e eles não mantiveram nenhuma conexão com os benefícios concedidos pelas empresas. Foi o caso das cooperativas, dos aposentados, das campanhas de solidariedade e do Colégio Graham Bell/Intel. No caso do SINTTEL-PE, a situação foi semelhante tanto no trabalho com os aposentados, quanto no convênio com um escritório de advocacia.

Portanto, o fato de os telefônicos terem sido uma categoria, em comparação com outras, com um melhor nível socioeconômico, não é determinante na prestação do “assistencialismo tradicional”, o que não é o mesmo que dizer que este fato facilitou o fim desse tipo de “assistencialismo”. Vejam os exemplos dos embates internos da direção do SINTTEL-RJ nos anos 1990. Da mesma forma, podemos observar o desprendimento do SINTTEL-PE em relação a esse tipo de política até 1998. No entanto, tais afirmações, de maneira geral, cabem menos nos anos 1990. Podemos apenas dizer que a probabilidade de fazer essas escolhas aumentou bastante no contexto de transformação das relações de produção, já que as duas entidades se encontraram no mesmo caminho.

As “práticas assistenciais” não puseram em xeque, necessariamente, a compreensão de que o “sindicato é pra lutar”, se compreendermos luta como o enfrentamento feito ao capital por meio de greves, por exemplo, visando obter um maior controle sobre as formas de exploração da força-de-trabalho e, como consequência, uma mudança da sociedade. Durante as décadas de 1980 e 1990, o SINTTEL-RJ continuou a praticá-las, ainda que ao longo do tempo fosse assumindo uma política em conformidade com as demandas do capital. No entanto, não foram essas atividades que mudaram o rumo da entidade, mas a percepção de que as lutas não deveriam esgotar o papel do sindicato.

É possível afirmar também que o “assistencialismo” sobreviveu e voltou nos anos 1990 com outro sentido, mas em ambos os sindicatos a experiência teve um alcance muito limitado, por vezes criando mais problemas do que resolvendo-os. Esta alternativa não foi capaz de solucionar as deficiências assistenciais da categoria e muito menos significou um recurso eficiente para a receita das entidades, que continuaram ainda mais acuadas quando esta possibilidade não trouxe o resultado esperado.

Mas houve pontos em comum no contexto dos SINTTEL’s. De uma maneira geral, a saída de uma política de combate para uma atitude defensiva levou os dois sindicatos a estimularem atividades com os departamentos jurídicos, como prestação de serviços aos sócios. Os enfrentamentos via greves, mais comuns na década de 1980, são lembranças hoje para a direção dos dois sindicatos. O contexto atual é claramente desfavorável ao modelo de sindicato orientado pelo “novo sindicalismo”. Fica clara a diminuição da luta e a decadência deste modelo.

Ambos os sindicatos têm procurado novas formas de ação e, no campo político comum em que participam, as divergências sugeriram disputas por um modelo ainda em elaboração.³⁸

Boa parte dessas variáveis intensificou-se com a privatização, em 1998, do Sistema TELEBRÁS. A situação tornou-se ainda mais complexa e a categoria, mais heterogênea. As negociações dos acordos salariais, por exemplo, deixaram de ser feitas nacionalmente e passaram para o nível local, o que trouxe, ao que tudo indica, perdas para as categorias e o enfraquecimento da FITTEL,³⁹ já que várias empresas têm impedido uma discussão do "acordo-padrão" para a categoria por conta de sua heterogeneidade. Como resultado, os sindicatos ficaram mais fracos, mas continuam a tentar redefinir os seus papéis nesse contexto adverso.

³⁸ Sobre isso ver: FORTES, Alexandre. *Da solidariedade à assistência*, op. cit.; REZENDE, Antônio Paulo. "Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920". In: *Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, n.2, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982. WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 1.ed. 1976. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. DE LUCA, Tânia. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq., 1990. SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *Gestão democrática (?) das sociedades de socorros mútuos*. Texto apresentado no XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2001. p.1. Mimeo.

³⁹ Sobre isso ver LARANJEIRA, op. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas". **Debate & Crítica**, n.6, 1975. p.49-74
- CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- BERGUER, Peter & LUCKMAN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 16.ed. Petrópolis: VOZES. 1998.
- BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1991.
- _____. "Reforma e persistência da estrutura sindical". In: BOITO JR., A. (org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 43-91.
- DE LUCA, Tânia. **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq., 1990.
- FORTES, Alexandre. **Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX**. UNICAMP, 1998. Mimeo.
- FÜCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros: organização e função política**. Rio de Janeiro. Edições Grall. 1984. p.97-101.
- HOBBSAWM, Eric. "A formação da cultura da classe operária britânica". **Mundos do Trabalho**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988; 1.ed., 1987. p.257-271.
- LARANJEIRA, Sônia M. Guimarães. **Reestruturação das Telecomunicações e o Desafio dos Sindicatos: Brasil numa perspectiva internacional**. Trabalho apresentado no GT Trabalho, Sindicatos e Nova Questão Social. XXVI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 22 a 26 de Outubro de 2002. (mimeo).
- MATOS ALMEIDA, Marlise Míriam de M. **Pierre Bourdieu e o Gênero: possibilidades e críticas**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997 (Série Estudos, 94). p.22,23.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955/1988**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MARTINS, Heloísa H.T de Souza. **O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1979
- MORAES FILHO, Evaristo de. **O Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus fundamentos sociológicos**. 2.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.
- Rezende, Antônio Paulo. "Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920". In: **Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro**, n.2, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- RODRIGUES, J. Albertino. **Sindicato e Desenvolvimento no Brasil**. São Paulo. Difel, 1966.

SAES, Décio. "Classe média e política no Brasil". In: FAUSTO, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política-1930-1964**. São Paulo: DIFEL. p.447-507.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. **Gestão democrática (?) das sociedades de socorros mútuos**. Texto apresentado no XX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2001. p.1. Mimeo.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: USP/DOMINUS, 1966.

SIMÕES, Júlio A. "A maior categoria do país: o aposentado como ator político". In: BARROS, Myrian M. Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.19.

SOUTO JR., **Práticas Assistenciais em Sindicatos Cariocas e Pernambucanos: 1978-1998**. 2005. 349f. Tese (doutorado em história) – Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói.

_____. Práticas Assistenciais em sindicatos do novo sindicalismo: uma interpretação da literatura acadêmica sobre o assunto. **Lugar Primeiro**, nº 7, publicação do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia IFCS/UFRJ, 2000.

_____. Pelegos, puros e modernizadores: reflexões acerca do termo assistencialismo no movimento sindical brasileiro. **Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais**, n. 23, publicação do Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPB, 2005.

_____. **Práticas Assistenciais nos Sindicatos no Final dos Anos 90: a luta acabou ou reinventaram a roda?** 1999. 158f. Dissertação (mestrado em sociologia e antropologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WACQUANT, Loïc. Réponses. **Pour une Anthropologie Réflexive**. Paris: Éditions du Seuil, 1992. p.14.

WEFFORT, Francisco C. **Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968**. São Paulo: CEBRAP, 1972. Mimeo.

_____. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 1.ed. 1976. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

ESTRATÉGIAS SINDICAIS NO CONTEXTO DAS REFORMAS PARA O MERCADO: O CASO DOS TRABALHADORES DA AVIAÇÃO COMERCIAL

Cristiano Fonseca Monteiro⁴⁰

RESUMO

O contexto das reformas neoliberais no Brasil está associado a uma crise da instituição sindical, em contraste com a década de 1980, que teria sido uma “época de ouro” de um *novo sindicalismo* combativo e mobilizador. A análise da atuação política dos sindicatos de trabalhadores da aviação comercial nos anos 1990, no entanto, revela que vias alternativas de ação, mais voltadas para uma atuação no plano institucional e de perfil mais negociador, podem ter permitido algumas conquistas importantes diante do tamanho dos desafios enfrentados. Assim, questiona-se a interpretação de que essas inflexões tenham representado apenas uma “perda de identidade” do *novo sindicalismo*. O sucesso relativo das novas estratégias pode sugerir, antes, uma certa continuidade entre os dois estilos.

Palavras-chave: **Novo Sindicalismo; estratégias sindicais; reformas para o mercado; neoliberalismo; aviação comercial.**

ABSTRACT

The context of neoliberal reforms in Brazil (1990s) has been associated to a crisis of the trade union institution, in contrast with the 1980s, seen as a “golden age” of a combative and mobilizing labor movement. Nonetheless, the analysis of the political action of airline workers in the 1990s reveals that alternative styles of action, more aimed at the institutional plan and open to compromise, may have allowed some degree of achievement, considering the challenges faced. Thus, I question interpretations suggesting that these changes represented a loss of identity in the *new unionism* movement. The relative success of the new strategies may suggest, on the contrary, a certain continuity between the two styles.

Key words: **New Unionism; union strategies; market-oriented reforms; neoliberalism; air transport.**

⁴⁰ **Doutor em Sociologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ, professor de Sociologia da Universidade Federal Fluminense/Volta Redonda.**

INTRODUÇÃO

O contexto das “reformas para o mercado” ou “reformas neoliberais” no Brasil tem sido representado, do ponto de vista dos impactos sobre a classe trabalhadora, por dois processos relacionados: a “precarização das relações de trabalho” e a “crise do sindicalismo”. Num cenário de abertura econômica e reestruturação produtiva, os anos 1990, que demarcaram a introdução e o amadurecimento das referidas reformas, teriam sido anos de sucessivas perdas para a classe trabalhadora, em contraste com uma espécie de “década de ouro” do sindicalismo brasileiro, os anos 1980.

Ao dar atenção especificamente à luta sindical, enfatizou-se por vezes os constrangimentos que a nova ordem econômica impôs à atuação política dos trabalhadores. Diante dos novos padrões de concorrência e das exigências de redução de custos, os sindicatos teriam se tornado um entrave à capacidade de sobrevivência das empresas num mercado globalizado. Ainda a partir de uma lógica econômica, a ameaça do desemprego seria um desincentivo à mobilização em torno dos temas clássicos do sindicalismo, tais como melhores salários e melhores condições de trabalho, levando a classe trabalhadora à desagregação e à derrota diante das investidas do capital.

Sem desconsiderar a pertinência relativa desta linha de raciocínio, sugiro que ela pode não ser suficiente para dar conta da complexidade do tema em análise. A ênfase unilateral no vetor que vai da ordem econômica para a ação política pode dificultar a visualização de elementos que tornaram a dinâmica política da década de 1990 mais plural do que a simples enunciação da “crise do sindicalismo” parece admitir. Procuo, alternativamente, reconhecer uma maior autonomia para a lógica política, dando importância às escolhas feitas pelos atores na luta sindical e aos recursos de poder por eles mobilizados. Assim, tento mostrar que a reorientação das estratégias de luta sindical, na qual um perfil confrontacionista *vis-à-vis* ao Estado e ao empresariado cede espaço para um estilo mais negociador voltado para a atuação no plano político-institucional, pode ter levado a conquistas importantes *diante da grandiosidade dos desafios enfrentados*.

Ao tomar como referência uma pesquisa empírica sobre a trajetória sindical dos trabalhadores da aviação comercial, especialmente a do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), ao longo dos anos 1990, procuro mostrar que as escolhas feitas no interior do sindicato – relativas às estratégias de atuação política (de maneira particular, aquelas que foram, além das pautas, consagradas na década de 1980) – podem ser reveladoras da pluralidade de resultantes alcançadas em face do desafio colocado pelas reformas neoliberais à ação sindical.

O SINDICALISMO EM UM CONTEXTO DE CRISE

José Ricardo Ramalho (2000), ao revisar a literatura sobre as tendências do trabalho e do sindicalismo no contexto da reestruturação produtiva, mostra que o tema “crise do sindicalismo” não é exclusivo da experiência brasileira, podendo ser considerado um tema unificador do debate internacional desde pelo menos a década de 1980, em paralelo à discussão sobre a crise do fordismo. Diante deste virtual consenso, as interpretações sobre o significado e o alcance da crise é que seriam objeto de discussão. Enquanto para uns a precarização e as pressões por flexibilização das formas de trabalho condenariam o sindicato à perda de seu *status* de ator político relevante, para outros, tratar-se-ia da crise de um modelo de sindicato vigente no contexto fordista, o que não excluiria a possibilidade da renovação do sindicato enquanto ator político.

Ao debate sobre a “crise do sindicalismo” no Brasil mesclou-se outro ainda mais controverso, que é particular da trajetória brasileira. Aqui, o debate não se deu a partir de um modelo universal de ação sindical (fordista, por exemplo), mas de um modelo particular surgido em fins da década de 1970, o chamado “novo sindicalismo”. Este teria representado uma inovação histórica no campo sindical brasileiro ao introduzir um estilo combativo, focado no cotidiano dos trabalhadores e no local de trabalho, e ao mesmo tempo marcado por um caráter “de massa”, “coletivista”, em oposição ao sindicalismo “populista” e “pelêgo”, que teria sido a marca do contexto pré-1964.⁴¹

Apesar do estilo confrontacionista que marcou seu surgimento, o “novo sindicalismo” teria sofrido uma inflexão na virada para a década de 1990, assumindo um perfil mais “negociador” ou “propositivo”. Neste sentido, alguns autores sugeriram que esta inflexão teria representado uma mudança na própria identidade do “novo sindicalismo” que, para alguns, teria assumido um perfil mais fragmentado (Galvão, 1999) e, com isto, perdido seu caráter coletivista, assinalando uma progressiva perda de capacidade de promover ações de massa.⁴² Neste contexto, os sindicatos teriam assumido um papel *defensivo*, partindo “para negociações descentralizadas que, ao invés de agregarem amplos segmentos de

⁴¹ O caráter político desta classificação (“novo sindicalismo”) foi discutido por Santana (1999), que procurou mostrar os vínculos entre o debate acadêmico sobre o sindicalismo surgido na década de 1970 e as lutas políticas internas ao campo sindical.

⁴² O maior exemplo teria sido o boicote do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (berço do “novo sindicalismo”) à greve geral convocada pela própria CUT (criada sob a inspiração deste movimento), com apoio da CGT, contra a política econômica do governo Collor. Para Andrea Galvão, a experiência das Câmaras Setoriais, especialmente a do setor automobilístico, teria coroado esta fragmentação por ter sido um processo de “institucionalização das diferenças”, uma vez que uma negociação setorializada, “respaldada por um acordo que dizia respeito a apenas uma parte da categoria”, teria dado um sentido demasiado corporativo à atuação sindical (Galvão, 1999:118-121).

assalariados em torno de interesses comuns, contemplam um contingente cada vez mais reduzido de trabalhadores” (Galvão, 1999:126).

Iram Jacome Rodrigues (1999), por sua vez, propõe que o processo de reestruturação produtiva teria colocado as organizações sindicais num dilema, qual seja, manter a identidade de “sindicalismo combativo” ou adaptar-se à realidade da flexibilização. Neste contexto, a manutenção do emprego seria a principal variável a definir as novas estratégias, que ele define como “realismo defensivo”. Tais estratégias estariam focadas nos acordos intrafirma, reforçando a leitura de que o período teria sido marcado por um estilo fragmentário de atuação.

Não obstante, em outro momento, o autor salienta que o significado político do “novo sindicalismo” não teria se restringido às lutas por melhores salários e melhores condições de emprego, abarcando temas ligados à expansão da cidadania política, isto é, ao direito de ter voz ativa nos rumos da política brasileira.⁴³ Ao pôr em relevo a importância desta dimensão da ação sindical, Rodrigues abre um caminho para o tipo de interpretação que pode fugir da perspectiva do “dilema” que ele próprio propõe. Trata-se, com efeito, de reconhecer que a atuação do sindicato orientada para uma agenda política mais ampla não é de todo incompatível com os princípios do “novo sindicalismo”. Neste sentido, as estratégias de que os sindicatos cutistas lançaram mão nos anos 1990 não necessariamente seriam uma negação da trajetória do “novo sindicalismo”, representando de certa forma uma linha de continuidade no que diz respeito à luta pelo reconhecimento do *status* de ator político com legitimidade para participar da cena política nacional, isto é, pela ampliação da cidadania política.

Esta perspectiva ganha relevo quando se comparam as estratégias das três principais centrais sindicais brasileiras no contexto das reformas neoliberais: CUT, CGT e Força Sindical. Marco Aurélio Santana (2000) realiza esta comparação num artigo em que identifica duas formas de enfrentamento diante da pressão das empresas pela reestruturação produtiva dos anos 1990. No caso da CUT, haveria uma prioridade à negociação e à discussão sobre as formas de inserção dos trabalhadores no novo contexto, isto é, uma tentativa de negociar (e disputar) a própria reestruturação produtiva (a CUT buscaria “disputar as idéias-chave do processo”, tais como qualidade e produtividade). A CGT e a Força Sindical, por outro lado, optariam por uma relação mais passiva com o ideário da reestruturação, sugerindo formas de adequação do trabalhador (geralmente via requalificação profissional) ao novo cenário.

⁴³ “Isto porque as demandas dos trabalhadores, a partir do movimento grevista de 1978, por melhores salários, democratização no interior da empresa, contratos de trabalho negociados coletivamente, participação nas discussões políticas, econômicas e sociais (políticas públicas), na luta pela democracia foram, principalmente, reivindicações por direitos de cidadania” (Rodrigues, 1999:89).

Como processo em disputa, passível de negociação, a reestruturação produtiva deixa de ser um movimento unilateral para se tornar um campo de lutas, portanto, prenhe de uma lógica eminentemente política. É desta perspectiva que abordo a experiência dos trabalhadores da aviação comercial brasileira, da qual os sindicatos emergiram como atores relevantes e dotados de alguma capacidade de ação (sempre relativa, para qualquer ator que seja). Sugiro que parte desta capacidade de ação, por outro lado, pode ter sido um legado importante da luta pela cidadania política travada na década de 1980, que permitiu que os sindicatos enfrentassem os desafios dos anos 1990 a partir de uma posição menos desfavorável diante das investidas do capital.

Após uma breve análise da trajetória dos trabalhadores da aviação comercial entre os anos 1960 e 1980, procuro mostrar que o estilo negociador pós-1990, mais do que uma estratégia defensiva, foi uma forma de luta ativa que, se incluiu a busca de consensos com outros atores sociais – inclusive o governo e o empresariado – não excluiu a perspectiva do enfrentamento direto. Esta trajetória, além de evidenciar o quadro geral de “crise” reiteradamente assinalado pelo debate sobre o sindicalismo internacional, também pode revelar que os anos 1990 não foram só de derrotas (que certamente existiram, como existem em qualquer situação), mas também de realizações,⁴⁴ especialmente quando confrontadas com o tamanho do desafio enfrentado.

⁴⁴ Numa comparação da trajetória do sindicalismo nos anos 1980 e 1990, Marco Aurélio Santana (2003) reafirma o componente de crise que marcou o sindicalismo da última década do século XX, mas salienta que ela representou também a busca por “novas possibilidades”, tais como “a articulação com outros movimentos sociais (...), a busca efetiva de abertura para novos temas e demandas (...) e a *incorporação de práticas alternativas de negociação e organização*”. Numa perspectiva mais ampla, ele também sugere que ela pode não ter sido uma década só de derrotas. “Assim, acreditamos que não se pode dizer que o sindicalismo perdeu toda a força conquistada nos anos 1980. Alguma força realmente ficou pelo caminho em meio às agruras do novo cenário. Contudo, grande parte dela, corretamente ou não, foi canalizada para outras trincheiras e formas de luta. Como os anos de ouro de 1980 acabaram deixando portas abertas pelas quais caminhou o enfraquecimento do sindicalismo na década seguinte, não se pode descartar a possibilidade, no sentido inverso, de que algumas das iniciativas intentadas nos anos 1990 não possam lançar bases diferenciadas para novas práticas e formas organizativas, as quais poderão pavimentar futuramente a trajetória de luta dos trabalhadores brasileiros” (Santana, 2003:308; grifos meus).

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DOS TRABALHADORES DA AVIAÇÃO COMERCIAL ANTES DAS REFORMAS

A formação da aviação comercial no Brasil se deu num processo muito particular de articulação de interesses, no qual as empresas privadas dominaram uma atividade em que predominaram, em muitos países, empresas estatais.⁴⁵ Outro traço distintivo do setor foi o controle exercido pelo Departamento de Aviação Civil, vinculado ao Ministério da Aeronáutica, o que sempre fez da aviação um tema politicamente sensível, porque controlado por militares. Neste modelo, os trabalhadores estiveram tradicionalmente excluídos dos espaços de interlocução sobre a política de transporte aéreo, enquanto os empresários sempre encontraram abertos canais formais e informais de interlocução com as autoridades. A exclusão das arenas formais, todavia, não significou que os trabalhadores estivessem ausentes da dinâmica política da aviação comercial. Ao contrário, eles foram atores relevantes em conjunturas decisivas como, por exemplo, a grave crise que se instalou ao final da década de 1950.

Entre o fim da década de 1940 e meados da década de 1950, a aviação comercial brasileira viveu um impressionante surto de crescimento, possibilitado pela grande oferta, a preços irrisórios, de equipamentos que haviam sido usados na Guerra. Nesse período, quase duas dezenas de empresas operaram no Brasil, ligando mais de 300 municípios. Com o avanço tecnológico, aviões maiores e mais sofisticados passaram a ser usados, tornando inviáveis as operações nas localidades de menor porte, e inviabilizando algumas das iniciativas empresariais. Assim, na virada para a década de 1960, o número de empresas em operação e de localidades atendidas decresceu drasticamente. Mesmo as empresas sobreviventes encontravam-se fragilizadas, dada a grande concorrência que as levava a investir nas rotas de maior densidade e a abandonar as rotas para o interior. Completando o cenário, houve uma série de acidentes aeronáuticos no período, o que abriu espaço para um amplo debate sobre o futuro do setor.⁴⁶

Pressionadas pela opinião pública, pelas lideranças políticas (que no Congresso organizaram duas CPIs sobre a crise) e pelos próprios trabalhadores, as autoridades aeronáuticas patrocinaram uma série de encontros – as CONACs (Conferências Nacionais de Aviação Civil) – que privilegiaram a participação dos representantes das empresas aéreas e do governo federal nos debates sobre diagnósticos e medidas a serem tomadas. Os trabalhadores, excluídos desse debate, mobilizaram-se em torno da luta pela segurança das operações e lideraram

⁴⁵ Outra exceção neste sentido foram os Estados Unidos. Há de se destacar, no entanto, que o Brasil teve pelo menos uma empresa estatal importante, a Vasp, que foi privatizada em 1990.

⁴⁶ Para uma narrativa deste período, ver Fay (2001).

um importante movimento: a defesa da criação de uma empresa aérea estatal, apelidada de “Aerobras”.⁴⁷ Os empresários e as autoridades se manifestariam radicalmente contra esta proposta nas CONACs, apesar de defenderem um maior controle estatal sobre a atividade (até então, considerada demasiadamente liberalizada). A proposta de criação da “Aerobras” esteve em pauta até o golpe de 1964, quando foi definitivamente descartada, enquanto a maior parte dos sindicalistas era presa e exilada.

Com a redemocratização, instaura-se um novo ciclo de mobilização dos trabalhadores da aviação comercial, ainda que os sindicatos continuassem excluídos de uma participação ativa nos fóruns oficiais como, por exemplo, a CONAC realizada em 1986, quando os sindicatos foram convidados a participar apenas como observadores.⁴⁸ Não obstante, pela via das greves, das manifestações públicas e da participação em fóruns de perfil mais democrático – como o processo constituinte – os aeronautas e demais trabalhadores reafirmaram a sua disposição de ser parte ativa da dinâmica política do setor.

Um momento importante dessa mobilização foi a luta pela desmilitarização do controle da aviação comercial, conhecida como a campanha do “Pássaro Civil”. Ela teve seu auge no processo constituinte, quando os trabalhadores capitanearam a proposta da substituição do DAC, subordinado ao Ministério da Aeronáutica, por uma agência civil. Novamente, o relacionamento conflituoso entre trabalhadores de um lado, e autoridades aeronáuticas e empresários, de outro, se tornaria explícito. A proposta baseava-se na crítica ao perfil elitista do mercado de aviação no Brasil, que estaria relacionado ao estilo fechado de gestão do DAC, característico de uma organização militar, o que o

⁴⁷ Segundo Aldo Pereira, historiador da aviação comercial no Brasil, após as duas CPIs que investigaram as causas da crise econômica e da falta de segurança no setor, o “ambiente era propício ao retorno da idéia de lutar pela Aerobras, cuja criação foi aprovada no Segundo Congresso dos Trabalhadores nos Transportes Aéreos realizado em Porto Alegre no ano de 1960. No Terceiro Congresso dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, realizado no Recife em setembro de 1963, a tese da criação da Aerobras foi aprovada por aclamação, tal era a certeza que tinham os trabalhadores de ser ela a solução ideal para resolver os problemas da aviação comercial, pois somente uma profunda modificação estrutural permitiria seu natural desenvolvimento” (Pereira, 1987:435).

⁴⁸ A coluna do jornalista Sebastião Nery faria as seguintes considerações a respeito do assunto: “O DAC convocou, a realizar-se entre os dias 22 de setembro e 1º de outubro, no Rio Othon Palace Hotel, a IV Conferência Nacional de Aviação Comercial (CONAC), ‘para o estudo e análise de assuntos concernentes à Aviação Comercial Brasileira. O patrocinador da CONAC é o DAC. O Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias (SNEA) e o Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (SNETA) serão os copatrocinadores. Todas as empresas de transporte aéreo do País serão ‘participantes efetivos’ em todas as comissões, com direito e voz. E os aeronautas? E o Sindicato Nacional dos Aeronautas? Se quiser participar, será na condição de simples ‘observador’, ‘sem direito à voz’, como dezenas de outras entidades convidadas e que nada têm diretamente a ver com a aviação, como a ‘Comissão de Turismo e Lazer da Câmara Federal’ e a ‘Secretaria de Transportes de Mato Grosso’, para citar duas. Por isso, o Sindicato Nacional dos Aeronautas, com muita razão, ao receber o convite, devolveu, indignado, dizendo que, a continuar apenas ‘observando’ o que o DAC e as empresas fazem da aviação brasileira, sem nada poder falar, lá não irá” (Sebastião Nery. DAC veta aeronautas na reunião da aviação. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 26/8/1986).

levava a conferir prioridade aos interesses das empresas em detrimento dos interesses do conjunto da sociedade.

Em depoimento a uma das comissões que abordaram o assunto, o então presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, José Caetano Lavorato, fez a defesa da mudança no controle do setor, lembrando que o Brasil era um dos poucos países do mundo a ter um sistema militarizado, sob o argumento de que a aviação seria assunto de *segurança nacional* (quando, na sua opinião, deveria ser considerada assunto de *interesse público*). Para o dirigente, o órgão tendia a ficar suscetível à pressão das empresas, orientando-se pelos interesses daquelas. Esta seria a principal justificativa para a desvinculação da aviação do controle militar, que serviria para “arejar” a estrutura decisória, a qual deveria incluir outras instâncias do poder público, como o próprio Congresso.⁴⁹

Apesar da mobilização e do apoio conquistado entre diversos parlamentares, os trabalhadores não lograriam sucesso com a campanha do “Pássaro Civil”. O Ministério da Aeronáutica exerceria uma forte pressão sobre os constituintes e na imprensa no sentido de barrar a proposta dos trabalhadores.⁵⁰ Como confirmação dos laços estreitos entre autoridades aeronáuticas e empresários, estes também se mobilizaram no sentido de defender a manutenção do DAC sob controle militar.⁵¹

⁴⁹ Em seu depoimento, o líder sindical afirmou: “Hoje, o transporte do País está elitizado, não há uma política estabelecida. Na discussão que tive com o próprio Departamento de Aviação Civil, com o seu Diretor e o Ministro da Aeronáutica, perguntei a S. Exa. quem é que estabelece a política de transporte aéreo no País. S. Exa. respondeu que não é o Departamento de Aviação Civil e sim o Estado Maior da Aeronáutica, através do seu Ministro. Perguntei ao Ministro: ‘quem discute com V. Exa. a política de transporte aéreo no País?’ Não houve resposta, não há política estabelecida de transporte aéreo, há uma política que depende do jogo de interesse das empresas aéreas”. José Caetano Lavorato. *Depoimento à Subcomissão da Questão Urbana e Transporte*. Senado Federal/Subsecretaria de Taquigrafia, 14/5/1987, p.4-5.

⁵⁰ O seguinte trecho de uma matéria publicada na *Folha de São Paulo* relata a atuação da Aeronáutica: “O Ministério da Aeronáutica enviou aos deputados e senadores que integram a Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituente um documento classificando como ‘prematura, intempestiva e impatriótica’ a eventual decisão de retirar da tutela militar o controle sobre a Aviação Civil. A Aeronáutica está fazendo uma grande pressão para manter o Departamento de Aviação Civil (DAC) sob a sua responsabilidade. O relatório preliminar da comissão ficará pronto neste sábado, o que justifica o intenso lobby militar nos últimos dias. Hoje de manhã, os integrantes da Comissão da Ordem Econômica farão uma visita ao Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA), em Brasília, em mais uma tentativa de reverter a situação a seu favor. Embora a Aeronáutica tenha concentrado, nesta semana, meia dúzia de oficiais para defenderem seus argumentos, nos bastidores da comissão existe também o lobby dos aeronautas, aeroviários e controladores de tráfego aéreo, que defendem a desvinculação do DAC da órbita militar” (Aeronáutica pressiona para controlar a aviação civil. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 4/6/1987).

⁵¹ Cf. “Aviação comercial quer ficar com Aeronáutica”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11/6/1987. Segundo a matéria: “Presidentes de 11 empresas de aviação comercial divulgaram ontem um documento defendendo a permanência do setor do Ministério da Aeronáutica. Eles assumiram o compromisso de apoiar ‘o permanente trabalho feito pelo ministério no plenário da Assembléia Nacional Constituinte em defesa dos mais legítimos interesses da atualidade e do futuro do transporte aéreo no Brasil’. O documento dos empresários foi uma resposta ao lobby que vem sendo feito pelos sindicatos dos aeronautas e dos aeroviários, que pretendem transferir o setor para a administração civil, acabando assim com o serviço integrado de controle do tráfego e defesa aérea atualmente em vigor. (...) Assinaram o documento de apoio ao Ministério da Aeronáutica os presidentes da Varig/Cruzeiro, Vasp, Transbrasil e de outras empresas comerciais. O pessoal da reserva da FAB também está trabalhando para a manutenção da atual situação. Ontem, o ex-ministro Délio Jardim de Mattos encontrou-se com vários parlamentares, convencendo-os de que a aviação civil deve permanecer sob a responsabilidade da Aeronáutica”.

Vale acrescentar, por fim, que apesar de derrotados na proposta mais ampla, os trabalhadores lograriam algumas conquistas, especialmente o compromisso do ministro da Aeronáutica em incorporar representantes dos trabalhadores às comissões de investigações de acidentes, conquista diretamente ligada à luta histórica dos aeronautas pela segurança de voo.⁵²

Não obstante a reativação da luta sindical na década de 1980, de que o “Pássaro Civil” teria sido um importante marco, o movimento sindical dos trabalhadores aeronáuticos entrou na década de 1990 traumatizado com a experiência de uma de suas mais marcantes greves, no carnaval de 1988. Naquela oportunidade, o caráter conflitivo das relações entre sindicato e empresas ganhou expressão dramática com a demissão do presidente do sindicato, José Caetano Lavorato, e de vários outros dirigentes sindicais, depois de uma intensa campanha pública das empresas contra o SNA.⁵³ Este episódio teria sido decisivo para demarcar uma mudança de postura mais ampla, que de resto se inseriria numa reorientação do conjunto do sindicalismo *cutista* (de que o SNA fazia parte), no sentido de investir mais ativamente no plano institucional do jogo político.⁵⁴

Marcados por essa experiência, os trabalhadores da aviação comercial entrariam na década de 1990 tendo diante de si o desafio de enfrentar sucessivos momentos de crise econômica, muitas vezes alcançando o conjunto do mercado, e uma forte pressão das empresas pela redução de custos com conseqüências diretas sobre os trabalhadores.

⁵² Aeronautas ganham comissão. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14/6/1987.

⁵³ Apesar da ilegalidade da demissão, as empresas usaram dos mais variados recursos para garantir que os dirigentes não fossem reintegrados. O SNA entrou com uma ação na Justiça contra a demissão de Lavorato, que era comandante de voo na Varig, a qual levou anos para ser julgada. Chama a atenção neste embate um episódio relatado pelo informativo do SNA, segundo o qual o relator da ação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) teria participado junto com outros ministros de uma viagem para Hong Kong a convite da Varig às vésperas do julgamento, fato divulgado também pela grande imprensa (Cf. *Dia a Dia*, n. 251, 10/11/1995 e n. 252, 17/11/1995).

⁵⁴ Este processo foi assim narrado pelo assessor sindical Cláudio Toledo: “A greve do carnaval de 88 – em função da greve, o Sindicato dos Aeronautas sofreu uma perseguição política pesada das empresas aéreas. O Lavorato foi demitido, e praticamente toda a direção do sindicato foi demitida. O resultado disso foi que a própria categoria recuou, dentro daquela lógica: ‘se eles que são dirigentes, o outro que é presidente, com estabilidade, foi tudo para a rua, imagina eu, que não tenho nada?’. Então, você percebe claramente o que a gente chama de um refluxo da categoria. E aí, resolve-se partir para a seguinte postura: você teria que fazer um trabalho de médio prazo para recuperar a confiança da categoria nela própria e, nesse meio tempo, o sindicato ia partir para uma atuação mais institucional” (Entrevista ao autor, 24/6/2004).

A LUTA SINDICAL NA PRIMEIRA FASE DAS REFORMAS: AS CÂMARAS SETORIAIS DE 1992 E 1994

Se a década de 1980 havia sido marcada pelo confronto com empresas e autoridades aeronáuticas, o início da década de 1990 demarcaria a abertura de novos canais para a atuação política dos trabalhadores da aviação comercial. Do ponto de vista da luta pela “cidadania política”, o reconhecimento dos sindicatos como interlocutores com legitimidade para participarem do debate e da negociação sobre os rumos do transporte aéreo seria uma das grandes conquistas do final do século XX. Este reconhecimento delineava-se embrionariamente em 1991, por ocasião da V CONAC, quando os trabalhadores foram convidados pelo DAC a fazer parte dos debates e das deliberações do encontro.⁵⁵

Para além da abertura desses canais de diálogo, a luta dos aeronautas e dos demais trabalhadores da aviação no campo da “cidadania política” estava vinculada a uma visão mais ampla sobre as políticas governamentais para o transporte aéreo. Neste sentido, a reorientação que marcou a transição para a década de 1990 colocou no centro da luta dos trabalhadores a criação e o fortalecimento de espaços institucionais democráticos de discussão e formulação de políticas para a aviação comercial. Tratava-se, inicialmente, de enfrentar o caráter fechado do sistema decisório do setor, circunscrito aos militares da Aeronáutica em sintonia com as empresas.

O primeiro episódio que demarcaria a reorientação política do SNA se deu entre os anos de 1991 e 1992, quando a recém-privatizada Vasp lançou-se numa agressiva estratégia de concorrência com a Varig e a Transbrasil, ampliando a oferta de vôos e oferecendo descontos maiores do que a média do mercado, tradicionalmente caracterizado pela ausência de competição. Tendo se revelado insustentável ao cabo de poucos meses, a estratégia da Vasp conduziu o mercado, que vinha tentando acompanhar as reduções tarifárias e a ampliação da oferta de rotas e horários, a uma crise aguda. Diante dessa crise – recheada de denúncias de descumprimento da regulamentação profissional, dos acordos coletivos e até mesmo dos padrões operacionais de segurança, sem falar naquelas que envolviam os dirigentes da Vasp no esquema de corrupção que levaria Fernando Collor ao *impeachment* – o Sindicato Nacional dos Aeronautas liderou a proposta de criação

⁵⁵ *Dia a Dia*, n. 53, 6/9/1993, p.3. Outro indício desta abertura foi a participação do SNA nos trabalhos técnicos para a substituição dos turbo-hélice *Electra II* pelos jatos *Boeing 737* na ponte aérea Santos Dumont-Congonhas no início de 1992. A participação nos trabalhos foi assinalada como extremamente positiva pelo sindicato, denotando uma atitude mais transparente por parte do DAC para com a comunidade aeronáutica (Cf. *Dia a Dia*, n.36, 27/9/1991, p.3).

de uma Câmara Setorial da aviação comercial, nos mesmos moldes daquela que vinha funcionando no setor automobilístico.

Após uma seqüência de reuniões organizadas pelo DAC em conjunto com sindicalistas e representantes das empresas, partiu-se para a formação da Câmara Setorial, cuja primeira reunião foi realizada na Comissão de Transportes da Câmara Federal em 9/4/1992. Nela, o DAC foi duramente criticado, tanto pelos representantes dos trabalhadores como por congressistas, pela inércia em coordenar ações que evitassem a crise. Não obstante, após algumas reuniões realizadas esta primeira tentativa não chegou a produzir nenhum resultado prático. A grande resistência das autoridades aeronáuticas e das empresas em aceitarem um diagnóstico independente do setor seria apontada como a principal causa para o insucesso.⁵⁶ Cláudio Toledo, que assessorou o SNA nas discussões, fez o seguinte relato:

Apesar de ser um órgão, um departamento do Ministério da Aeronáutica, portanto, subordinado ao governo, à Presidência da República, (o DAC) não mostrou a menor vontade de ajudar essa discussão. A mesma coisa em relação às empresas aéreas. Tinha uma relação extremamente fraternal, com o próprio DAC, e que resolvia as coisas por lá mesmo, às portas fechadas, etc. então, foi uma Câmara Setorial de curto fôlego. (...) Então, acabou que isso não caminhou. Nós não tivemos força política para viabilizar a continuidade desse processo, e ele se esvaziou por si só.⁵⁷

Um relativo fortalecimento dos trabalhadores se evidenciaria por ocasião da segunda tentativa de instalação da Câmara Setorial, num novo contexto de crise que se estabelecera em 1994, antes da implementação do Plano Real. A Varig, até então líder absoluta do mercado doméstico e internacional, pela primeira vez em sua história sinalizava a possibilidade de realizar demissões em larga escala. Por outro lado, nos moldes tradicionais da relação entre grandes empresas privadas e poder público no Brasil, discutia-se dentro do governo um aporte de recursos, via BNDES, para ajudar a Varig. O SNA, nesta oportunidade, posicionou-se contra o uso de recursos públicos sem que fosse realizado um debate público envolvendo o conjunto do setor.

Desta forma, os trabalhadores pressionariam a empresa e as autoridades governamentais no sentido de que fossem interrompidas as demissões diante da

⁵⁶ Segundo o informativo dos aeronautas, o representante do DAC numa das reuniões, Brigadeiro Renato Pereira, teria argumentado que a Câmara não era fórum de discussão de política para o setor, uma vez que já existia uma política formulada pelo Ministério da Aeronáutica "com o acúmulo de muitos anos à frente da aviação" (*Dia a Dia*, n.68, 8/5/92).

⁵⁷ Entrevista ao autor.

possibilidade de ajuda do governo federal à companhia aérea. Para os sindicatos, a interrupção das demissões seria uma “contrapartida social” à ajuda financeira, ao mesmo tempo em que possíveis saídas para a crise deveriam ser discutidas no âmbito de uma Câmara Setorial, englobando todas as empresas.

Para além da crise, havia um significado estratégico mais amplo na luta pela Câmara Setorial, que dizia respeito à possibilidade de se negociarem os rumos das mudanças que, inegavelmente, precisavam ser feitas. Este aspecto seria realçado pelo assessor sindical Cláudio Toledo em um artigo publicado na época, em que defendeu a importância da Câmara como instrumento de negociação da própria reestruturação do setor, num contexto de globalização e aumento da competição.⁵⁸ Tratava-se, com efeito, de um mecanismo pelo qual se poderia lutar pela manutenção dos empregos e da qualidade dos mesmos. Segundo o assessor sindical,

As empresas já estão buscando sua reestruturação e só há duas formas de fazê-la: unilateralmente, com as empresas impondo um projeto, o que implica diminuição do nível de emprego, flexibilização do processo de trabalho, de conquistas sociais, salários etc. A segunda via para se fazer uma reestruturação passa pela negociação entre trabalhadores e empresários, tendo como objetivo enfrentar o cenário da globalização, otimizando a qualidade e a produtividade e garantindo a ampliação do emprego e das conquistas sociais. Esta última via tem se mostrado a mais eficiente, se observarmos os resultados em termos mundiais, não só na aviação, mas nos diversos outros setores da economia. Assim sendo, a Câmara Setorial é estratégica para o futuro dos trabalhadores da aviação.⁵⁹

Assim como na primeira experiência, novamente a Câmara Setorial se esvaziaria sem alcançar resultados práticos em termos da política do setor. Em parte, porque o cenário de crise seria revertido após a implantação do Plano Real, mas principalmente porque o novo governo, de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), introduziria um estilo de gestão avesso a esses mecanismos institucionais, sob o argumento de que o mercado deveria se auto-regular, sem intervenções de natureza política.⁶⁰ Por outro lado, como relatou Cláudio Toledo, a experiência trouxe um acúmulo importante para os sindicatos, uma vez que tanto o DAC como as empresas se mostraram menos avessas à publicização do debate, abrindo algumas informações até então indisponíveis. Da mesma forma, chegou-se a incorporar elos mais amplos da cadeia (Petrobras, Infraero, órgãos do Executivo

⁵⁸ Cf. a discussão de Santana (2000), citado na parte II.

⁵⁹ *Dia a Dia*, n.181, 22/7/1994, p.4.

⁶⁰ Cf. a respeito, Diniz (2000:40-57).

ligados à questão tributária), permitindo que os trabalhadores tivessem uma visão mais consistente, o que por sua vez lhes permitiu apresentarem-se no debate de forma mais qualificada. Segundo o assessor sindical,

A partir do acesso à informação, a partir da discussão com todos esses elos que a gente conseguiu fazer com a cadeia produtiva, a gente começa a acumular, efetivamente, conhecimento do setor. A gente vai sair da fase do discurso, do "achismo", e começa a entender efetivamente o setor. Quando eu digo "a gente", eu estou dizendo... lógico, quem estava na ponta, como a consultoria econômica. Foi um ganho fantástico. Mas mesmo para alguns dirigentes aquilo foi muito importante. E o sindicato começa a ser visto, perante a área institucional, como um interlocutor de fato. Não só de direito, mas de fato, porque entende, tem posições e tem sustentação para suas posições. Então, eu acho que foi o que ficou dessa segunda Câmara Setorial.⁶¹

A qualificação alcançada nessa experiência seria, por fim, um fator de peso para os desafios que a conjuntura pós-Real introduziria. O aprofundamento das reformas liberalizantes, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, tornaria o desafio para a luta sindical ainda mais dramático, e a capacidade de uma interlocução dos sindicatos junto às autoridades e às empresas seria um diferencial importante para sustentar a luta sindical no plano institucional.

⁶¹ Entrevista ao autor.

O SEGUNDO CICLO DAS REFORMAS: A LUTA PELO “FÓRUM NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL” (1995-2002)

A entrada em cena, em 1994, de uma elite tecnocrática fortemente identificada com um modelo neoliberal de gestão da economia, tornaria a luta dos trabalhadores pela ampliação do debate sobre o transporte aéreo ainda mais complexa. Nos marcos do programa neoliberal, esta elite preconizaria a pura e simples extinção dos mecanismos de interlocução entre atores estatais e não-estatais, visando eliminar a racionalidade política e deixar que a lógica econômica – “o mercado” – assumisse livre curso. A ascendência que a tecnocracia ligada à área econômica ganhou sobre outros setores do governo, inclusive os próprios militares, colocaria os trabalhadores diante de um complexo jogo de escolhas, que não excluiria a aproximação com alguns desses atores, de forma a fazerem avançar as suas propostas.

Além da extinção dos mecanismos de interlocução entre Estado e grupos de interesse, o governo Fernando Henrique radicalizaria a agenda de abertura do setor, chegando a propor a abertura do mercado doméstico para empresas estrangeiras, como forma de aumentar a competição e reduzir as tarifas. Diante das ameaças do governo, as empresas efetivamente se lançaram em sucessivas ondas de “guerras tarifárias”, que aumentaram a pressão sobre os trabalhadores, em nome da redução de custos.

Nessa conjuntura, a atuação dos trabalhadores envolveu a luta pela preservação de direitos e também pela segurança das operações. A dificuldade em conciliar as novas exigências de competitividade e a segurança das operações aeronáuticas seria repetidamente denunciada pelo SNA às autoridades. O assunto foi abordado, por exemplo, em um editorial do informativo dos aeronautas, quando o então presidente da entidade, Luiz Fernando Collares, manifestou “estranheza” diante do que lhe parecia ser um excessivo número de acidentes e incidentes ocorridos no período, ao mesmo tempo em que o sindicato vinha encaminhando várias denúncias ao DAC sobre desrespeito à legislação por parte das empresas. Segundo Collares,

A filosofia hoje em dia predominante no setor, lamentavelmente, não é a da segurança, segurança e mais segurança. O desenvolvimento do aspecto comercial das companhias e de novas práticas administrativas não pode nem deve secundarizar a essência da atividade no que se refere ao exercício da profissão de aeronauta.

Companhias tentam incutir em seus aeronautas uma mentalidade de competitividade que, a nosso ver, não deve encabeçar o universo de atribuições do profissional. Paralelamente a esse quadro, por economia, talvez, houve uma redução de investimentos *per capita* em treinamento na relação tripulante/equipamento. Tripulantes devem estar absolutamente concentrados na especialidade para a qual são pagos. Subverter essa lógica não soma em nada.⁶²

A forma como os trabalhadores abordaram a questão da segurança mostra que a adoção de uma estratégia mais orientada para o plano institucional, de perfil mais negociador, não significou o abandono de uma postura crítica em relação às empresas. Além da segurança, a crítica envolveria outros aspectos, inclusive o relacionamento destas com os trabalhadores, denunciando a falta de disposição para a negociação e o diálogo por parte do sindicato patronal. O tema foi abordado num artigo publicado pela atual presidente do SNA, Graziella Baggio, e o então presidente da CUT, Vicentinho, no qual os autores afirmam:

As mudanças na estrutura produtiva pelas quais a economia brasileira está passando obrigam os sindicatos a reformularem suas práticas políticas, com ênfase na negociação entre patrões e trabalhadores. Esta nova realidade é expressa na queda do número de greves. Obviamente, esta nova postura não deve ser cobrada apenas dos sindicatos de trabalhadores. Por se tratar de uma negociação, é necessário que a "outra parte", isto é, os sindicatos patronais, também tenham uma nova postura, mais aberta ao diálogo e calcada em discussões técnicas e políticas condizentes com a realidade da economia e das empresas.

Infelizmente, no setor de transporte aéreo, a transição para este sindicalismo de diálogo está sendo obstruída pelo comportamento autoritário do sindicato patronal. Após empurrar a negociação salarial do ano de 1997 para o TST, o SNEA vem trabalhando desde o início das negociações de 1998 para repetir o feito e encerrar mais um acordo nos salões do tribunal.⁶³

⁶² Collares, Luiz Fernando. Editorial. *Dia a Dia*, n.331, 28 a 31/7/1997, p.2.

⁶³ Baggio, Graziella & Silva, Vicente. "O teatro da aviação". *Dia a Dia*, n.394, 5 a 18/2/1999, p.2. Também publicado na Folha de São Paulo em 29/1/1999. O recurso às greves surgiu também como possibilidade, como afirmou o então dirigente sindical Luiz Fernando Collares em entrevista à revista *Aeromagazine*, como segue: "Estão querendo acabar com direitos adquiridos pela categoria, como a diária remunerada de bordo e a diária de alimentação, além da remuneração extra aos domingos. Tudo isso está na convenção coletiva. Para alguns, significa cerca de 15% dos seus ganhos. Estamos sem reajuste há dois anos. Por isso, pedimos um reajuste baseado no INPC, de dezembro de 97 a novembro de 98, de cerca de 2,3%, mais uma produtividade de 11,3%. Queremos ainda estabelecer um piso normativo para a categoria, coisa que ainda não existe no Brasil. (...) Estamos tentando de todas as maneiras renovar a convenção coletiva, que expirou em fevereiro e vale por dois anos, através da Justiça. Mas, se não chegarmos a uma solução comum, a possibilidade de greve não está descartada" – *Aeromagazine*, n.58, março de 1999, p.42-43. A possibilidade de uma greve seria levantada em outros momentos. Em 2000, por exemplo, os aeronautas decretariam "Estado de greve", justificando a medida da seguinte forma: "Diante da radicalização das empresas, que decidiram excluir na íntegra 22 itens e alterar vários outros em prejuízo dos trabalhadores, os aeronautas se viram obrigados a tomar uma

Da mesma forma, os trabalhadores abordariam negativamente o comportamento do empresariado nas situações de crise, que se pautava em padrões pouco transparentes no relacionamento com o Estado. Vicentinho e Graziella Baggio argumentaram que as empresas não estariam preparadas para enfrentar os desafios da concorrência, recorrendo a demandas individualizadas por socorro junto ao governo que não passariam por canais públicos de diálogo, com prejuízo para os trabalhadores e a sociedade.

Para responder a um quadro sistemático de crises, a prática das empresas aéreas tem sido recorrer aos gabinetes de Brasília, onde, a portas fechadas, negociam, entre outros pontos, aportes de capital e refinanciamento de dívidas e avais governamentais, em troca de reestruturações, programas de qualidade total das empresas, reengenharias e principalmente demissões (foram quase 20 mil somente na última década).⁶⁴

Para além da crítica explícita à postura das empresas, os líderes sindicais delineiam os principais pontos em torno dos quais seria possível encontrar uma solução para a crise. Primeiramente, precisaria ser reafirmada a “importância estratégica” da aviação comercial para o país. Vicentinho e Graziella mencionam as recomendações de uma comissão criada nos Estados Unidos, no início da década de 1990, envolvendo membros de diferentes setores do governo e da indústria norte-americanos visando encontrar soluções para aumentar a competitividade das empresas aéreas daquele país. Aquela experiência, que viria a ser citada em diferentes oportunidades, apontava para a importância estratégica da aviação comercial, e para a necessidade de apoio governamental à indústria como forma de garantir que a atividade cumprisse seu papel. Neste sentido, os sindicalistas afirmam:

Se os Estados Unidos, campeões mundiais do liberalismo, consideram que sua aviação não é assunto somente para o mercado, mas um instrumento estratégico de governabilidade e desenvolvimento, o que dizer do Brasil? Em um mundo globalizado, no qual a disputa por mercados é cada vez mais acirrada, como enfrentar a concorrência internacional sem a existência de uma aviação nacional forte e saneada?⁶⁵

postura mais firme” (*Dia a Dia*, n.450, 25/11 a 8/12/2000, p.1). No ano seguinte, o editorial do informativo do SNA defenderia novamente a greve, com os seguintes argumentos: “Movimentos reivindicatórios, com paralisações sempre que necessárias, ocorrem no mundo todo, de forma natural. No Brasil é que ficou incutida a idéia de que greve é um instrumento de pressão superado. É urgente a mudança de mentalidade, sob pena dos direitos dos trabalhadores escorrerem ‘ralo’ abaixo, dentro de pouco tempo” (Editorial. *Dia a Dia*, n.458, 24/3 a 6/4/2001, p.2). Em diferentes oportunidades, o informativo do SNA destacaria a realização de greves e paralisações em empresas na Europa, na América do Norte e na América do Sul, noticiadas na seção “Aviação no mundo” (Cf. *Dia a Dia*, n.458, 24/3 a 6/4/2001, p.7 e n.460, 21/4 a 4/5/2001, p.5).

⁶⁴ Baggio, Graziella & Silva, Vicente. “Transporte Aéreo, sinônimo de soberania”. *Dia a Dia*, n.407, 6 a 19/8/1999, p.2. Também publicado na *Folha de São Paulo* (1/8/1999).

⁶⁵ Transporte Aéreo, sinônimo de soberania, *id.*

Em segundo lugar, vinha o ponto fundamental de toda a estratégia do sindicato em relação ao setor: a necessidade de ampliar o espaço público de debate sobre a aviação, incluindo os diferentes segmentos envolvidos. Destarte, os autores apresentaram o que viria a ser a principal bandeira dos trabalhadores ao final da década de 1990: a criação de um “Fórum Nacional de Aviação Comercial”.

E quanto ao mercado interno, como garantir que a aviação brasileira cumpra, com segurança, eficiência e baixos custos, o papel estratégico de integração nacional? (...) Consideramos ser esse um assunto de interesse geral, não restrito ao setor e muito menos aos gabinetes fechados do governo federal. E, diante da realidade pré-falimentar das empresas aéreas nacionais, propomos ao Congresso Nacional a criação de um Fórum Nacional de Aviação Civil. Os objetivos principais seriam a garantia ao Brasil do controle estratégico do transporte aéreo nacional, a garantia de igualdade de condições de competitividade com as principais concorrentes estrangeiras no que se refere aos juros, financiamento de aeronaves e peças, *leasing* (...).⁶⁶

Como revela a parte final do trecho supracitado, a perspectiva de confronto e os interesses radicalmente opostos no campo das relações de trabalho, assim como a crítica às formas tradicionais de ação da classe patronal, não impediram que os trabalhadores se aproximassem dos empresários quanto à visão geral sobre a crise no setor.⁶⁷ Com efeito, o reconhecimento de que a manutenção dos empregos dependeria da sobrevivência das empresas levaria os trabalhadores a se posicionarem em muitas oportunidades ao lado dos empresários, especialmente em relação à percepção de que cumpria ao governo oferecer condições de competitividade para as empresas.

A garantia de competitividade para o setor passaria, para empresários e também para os trabalhadores, pela redução nos tributos pagos pelas empresas e a revisão da política de tributação de itens essenciais, como combustível e peças importadas de reposição. O depoimento da diretora da Secretaria Política do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Selma Balbino, em audiência promovida pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, é um exemplo dessa aproximação de interesses, quando ela afirma:

Estamos vivendo uma grande crise, e o custo do combustível faz parte de uma série de reivindicações das empresas aéreas, que não querem subsídio, mas um tratamento diferenciado. Basicamente, 99% de todo o custo do setor advém de importação de mão-de-obra especializada e de impostos absurdos que são pagos hoje. Isso faz com que a indústria nacional não seja competitiva em relação às

⁶⁶ *Id.*

⁶⁷ Um importante indício desta aproximação seria a publicação, no *Informativo SNEA* (publicação do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, sindicato patronal) de um artigo de capa no qual o então presidente do SNA, Luís Fernando Collares, defendia a criação de um Fórum Nacional da Aviação Comercial. *Informativo SNEA*, n.8, maio 1999, p.1. O artigo foi seguido de uma nota em que o então presidente do SNEA, Mauro Gandra, manifestou seu apoio à proposta dos trabalhadores.

empresas européias e americanas. (...) Aproveitando a oportunidade, é preciso dizer que o Custo Brasil para as empresas nacionais – e não estou incluindo os encargos trabalhistas – só ICMS, taxas de importação de peça, câmbio, o próprio custo do combustível – gira em torno de 35%. As empresas americanas, com o mesmo padrão de qualidade que as nossas – e o nosso é muito bom – têm em torno de 7,5%. Essa diferença é muito grande, astronômica. Dessa forma, não pode haver e é desleal essa competitividade.⁶⁸

Graziella Baggio, em outro artigo publicado em *O Globo*, assinalaria as contradições da política governamental para o setor, que cobrava “competitividade” das empresas e ao mesmo tempo colocava-lhes barreiras para alcançarem tal condição. As referidas barreiras estariam, principalmente, na carga tributária, que se configuraria como entrave decisivo para o crescimento do mercado de aviação comercial. Se as empresas já haviam feito várias reestruturações, e os trabalhadores já haviam perdido empregos e aumentado a sua produtividade,

Falta o governo fazer a sua parte. Não faz sentido onerar as empresas aéreas brasileiras com uma carga tributária de 35% quando as empresas americanas pagam apenas 7,5%; é preciso criar linhas de financiamento (capital de giro, renovação de frota, importação de peças) adequadas às necessidades do setor. (...) Portanto, existe uma série de fatores pressionando os custos do setor sobre os quais as empresas não possuem nenhum controle e que precisam ser enfrentados pela sociedade e pelo governo brasileiro, sob pena de continuarmos assistindo à quebraadeira generalizada, à redução da concorrência e à elitização do transporte aéreo, com os preços cada vez mais altos.⁶⁹

A partir deste diagnóstico, a atuação do SNA envolveria uma crescente pressão sobre as autoridades do Executivo e o recurso ao Congresso Nacional de modo a vocalizar suas demandas. Entre 1999 e 2000, os representantes dos aeronautas reuniram-se com diversas autoridades para discutir a crise no setor e apresentar a proposta de criação de um fórum da aviação civil.⁷⁰ No entanto, os trabalhadores encontrariam em outro espaço a oportunidade para realizar o almejado debate público e amplo sobre o setor, por ocasião da tramitação do

⁶⁸ Selma Balbino. *Depoimento à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle*. Brasília: Câmara dos Deputados, 15/6/2000, p.2. A depoente viria a qualificar sua defesa das empresas aéreas lembrando que, ao fazê-lo, defendia a redução de custos de forma a baratear as tarifas aéreas e a ampliar o público consumidor deste meio de transporte: “Gostaria também de deixar registrada a grande preocupação que temos com a população brasileira, preocupação essa dos dirigentes e dos trabalhadores altamente qualificados que estão aqui. Nossa discussão sobre o custo das empresas nacionais é muito em função de que achamos não poder o transporte aéreo nacional continuar sendo um transporte apenas das elites. A população brasileira, num país de dimensões continentais como o nosso, deve ter direito ao transporte aéreo” (p.3).

⁶⁹ Baggio, Graziella. “Fusão e competição nos céus”. *Dia a Dia*, n.435, 12 a 25/5/2000, p.6, também publicado em *O Globo* (6/5/2000).

⁷⁰ O primeiro encontro, com o vice-presidente Marco Maciel, seria seguido de reuniões com diversas autoridades: o Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior, José Botafogo Gonçalves; o Ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias; o presidente do BNDES, Andrea Calabi; o Ministro da Defesa, Geraldo Quintão; o Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa, José Augusto Varanda; o Ministro da Casa Civil, Pedro Parente; o Secretário-Geral da Presidência, Aluísio Nunes Ferreira; o presidente da Embratur, Caio Carvalho; além de várias reuniões no DAC. Os encontros foram relatados em diversas edições do informativo *Dia a Dia* entre 1999 e 2000.

projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) no Congresso, ao longo de 2001.

O projeto de criação de uma agência civil para a aviação comercial (PL 3846/00), que foi formulado sem a participação das empresas e dos trabalhadores, foi enviado ao Congresso pelo Executivo em dezembro de 2000. A Comissão Especial que apreciou o projeto foi instalada em abril de 2001, tendo realizado uma série de audiências públicas, das quais participaram empresários, representantes sindicais, especialistas e autoridades aeronáuticas, em um trabalho que durou mais de seis meses. O Executivo, no entanto, entendeu que o projeto substitutivo, produzido pelos congressistas após o diálogo entre os diversos atores envolvidos, descaracterizava a proposta original. Decidiu, então, retirar o projeto de tramitação quando ele estava prestes a ser votado, jogando por terra o esforço de parlamentares, empresários e sindicalistas em produzir um consenso em torno da proposta da ANAC.⁷¹

Uma nova onda de encontros com autoridades demarcaria a concretização do almejado Fórum do setor. Já na conjuntura do pós-11 de setembro, na qual a aviação mergulharia numa nova e severa crise, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Claudio Considera, recebeu o SNA e propôs uma reunião em que os representantes dos trabalhadores se manifestassem perante o recém-criado Conselho Nacional de Aviação Civil (CONAC).⁷² Eventualmente, a pressão dos trabalhadores, a articulação com setores do Executivo e do Congresso, e a própria situação de crise que abalava o setor abriram espaço para a criação do Fórum de Competitividade. Patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento, seus trabalhos levariam à edição de uma medida provisória atendendo a algumas das reivindicações de trabalhadores e empresários, já em setembro de 2002.⁷³ Confirmando o espaço conquistado pelos trabalhadores na dinâmica política do período, dois dirigentes sindicais, Pedro Azambuja (presidente da Federação Nacional dos Aeronautas e Aeroviários) e João Felício (presidente da CUT), seriam recebidos por Pedro Parente, da Casa Civil, um dia antes da edição da medida provisória.⁷⁴

⁷¹ Este processo é analisado de forma pormenorizada em Monteiro (2004, cap.6), baseado na análise das notas taquigráficas das audiências públicas e das reuniões realizadas pela comissão ao longo de 2001.

⁷² *Dia a Dia*, n.470, 6 a 20/9/2001, p.2.

⁷³ *Dia a Dia*, n.479, 23/1/2002, p.3.

⁷⁴ *Dia a Dia*, n.484, setembro 2002, p.4. O protagonismo dos trabalhadores na criação do Fórum foi ainda reconhecido pelo próprio Ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, na abertura dos trabalhos. Cláudio Toledo mencionou o fato: "eles sempre fazem uma abertura política, com ministros de Estado, os brigadeiros, presidentes das empresas. E na abertura desse fórum de competitividade, o ministro Sérgio Amaral, diplomata, que era ministro da área de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, e Turismo, na época, ele reconheceu publicamente que aquele fórum ia viabilizar, basicamente, todo um trabalho que foi feito ao longo dos últimos anos pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas e personalizado

CONCLUSÃO

A luta dos trabalhadores da aviação comercial na década de 1990 teve como pano de fundo a difícil articulação entre a resistência à precarização das condições de trabalho, às demissões e ao achatamento salarial, e uma luta por bandeiras mais amplas do ponto de vista político-institucional, que envolviam a publicização dos debates sobre os rumos da aviação comercial em um contexto de reestruturação produtiva e de reformas neoliberais.

A reestruturação por que passaram as empresas aéreas ao longo dos anos 1990 não fugiu à regra de outros setores importantes da economia brasileira: demissões, enxugamento, desrespeito à legislação trabalhista, terceirizações etc. estiveram na agenda das estratégias empresariais, enquanto as próprias empresas não ficaram imunes aos riscos do novo cenário. Entre fases de recuperação e crise aguda, as três companhias mais antigas do setor (Varig, Vasp e Transbrasil) estiveram na iminência de paralisar suas atividades em diferentes momentos, o que se concretizou no caso da Transbrasil, em 2001.

O argumento que procurei desenvolver parte do pressuposto de que é preciso reconhecer uma relativa autonomia à luta política, dando espaço para as escolhas feitas pelos atores e pelos recursos de poder por eles mobilizados. As greves e os confrontos que marcaram a trajetória do “novo sindicalismo”, entre fins da década de 1970 e ao longo da década de 1980, foram escolhas feitas numa conjuntura em que, como salientou Iram J. Rodrigues, os trabalhadores lutavam – para além da questão salarial e das condições de trabalho – pela “cidadania política”. Talvez este tenha sido um importante recurso legado pelos anos 1980 à trajetória da década seguinte, em que o reconhecimento dos trabalhadores como atores com legitimidade para participarem do plano político-institucional – uma forma de se entender a “cidadania política” – foi um recurso de poder efetivamente utilizado para fazer avançarem algumas das propostas dos trabalhadores, ou tentar resistir às investidas do capital.

O sucesso desta estratégia não pode ser medido por uma concepção “ideal” do que “deveria ser” a luta sindical no contexto das reformas neoliberais. Ao contrário, ele deve ser medido em relação aos objetivos propostos e ao tamanho dos desafios enfrentados. A partir deste ponto de vista, além dos empregos perdidos e da precarização das condições de trabalho, também houve ganhos *políticos* que podem abrir espaço para novas conquistas. Tudo vai depender das novas correlações de força que vão ser instauradas neste início de século XXI,

na figura da Graziela Baggio, que foi a pessoa que mais ‘encheu o saco’ dele para viabilizar aquele troço” (Entrevista ao autor).

envolvendo governo, congresso, empresas e os próprios sindicatos. Trata-se, enfim, de um campo de possibilidades aberto à pesquisa, que este artigo pretendeu sinalizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais**. 1.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FAY, Claudia. **Crise nas alturas: a questão da aviação civil**. Tese de doutorado em história, PPGH/IFCH/UFRGS, Porto Alegre (RS), 2001.

GALVÃO, Andrea. "Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do 'novo sindicalismo' metalúrgico nos anos 90". In: Rodrigues, Iram (org.). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. 1.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

MONTEIRO, Cristiano. **A dinâmica política das reformas para o mercado na aviação comercial brasileira (1990-2002)**. Tese de doutorado em sociologia, PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Aldo. **Breve história da aviação comercial brasileira**. 1.ed. Rio de Janeiro: Europa, 1987.

RAMALHO, José R. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje". **Dados**, Rio de Janeiro, v.43, n.4, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10/05/2005.

RODRIGUES, Iram J. "A trajetória do novo sindicalismo". In: _____ (org.). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. 1.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

SANTANA, Marco A. "Política e história em disputa: o 'Novo Sindicalismo' e a idéia de ruptura com o passado". In: Rodrigues, Iram (org.). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. 1.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

_____. **As centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas**. Sociologias, Porto Alegre (RS), n.4, p.186-225, 2000.

_____. "Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990". Ferreira, Jorge & Delgado, L. (orgs.). **O Brasil republicano**. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES

Informativos das entidades: Dia a Dia (Sindicato Nacional dos Aeronautas) e SNEA Informa (Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias).

Jornais e revistas: Aeromagazine, Correio Braziliense, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Tribuna da Imprensa.

Notas taquigráficas: audiências públicas no Congresso Nacional (Subcomissão de Questão Urbana e Transporte e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle).

Entrevista: Cláudio Toledo (assessor econômico do SNA).

CUT E FORÇA SINDICAL EM VOLTA REDONDA: MODELOS DE SINDICALISMO OU TRAJETÓRIAS DE LIDERANÇAS?⁷⁵

Sérgio Martins Pereira⁷⁶

RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida as trajetórias das principais lideranças que nos últimos 20 anos tiveram seus nomes associados ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

A primeira greve ocorrida na Companhia Siderúrgica Nacional (1984); a morte de três operários durante uma intervenção do Exército e a eleição do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos à prefeitura municipal (1988); a mudança da filiação do sindicato da CUT para a Força Sindical (1992); a privatização da CSN (1993); a chegada das montadoras e seus fornecedores ao sul fluminense (1996-2001); e o "retorno" do SMVR à CUT (2005) são acontecimentos relevantes que pautaram a história recente deste sindicato.

Alguns analistas já enquadraram os diversos momentos do sindicalismo de Volta Redonda em diferentes paradigmas de ação sindical, normalmente associando tais modelos a mudanças conjunturais mais amplas.

Contudo, as pessoas que atuaram por detrás desse processo mais amplo, suas trajetórias de vida, a influência de outras "entidades" ou esferas de pertencimento (igreja, partido político, vizinhança, família etc.) sobre as lideranças envolvidas e o peso destes fatores sobre os rumos tomados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda são alguns dos elementos que norteiam esta pesquisa.

Palavras-chave: **Trabalho, Sindicalismo, Histórias de vida, Lideranças Sindicais, Volta Redonda**

ABSTRACT

The starting point of this article will be the trajectories of the most important trade unionist that for the last past two decades has associated their names to SMVR.

The first strike in the history of CSN (1984), the death of 3 militant workers during the army intervention and the election of the president of the metal-workers union to the post of the town mayor (1988), the shift of membership of the SMVR from CUT (Unified Workers Confederation) to Força Sindical union (1992), the privatization of CSN (1993), the arrival of the auto-assemblers and their suppliers in Southern Rio de Janeiro State (1996-2001), and the "re-association" of the metal-workers union to CUT (2005) were some of the events that marked the recent history of this trade union.

Some analysts have understood the different moments of SMVR history within diverse union action paradigms, usually associating such models to wider structural changes.

However, the leaders who have played a role in this wider process, its trajectories of life, the way as other "entities" or spheres of belonging (church, political party, neighborhood, family etc.) had influenced the performances of the leaderships and the pressure of these factors on the ways undertaken by the Metalworkers Union of Volta Redonda are some of the elements that guide this research.

Key-words: **Work, Trade Unionism, Lifestories, Trade Union Leaders, Volta Redonda**

⁷⁵ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada na forma de comunicação durante o XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia – Grupo de Trabalho Sindicato e Ações Coletivas.

⁷⁶ Doutorando em Sociologia e Antropologia - PPGSA - IFCS - UFRJ

Discutiremos neste *paper* as duas últimas décadas da dinâmica sindical de Volta Redonda. Para isto, entretanto, daremos ênfase às trajetórias de algumas das principais lideranças sindicais da cidade-operária e para a relação destes atores com outras instituições e dimensões da vida social. No caso de Volta Redonda, a combinação entre o contexto político e econômico e uma história local marcada pela cultura de resistência e reivindicação deu tons particulares à atuação dos indivíduos, colorindo ainda mais os embates entre os modelos de atuação sindical que se apresentaram no Brasil do mesmo período. Na medida em que soma às histórias da cidade e do sindicato o percurso daqueles que delas participaram de modo mais ou menos ativo, este artigo pretende discutir o lugar das histórias de vida de lideranças nos estudos do sindicalismo.

Parte-se do princípio de que os militantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR),^{xxiii} na medida em que tinham que “responder” a outras esferas de pertencimento – igreja, partido político, vizinhança, família etc. – estabeleceram entre si uma dinâmica capaz de conciliar as diferentes e por vezes contraditórias dimensões que influenciaram sua atuação.

O SINDICATO

A história do SMVR esteve por muito tempo marcada por uma trajetória de resistência dos trabalhadores a um domínio muito particular. A raiz principal desta especificidade remonta à instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e à construção da cidade-operária a partir da década de 1940. Deste modo, grande parte do desenvolvimento da ação sindical em Volta Redonda esteve quase inseparavelmente ligada à própria capacidade que o sindicato teria de agir diante do poder autoritário e militarizado do Estado.

Por outro lado, as características singulares de uma cidade-operária, onde a gestão da empresa e do espaço encontrava-se concentrada nas mãos de um mesmo agente, proporcionou outras formas de atuação para a entidade sindical. O fato de a companhia ter sido responsável pela moradia e a alimentação dos seus trabalhadores e pelos demais serviços públicos, como conservação e limpeza das ruas, transporte, lazer, segurança, hospitais, bombeiros etc., fez com que o sindicato desenvolvesse uma cultura de reivindicação mais abrangente. Associado aos demais movimentos sociais, o trabalho sindical estendia-se a áreas muito além das questões apenas econômicas ou trabalhistas.^{xxiv}

Se na esfera do trabalho, a noção de “dádiva” enfatizada pelo Estado populista fora substituída pela de “direito” garantido por lei, no âmbito das reivindicações urbanas uma forte relação entre o movimento operário e as demais instituições e movimentos sociais (como a igreja e os partidos políticos) ampliou a luta por cidadania (Morel, 2001:74-75).

Paralelamente ao desenvolvimento da cidade, os anos 1960-70 trariam para o movimento sindical as mazelas do regime autoritário instalado a partir de 1964. Contudo, nesse período, desenvolveu-se também em Volta Redonda uma rearticulação, consideravelmente liderada pela Igreja Católica, entre os movimentos sociais. Desde a posse de D. Waldyr Calheiros na diocese de Volta Redonda em 1966, a igreja *renovada*^{xxv} assumiria um papel central na organização do movimento social, contribuindo para a formação de lideranças que viriam a despontar nas associações de bairros, nos partidos políticos e, principalmente, no Sindicato dos Metalúrgicos.

Amparado por esta particular combinação entre o movimento operário e as demais instituições, o sindicalismo de Volta Redonda, ao longo de sua história, vem conhecendo a influência das transformações político-econômicas por que passou o país nos últimos 50 anos. Alguns analistas já enquadraram os diferentes momentos do SMVR em diversos paradigmas de ação sindical, normalmente associando tais modelos a mudanças conjunturais mais amplas.

Deste modo, a trajetória do SMVR pode ser classificada como tendo sua origem no “sindicalismo corporativo”.^{xxvi} A “superação” dessa primeira fase teria habilitado os metalúrgicos de Volta Redonda a uma aproximação com o *novo sindicalismo* e com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no contexto das lutas pela redemocratização nas décadas de 1970 e 1980.^{xxvii} Já a conjuntura recessiva e de privatizações de início dos anos 1990 teria impelido à passagem de um sindicalismo de “enfrentamento” a uma concepção de “parceria”, culminando com sua “adesão” à central *Força Sindical* (FS) em 1991.^{xxviii}

Para além do poder dessas conjunturas sobre a atuação sindical, muitos dos embates ocorridos em Volta Redonda giraram em torno não somente das diferentes concepções de movimento sindical, mas também, e em larga medida, diziam respeito ao envolvimento de militantes sindicais com outras instituições, como as oriundas do movimento social, os partidos políticos e a Igreja Católica. Para se ter uma idéia dessas relações, o apoio aberto do sindicato a políticos da região era fato comum, assim como a própria candidatura de sindicalistas a cargos eletivos. Juarez Antunes, sua mais expressiva liderança, por exemplo, chegou a ser eleito deputado federal e prefeito de Volta Redonda. Também foi bastante significativa a presença da Igreja Católica nos movimentos sociais de Volta Redonda, seja pela constante figura do *Bispo de Volta Redonda*, Dom Waldyr Calheiros, ou pelo importante papel da igreja e da *Ação Católica Operária* na formação de lideranças sindicais.^{xxix}

Não obstante esse passado de resistência e articulação entre movimentos sociais, a década de 1990 traria novos desafios ao sindicalismo de Volta Redonda. Já no início desses anos, o processo de reestruturação da CSN, ou o *saneamento* da companhia, como fora chamado por Roberto Procópio de Lima Netto,^{xxx} seu diretor à época e idealizador do *plano de recuperação*, trouxe um considerável número de demissões. O objetivo era preparar a empresa para a privatização, ocorrida em 1993. Seu efetivo de 22.000 funcionários em 1989 foi reduzido para 15.000 em 1993, atingindo os 9.000 em 1997, mantendo-se nos dias atuais em torno dos 8.000 trabalhadores.

No plano do ativismo sindical, a proposta de privatização da CSN apresentou-se como um verdadeiro “divisor de águas” em Volta Redonda. Algumas das divergências particulares e antigas ganharam então a forma dos “contrários” ou dos “favoráveis” à venda da companhia. Com a confirmação da transferência do controle acionário da CSN ao capital privado e a continuidade da reestruturação da empresa, a manutenção do emprego foi trazida ao centro dos anseios dos trabalhadores de Volta Redonda.

AS TRAJETÓRIAS

A história sindicalismo de Volta Redonda na década de 1980 pode estar em grande parte subentendida na própria trajetória e no entorno de Juarez Antunes, presidente do SMVR entre 1983 e 1989 e principal expoente do ativismo no período. Como trabalhador, Antunes deixou seu estado natal, Minas Gerais, aos 21 anos de idade. Empregado no setor de aciaria, ele fez carreira na CSN até alcançar o cargo de supervisor, tornando-se assim uma liderança reconhecida tanto entre os trabalhadores quanto pela direção da empresa. Dentro e fora da fábrica, este “personagem” manteve uma ativa vida política. Em 1982, enquanto militante fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) em Volta Redonda, Juarez foi candidato a deputado estadual, mas não conseguiu se eleger. Seu primeiro mandato como presidente do sindicato foi conquistado na eleição de 1983. Logo em seguida, toda a diretoria do sindicato filiou-se à CUT e o sindicalista tornou-se membro do comitê executivo desta central. Sua reeleição viria em 1986, mesmo ano em que ele, já filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleito deputado constituinte com 50.091 votos, o que o obrigou a se licenciar da presidência do sindicato. A atuação como constituinte (1986-1988), porém, não o afastou totalmente do ativismo junto a CSN. Juarez esteve à frente da greve de novembro de 1988, quando a repressão do Exército e da Polícia Militar resultou na morte de três operários. Nas eleições municipais subsequentes, o sindicalista atingiu o mesmo bom desempenho de 1986, tornando-se o prefeito de Volta Redonda com 50.012 ou 60% dos votos válidos. Em 1989, um mês após tomar posse no Poder Executivo municipal, Juarez Antunes, enquanto se dirigia para Brasília, sofreu o acidente de automóvel que lhe tirou a vida. Em maio do mesmo ano, o sindicato ainda enfrentaria uma outra ameaça à sua estabilidade, o atentado ao recém-inaugurado monumento em homenagem aos trabalhadores mortos durante a greve de 1988.

A morte de Juarez retirou de cena o poder conciliador de sua liderança, fazendo reacenderem antigas divergências na base que o apoiava. Inicialmente, Marcelo Felício, vice de Juarez e também membro do PDT, assumiu a presidência. Contudo, uma solução mais “definitiva” viria logo em seguida, ainda em 1989, com a eleição de uma chapa composta pelas principais correntes que atuavam em Volta Redonda naquele momento, representadas por suas respectivas lideranças. A presidência ficaria com Vagner Barcellos, militante tradicionalmente ligado à Igreja Católica^{xxxii} e membro do Partido dos Trabalhadores, mas grande parte dos cargos da diretoria executiva recaiu sobre militantes ligados a Luiz Albano e Marcelo Felício, antigos aliados de Juarez e também ligados ao PDT.^{xxxii}

Ainda que houvesse nesse período divergências quanto a uma postura de maior ou menor enfrentamento com empresas e gerências e em relação ao envolvimento ou não do sindicato com outras instituições, como os partidos políticos e a Igreja Católica, seus militantes permaneceram aglutinados em torno de uma mesma proposta sindical e ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em grande parte, repetiam-se em Volta Redonda várias das características do movimento observado em outras regiões do país e que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*.

Sob o “pano de fundo” dos anos 1990 ocorreria uma significativa mudança no plano da orientação da ação sindical em Volta Redonda. Da mesma forma, os constrangimentos, as pressões e as novas orientações experimentados pela ação sindical em Volta Redonda ganhariam representação na trajetória de um outro, mas não tão “diferente” personagem: Luiz de Oliveira Rodrigues, o *Luizinho*, um antigo ou mesmo típico militante da CUT de Volta Redonda. Após uma série de divergências internas que resultaria em sua expulsão do sindicato aprovada em assembléia em 1991, Luiz Rodrigues reuniu o grupo de velhos e novos ativistas que conquistaria o apoio da central recém-criada *Força Sindical*. Como parte de sua estratégia, o sindicalista defendia uma proposta de ação sindical mais conciliadora e pragmática, dentro da qual as idéias de *parceria* e *equilíbrio* eram centrais, nos moldes do chamado *sindicalismo de resultados*.

Nós sabíamos que a privatização viria de qualquer maneira, que era determinação do governo. Por isso, achamos que seria muito mais prudente e prático que participássemos de todas as discussões, para garantir o direito dos trabalhadores e aposentados. Foi assim que conseguimos colocar vários itens no edital de privatização, viabilizar a compra de ações, com a fundação do nosso clube de investimentos e negociar melhores índices de reposição salarial no início do nosso mandato. Mas se as lideranças de Volta Redonda, ao invés de ficarem apenas gritando contra, tivessem participado e pressionado durante o processo, teríamos conseguido maiores compensações para a cidade e a região.^{xxxiii}

Além de uma postura favorável à privatização e do discurso com ênfase na “despartidarização” do ativismo sindical e no “equilíbrio” da relação capital-trabalho, o apoio da *Força Sindical* foi um importante fator que fez com que o *Formigueiro*, como se autodenominou a oposição liderada por *Luizinho*, tivesse uma rápida ascensão, chegando à presidência do sindicato dos metalúrgicos logo na primeira eleição que disputou, em 1992.^{xxxiv} É importante destacar que essa espécie de “virada” foi na verdade proporcionada pela adesão de importantes lideranças de Volta Redonda à *Força Sindical*, central que desde 1991 se apresentava como o

mais consistente projeto político-sindical alternativo e, principalmente, *anticutista*.^{xxxv}

Mesmo que não se percam de vista as diversas formas de perseguição que recaíram sobre os remanescentes da Central Única dos Trabalhadores, fossem estas empreendidas pela companhia ou mesmo pelos ativistas rivais, parte significativa das lideranças que atuaram no SMVR nos anos 1980 acabou por seguir carreiras distintas, ainda que em outros movimentos sociais, mas afastando-se completamente da atividade sindical.^{xxxvi}

Não obstante, o fato mais curioso é que a liderança que conduziu tal mudança e em torno da qual se aglutinaram antigas e novas forças se tratava de Luiz de Oliveira Rodrigues, militante cuja biografia, até certo momento, poderia ser facilmente enquadrada como uma perfeita tipificação do militante da *CUT* ou do *novo sindicalismo*.

Filho de uma família natural de Volta Redonda, Luiz Rodrigues teve sua trajetória inicial marcada pela demissão de seu pai pela CSN e a conseqüente perda do direito à moradia cedida pela empresa. Ainda nos anos 1950, sua família mudou-se para a chamada “periferia leste”, limite entre as cidades de Barra Mansa e Volta Redonda. Não obstante as dificuldades impostas pela vida fora dos limites da “cidade-operária” amparada e controlada pela companhia, Luizinho, assim como muitos outros jovens nas décadas de 1960 e 70, buscava sua integração social através das instituições presentes na cidade do aço.

Sua trajetória profissional teve início como aluno-operário da Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC),^{xxxvii} desdobrando-se pelo trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e em algumas das empresas terceiras que auxiliam a CSN no processo de produção do aço. Já sua “atividade política” teve início sob a influência do movimento social ligado à Igreja Católica e esteve por um bom tempo vinculada a ele.^{xxxviii}

E eu participei muito da igreja. Porque a minha mãe é muito religiosa. Eu lembro até que com meus 13 anos eu estava lá... para ser sacristão. Depois eu participei como leigo até os 20 e poucos anos da igreja. Era um espaço que eu tinha para sair da exclusão, vamos dizer assim. Eu olhava a sociedade e não sabia como entrar nela. Então, a igreja era um espaço para eu avistar um pouco a sociedade. A empresa não era. Você entra dentro de uma empresa, você é um anônimo.^{xxxix}

Já sua “carreira” de sindicalista teria começo em 1983 quando integrou a *Oposição Sindical*, chapa eleita para a direção do sindicato. Na ocasião, *Luizinho* fazia parte, inclusive, de uma facção de ativistas considerada mais radical.^{xl}

Vou entrar para o sindicato de 82 para 83... E numa briga com a igreja. A igreja não entendia um rapaz casado ficar andando pra lá e pra cá,

sabe... ficar saindo de emprego... não entendia. (...) Aí eu abri com a igreja. Tinha um grupo que era da Ação Católica, que era o Wagner, o José Emídio, é um grupo importante... forte, importante. Eles montaram uma chapa e nós montamos a nossa, que não é o grupo da igreja, era o grupo do Juarez. Aí é que foi o meu racha com a igreja, a esquerda veio do Juarez e eu fui ser então mais íntimo com o pessoal da esquerda. Fui então me organizar dentro do MEP, que estava às vésperas de virar MCR, Movimento Comunista Revolucionário, uma fusão do MEP com a ALN. Então eu me fundi com esse pessoal... para ganhar a eleição com o Juarez.^{xli}

Por ocasião daquela que foi a primeira greve ocorrida na CSN, em 1984, uma divergência quanto ao término ou à extensão da paralisação fez com que o sindicalista rompesse com Juarez Antunes (acusando-o de "peleguismo"), chegando a ser demitido do sindicato. Com algumas desavenças contornadas, *Luizinho* retornou ao sindicato, mas ainda tentando manter um *novo grupo oposição*. Contudo, uma maior expressão dessa oposição interna é abafada pelo resultado expressivo da reeleição de Antunes, em 1986, com 86% dos votos. Não obstante algumas discordâncias com outros diretores, *Luizinho* manteve-se como uma importante liderança do sindicato até fins dos anos 1980. Na virada da década, novos conflitos com a direção do sindicato, sobretudo após a morte de Juarez Antunes em 1989, fizeram com que Luiz Rodrigues fosse definitivamente expulso da entidade em 1991, o que de algum modo também está relacionado a uma ruptura mais clara do sindicalista com outros militantes ligados à igreja.

Em meio ao debate sobre a privatização da CSN (1991-92), o sindicalista filiou-se à *Força Sindical*, conquistando o apoio desta entidade. Junto com o advogado do sindicato (um antigo aliado de Juarez Antunes) e outros militantes, *Luizinho* formou o grupo de oposição chamado *Formigueiro*. Este grupo de sindicalistas ganhou projeção e até negociou um acordo salarial com a CSN, mesmo estando fora do sindicato. Em julho de 1992, *Luizinho* encabeçou a chapa que chegou à presidência do sindicato com a conquista de 8.249 ou 50% dos votos válidos.

Luiz de Oliveira Rodrigues foi reeleito em 1995 mas, devido a problemas de saúde de sua esposa,^{xlii} não chegou a cumprir integralmente seu segundo mandato, afastando-se da presidência do sindicato em julho de 1996. Foi quando Carlos Henrique Perrut, então vice-presidente, ficou pela primeira vez à frente do SMVR. Após o término formal daquele mandato, Luiz Rodrigues foi convidado para o cargo de vice-presidente da *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica* (CNTM), entidade controlada pela *Força Sindical* e à época comandada por Luiz Antônio de Medeiros, ex-presidente e fundador da FS. Com a eleição de

Medeiros a deputado federal, *Luizinho* assumiu a presidência da CNTM em 1999, cargo em que se manteve até o final de 2005.^{xliii}

Na segunda metade dos anos 1990, o destino tomado pela trajetória de *Luizinho*, fosse por problemas pessoais ou por sua carreira dentro da *Força Sindical*, de certo modo, faria despontar como liderança um outro “personagem” que surge com a chegada do *Formigueiro* ao controle do SMVR.

Carlos Henrique Perrut, mesmo não tendo participado até então de forma mais significativa da história ou da vida do sindicato dos metalúrgicos, em poucos anos tornou-se a sua principal liderança. Sucessor escolhido por *Luizinho*, Perrut encabeçou a diretoria eleita em 1998 e reeleita em 2002, mantendo-se na presidência do sindicato até setembro de 2006. Segundo o próprio sindicalista, apesar de *Luizinho* ter sido seu “amigo de infância”, suas concepções sobre a militância sindical apenas se conciliaram, assim como o reencontro de suas histórias, por ocasião da formação do *Formigueiro*. Quando o presidente do SMVR fala sobre sua trajetória, a mudança de postura sofrida pelo sindicato torna-se mais clara, sobretudo se atentarmos para a própria percepção que o sindicalista tinha do seu amigo *Luizinho*.

Eu não concordava muito com a metodologia que o pessoal aplicava, porque eu achava uma agressão muito grande você impedir o ir-e- vir das pessoas. Eu não gostava muito disso, isso me dava uma revolta, eu não gostava muito. O Luizinho, porque eu via às vezes o Luizinho na porta da usina fazendo tudo, eu criticava o Luizinho pra caramba: “pô, esse cara não deixa a gente trabalhar, enche o saco!”. Eu era um cara muito crítico, eu não gostava da CUT porque eu sabia que ela tinha a área sindical, mas tinha uma área também que não era sindical, era promocional, para eleger essa ou aquela pessoa vereador ou deputado. Eu não concordava com isso, eu era uma pessoa muito crítica e por isso é que eu fiz uma coisa: me dediquei, me propus a fazer esse trabalho a partir de 92.^{xliv}

O sindicalista é natural de Barra do Piraí e foi para Volta Redonda ainda bebê, em 1955, quando seu pai, antes trabalhador rural, foi trabalhar na CSN. A alta periculosidade do canteiro de obras fez com que ele pedisse demissão da empreiteira e fosse trabalhar numa metalúrgica da cidade, na qual permaneceu até a sua aposentadoria. A baixa condição salarial do pai levou-o ao trabalho aos 13 anos, ao mesmo tempo em que mantinha os estudos no horário noturno. O início de sua vida profissional foi marcado por uma alta instabilidade. Suas ocupações incluíram variados “bicos”, como vendedor de picolé ou carregador de compras, e empregos como o de colocador de gesso na construção civil ou atendente de lanchonete, supermercado e loja de autopeças. Presumivelmente para este jovem, como para muitos das primeiras gerações de “filhos da CSN” nas décadas de 60 e

70, o emprego na companhia era uma possibilidade de mobilidade social das mais sonhadas.

Seu primeiro ingresso na CSN ocorreu através do emprego como ajudante em uma empreiteira que atuava no interior da usina, aos 18 anos, mesma época em que “servia o tiro de guerra”. Esta dupla jornada custou-lhe o atraso de um ano no curso técnico do colégio Volta Redonda. Aos 20 anos tem início a sua carreira “de fato” na CSN, na qual viria a ocupar progressivamente vários cargos.

Entrei [na CSN] com 18 anos. Servia tiro de guerra e já trabalhava. Fazia tiro de guerra e trabalhava, fazia as duas coisas. Mas com 18 anos, eu entrei na empreiteira, trabalhando carregando tubo, carregando bobina, carregando a maior rabuda – com 18 anos. Passei, com 20 anos, para a CSN; já entrei como feitor, tinha duas ou três pessoas trabalhando comigo. Depois passei para escriturário, auxiliar administrativo, chefe de seção, chefe de divisão, técnico operacional, técnico de desenvolvimento, quer dizer, todas as funções que eu tinha dentro das minhas possibilidades, eu consegui chegar.^{xiv}

Em 1988, embora já houvesse atingido o cargo de chefe seção, a provável extinção de seu setor de trabalho e uma ameaça real de perda do emprego fizeram com que o metalúrgico aproveitasse a chance de fazer um novo curso, por intermédio da própria empresa, capacitando-se para uma vaga já garantida no setor de aciaria. Apesar de se tratar de um patamar inferior ao atingido em sua carreira, a nova ocupação garantiu-lhe maior estabilidade.

Juntamente com o trabalho na aciaria, o então trabalhador iniciou o período de militância em sua vida, quando foi eleito para a CIPA em 1989, cumprindo seu mandato até 1991. Nesse ano, já como integrante do *Formigueiro*, percebem-se os primeiros sinais de sua liderança no momento em que, mesmo antes da vitória de sua chapa, passa a atuar “informalmente” como diretor de base, função que de fato ocupou posteriormente, isto é, exercendo a intermediação entre trabalhadores e sindicato, mas ainda sem a liberação do trabalho. A chapa que deu o segundo mandato a *Luizinho*, em 1995, já trazia o nome de Perrut como membro da direção executiva do sindicato. Assumindo o cargo de *Diretor de Organização*, o sindicalista consolidou a posição que já vinha ocupando dentro do SMVR. Seu trabalho consistia em uma espécie de organização logística que lhe dava o conhecimento e um certo controle sobre toda a base do sindicato. Apoiado por *Luizinho*, Carlos Henrique Perrut foi eleito em 1998 com 54% dos votos. Apesar de um forte embate ideológico durante o processo eleitoral, a chapa da CUT conquistou apenas 32% dos votos. Em 2002, depois de um controverso processo eleitoral, no qual a CUT ou qualquer uma das suas correntes que atuavam em Volta Redonda não conseguiu lançar-se na disputa pelo sindicato, a chapa encabeçada por Perrut, mais uma vez seria eleita.

Em novembro de 2004, após denúncias realizadas por integrantes da oposição sindical ligada à *CUT*, Carlos Henrique Perrut, juntamente com o diretor financeiro do SMVR, foi afastado da presidência da entidade. Reassumindo o sindicato, Luiz de Oliveira Rodrigues instaurou uma sindicância interna que revelaria meses depois um desvio de mais de R\$ 5,5 milhões. A partir de então, deu-se início em Volta Redonda a uma verdadeira batalha envolvendo ações e medidas judiciais que fizeram a direção do sindicato ser alternada entre *Luizinho* e Perrut mais duas vezes.

Apesar de sua expulsão do sindicato ter sido aprovada por uma assembléia de trabalhadores, Perrut foi reconduzido à presidência por decisão judicial no início do mês de abril. Ao reassumir o cargo, o sindicalista anunciou a desfiliação do SMVR da *Força Sindical*. Dias depois, ele passaria a discutir o novo alinhamento do sindicato com Jadir Baptista, dirigente da Federação Interestadual da *CUT* do estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, e maior representante da Central Única dos Trabalhadores em Volta Redonda. Apesar das posições contrárias de outros militantes *cutistas* e da direção estadual da central, Jadir não apenas aceitou a filiação, como também passou a ter um papel ativo dentro da direção da entidade, participando de negociações e de demais atividades do sindicato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta breve reconstrução da história mais recente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda que aqui realizei, certamente se depreende uma adaptação de suas práticas a mudanças mais amplas observadas na economia e nas relações de trabalho verificadas nas duas últimas décadas. Poderíamos argumentar também que a necessidade de adequação da ação sindical aos novos paradigmas empresariais de qualidade, produtividade e competitividade ocasionados pela abertura do mercado brasileiro na década de 1990 teriam de fato um maior impacto sobre uma empresa em que essa mudança se somaria ao peso da sua transferência do setor público para o capital privado. Mas no caso da CSN, não se pode perder de vista que a companhia, pertencendo a um setor estatal estratégico, foi durante décadas também um instrumento de política econômica do governo. Sucessivas intervenções sobre o preço do aço, independente da realidade de mercado, levaram a empresa, entre 1988 e 1989, ao auge da sua crise.^{xlvi}

Para este estudo, entretanto, um enfoque em especial foi dado às últimas décadas de história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, período em que ocorreu um conjunto expressivo de mudanças no plano da orientação da ação sindical. De um modo geral, o objetivo foi também o de “cruzar” o curso dessas transformações com alguns dos personagens não apenas emergidos das conjunturas pelas quais se desenvolveu a trajetória do SMVR, mas que teriam sido, com a mesma importância, os agentes mais diretamente envolvidos na mudança de suas formas de atuação.

As três trajetórias de lideranças abordadas bem representam as tensões e as transformações que foram colocadas para os metalúrgicos de Volta Redonda. Juarez Antunes traduz o período de mudanças no plano da orientação da ação sindical, quando uma oposição mais combativa teria derrotado as chamadas lideranças “pelegas” e chegado ao poder. A morte de Juarez, entretanto, fez realçar a perda da articulação entre as diferentes forças sociais que até então atuavam em consonância dentro do sindicato dos metalúrgicos.

A controversa trajetória de Luiz de Oliveira Rodrigues oferece-nos uma privilegiada visão da década de 1990. É certo que campanha de *saneamento* e privatização da CSN produziu um ambiente bastante hostil aos militantes mais combativos e à sobrevivência da ação sindical em Volta Redonda. Entretanto, este contexto possibilitou uma considerável alteração nas práticas sindicais e o surgimento de novos atores neste cenário, sobretudo a *Força Sindical*.

Ainda que com desdobramentos muito recentes, os fatores envolvidos na guinada de 180 graus dada por Carlos Henrique Perrut, antes “amigo” de *Luizinho*,

em direção à Central Única dos Trabalhadores reforçam a idéia geral deste artigo de mostrar que o curso experimentado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda em seus momentos cruciais vem se confundindo consideravelmente com as trajetórias de seus militantes em seus diferentes momentos, ambigüidades e tensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBIX, Glauco. **Uma aposta no futuro: a experiência da Câmara Setorial Automobilística**. São Paulo: Scritta, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: Amado, J. & Ferreira, M. M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-192.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A trama da modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

_____. 2003. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

COMIN, Álvaro A. "A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil". In: Oliveira, Carlos A. B. de. et alii. **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994. p.359-401.

COSTA, Célia M. L., PANDOLFI, Dulce C. & SERBIN, Kenneth (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ELIAS, Norbert. *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

_____. "Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda)". XXIV Encontro anual da ANPOCS. GT Sindicalismo e Política. Petrópolis. **Mimeo**, 2000.

HOBBSAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JÁCOME RODRIGUES, Iram. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois** (org.). Petrópolis: Vozes, 1999. p.73-94.

LASK, Tomke Christiane. **Ordem e progresso: a estrutura de poder na "cidade operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941 – 1964)**. Dissertação de mestrado. PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

LIMA NETTO, Roberto Procópio de. **Volta por cima**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MANGABEIRA, Wilma. **Os dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume-Dumará, 1993.

MOREL, Regina Lúcia M. **A ferro e fogo. Construção e crise da "família siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)**. Tese de doutoramento em sociologia – Departamento de Sociologia da FFLCH/USP, São Paulo: mimeo, 1989.

_____. "A construção da 'família siderúrgica'". In: Ramalho & Santana (orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.45-78.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. **Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros**. Rio de Janeiro: FSB Comunicações, 1995.

PEREIRA, Sérgio Martins. **Trajetórias individuais e ação sindical no pólo automotivo do sul fluminense**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

_____. "Pesquisando em Volta Redonda: cidade, biografias ou sindicalismo?" (comunicação). In: **XI Encontro Regional da ANPUH – Democracia e Conflito**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, outubro de 2004.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". In: **Estudos históricos, N.3**, Rio de Janeiro: CPDOC, 1989. p.3-13.

_____. "Memória e identidade social". In: **Estudos históricos, N.10**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. p.200-215.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado patrão e luta operária – o caso FNM**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

RAMALHO, J. R. & SANTANA, M. A. (orgs.). **Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, Leôncio M. & CARDOSO, Adalberto M. **Força Sindical: uma análise sócio-política**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. "Política e História em disputa: o 'Novo Sindicalismo' e a idéia da ruptura com o passado". In: Jácome Rodrigues (org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.133-161.

_____. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil (Parte III e conclusão)**. São Paulo: Boitempo, 2001. p.179-300.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa. V.1**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

VEIGA, Sandra Mayrink & FONSECA, Isaque. **Volta Redonda, entre o aço e as armas**. Petrópolis: Vozes, 1990.

OUTRAS REFERÊNCIAS

9 de Novembro. Boletim oficial do Sindicato dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, de material eletrônico e de informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia e Quatis (1996-2004).

Diário do Vale (várias edições).

Jornal Aqui (várias edições).

ⁱ Uma versão preliminar desta pesquisa foi apresentada, em formato de comunicação, no I Seminário NETS – Visões do Trabalho: História, Memória e Sociologia. (07, 08 e 09 de dezembro de 2005).

ⁱⁱ Como exemplos de indústrias que tiveram suas filiais no bairro podemos citar: Company, Glaxo Welcome, Café Moinho de Ouro, Babete Confeccões. Entre as principais indústrias ainda funcionando no bairro temos a Cisper (vidros) e a General Electric (GE).

ⁱⁱⁱ Nas primeiras entrevistas, a articulação entre movimento operário e movimento comunitário é mencionada com destaque. Ver Thiago, Cristiane Muniz. *Memória e Trabalho no bairro do Jacaré - RJ*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2004. (Monografia).

^{iv} Para os menos familiarizados com a Zona Norte do Rio de Janeiro, uma visão panorâmica do que foi o complexo industrial do Jacaré pode ser oferecida através de uma viagem na Linha 2 do Metrô-Rio. Ao percorrer a distância entre as estações de Del Castilho, Maria da Graça e Triagem, quando o metrô é de superfície, temos uma surpreendente visão da área do Jacaré e do Jacarezinho, com suas ex-fábricas e favelas.

^v Para fins analíticos, englobamos alguns pequenos bairros no entorno do Jacaré, como o Riachuelo, fazendo parte da mesma área.

^{vi} Edital de Leilão da Fábrica de Parafusos Águia. 29/06/2005.

^{vii} Entrevista concedida à autora em 12/07/05 – “C”. Moradora do Jacarezinho por mais de 20 anos, fez parte de grupos políticos de esquerda dentro da favela e, apesar de nunca ter sido operária, participou das discussões desse grupo no bairro.

^{viii} Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”. Dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

^{ix} Entrevista concedida à autora em 22/08/03 – “D”. Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, morador do bairro desde a década de 1970. Sua mudança para a região se deu com o objetivo de “agitar” o movimento operário no bairro.

^x Ver, por exemplo, Tiriba (1997).

^{xi} Entrevista concedida à autora em 22/08/03 – “D”.

^{xii} Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”.

^{xiii} Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”.

^{xiv} Idem.

^{xv} Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “E”. Ex-funcionário da Fábrica de Parafusos “Águia” e membro da Cooperativa de Produção de Parafusos.

^{xvi} Ver Tiriba (1997).

^{xvii} Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “F”. Ex-funcionário da Fábrica de Parafusos “Águia” e membro da Cooperativa de Produção de Parafusos.

^{xviii} Entrevista concedida à autora em 30/11/05 – “B”. Participou do processo de formação dos trabalhadores da Fábrica de Parafusos para a implantação da cooperativa. É interessante notar que “B” foi dirigente sindical em Volta Redonda e o papel que ocupa hoje, enquanto defensor da economia solidária e crítico de algumas posições do sindicato, em parte contraria os princípios de sua formação de sindicalista.

^{xix} Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “F”.

^{xx} Entrevista concedida à autora em 20/10/05 – “A”. Ele nasceu no Jacarezinho, onde morou por mais de 40 anos. Ao falar da importância do sindicato para a sua vida e do significado de ter nascido em uma favela, a emoção tornou-se evidente em seu semblante.

^{xxi} Entrevista concedida à autora em 09/08/05. “G”. Funcionário do Sindicato dos Vidreiros há mais de 30 anos. A instituição funciona no bairro desde a década 1970. “A” está no sindicato desde então, acompanhando não só a história dos vidreiros, como a história do bairro e de fábricas e sindicatos que atuavam naquele espaço.

^{xxii} Entrevista concedida à autora em 05/01/06. “F”.

^{xxiii} Como será tratado o atual Sindicato dos trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas, de material elétrico, de material eletrônico e de informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende, Itatiaia e Quatis.

^{xxiv} Já na década de 1950, os primeiros sinais de crescimento do poder do sindicato dos metalúrgicos eram dados por sua habilidade em intervir na política de gestão da empresa, não só em seu interior, mas também no plano urbano (Morel, 1989).

^{xxv} Refiro-me à mudança de orientação eclesial introduzida pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), no sentido de uma maior preocupação da igreja com a transformação social. A chamada *opção pelos pobres* seria confirmada pela II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), realizada na Colômbia (1968). Ao adaptar os ensinamentos do Concílio Vaticano II à realidade social da América Latina, os documentos redigidos em Medellín serviram de base para a criação das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação, levando ao engajamento de inúmeros sacerdotes e militantes católicos nas lutas sociais daquele período (Costa, Pandolfi e Serbin (orgs.), 2001:56).

^{xxvi} Para uma análise da criação do SMVR em meio às suas relações com o Estado Novo e a CSN, bem como sobre os modos pelos quais o movimento dos trabalhadores de Volta Redonda ganhou autonomia em face do controle corporativo, ver Morel (1989 e 2001).

^{xxvii} Além do estudo de Mangabeira (1993) sobre a consolidação e os dilemas do *novo sindicalismo* em Volta Redonda, um interessante relato sobre a atuação de trabalhadores e sindicalistas durante as greves da década de 1980 pode ser encontrado no trabalho de Veiga e Fonseca (1990).

^{xxviii} Graciolli, 2000.

^{xxix} Entre os quatro presidentes eleitos entre 1974 e 1995, por exemplo, Juarez Antunes foi a única liderança não “formada” sob a influência da Igreja Católica. Um olhar sobre a relação entre igreja e movimento sindical de Volta Redonda pode ser encontrado em Costa, Pandolfi e Serbin (orgs.) (2001).

^{xxx} Sobre a história da reestruturação da CSN, ver Lima Netto, 1993.

^{xxxi} A família Barcellos, José Emídio, o pai, e seus filhos Wagner e Wanderlei, constituía o núcleo principal da Ação Católica Operária (ACO) em Volta Redonda (Veiga e Fonseca, 1990).

^{xxxii} Também na eleição de 1989 observou-se o que poderíamos considerar como um primeiro “investimento” do chamado “sindicalismo de resultados” em Volta Redonda. Contudo, a chapa nº. 2, apoiada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e por Luiz Antônio de Medeiros, obteve apenas 7,7% dos votos contra os 85,42% da chapa vitoriosa (Mangabeira, 1993).

^{xxxiii} Luiz de Oliveira Rodrigues. *Diário do Vale*, 21 de abril de 2002.

^{xxxiv} Segundo Monteiro (1995), a denominação *Formigueiro* vem de uma frase surgida por ocasião da morte de Juarez Antunes: “mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro”. A autoria da frase, porém, é dada como desconhecida.

^{xxxv} Comin, 1994:370.

^{xxxvi} Em relação aos sindicalistas citados anteriormente, por exemplo, Vagner Barcelos e Marcelo Felício tornaram-se assessores de políticos de Volta Redonda, e Luiz Albano passou a atuar como *white-collar* no setor privado de energia e petróleo.

^{xxxvii} A ETPC foi criada na década de 1940 para a formação da mão-de-obra para a CSN.

^{xxxviii} Segundo o próprio sindicalista, sua trajetória na igreja remonta à infância quando, levado pela mãe, tornou-se “coroinha”. Quando jovem, integrou as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs) e a *Pastoral Operária*. Sua ruptura mais forte ou definitiva com a igreja deu-se apenas por volta de 1990.

^{xxxix} Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

^{xl} *Movimento de Emancipação do Proletariado* (MEP).

^{xli} Luiz de Oliveira Rodrigues, julho de 2004.

^{xlii} Natalina de Paula Rodrigues, após três diferentes cirurgias em mais de dois anos de luta contra o câncer, faleceu em agosto de 1996.

^{xliiii} Em novembro de 2004, Luiz Rodrigues ocupou a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda durante o afastamento do seu presidente, Carlos Henrique Perrut, por suspeita de má administração e desvio de recursos.

^{xliiv} Carlos H. Perrut. Volta Redonda, novembro de 2002.

^{xliiv} Idem.

^{xlivi} Em 1989 foi constatada a falência “técnica” da CSN, quando a dívida igualou-se ao capital da empresa (Mangabeira, 1993).